



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

TATIANA MARIA SILVA COELHO LEMSON

**APOSIÇÕES RESTRITIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO ESCRITO
CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE E FORMALIZAÇÃO NO MODELO DA
GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL**

**FORTALEZA
2016**

TATIANA MARIA SILVA COELHO LEMSON

**APOSIÇÕES RESTRITIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO ESCRITO
CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE E FORMALIZAÇÃO NO MODELO DA
GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, requisito para obtenção do grau de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.

FORTALEZA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S584a Silva Coelho Lemson, Tatiana Maria.
APOSIÇÕES RESTRITIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO ESCRITO CONTEMPORÂNEO:
ANÁLISE E FORMALIZAÇÃO NO MODELO DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL / Tatiana
Maria Silva Coelho Lemson. – 2016.
166 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação
em Linguística, Fortaleza, 2016.

Orientação: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.

1. Aposição. 2. Aposição restritiva. 3. Construção apositiva restritiva. I. Título.

CDD 410

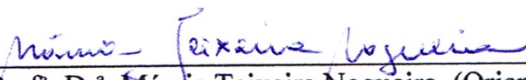
TATIANA MARIA SILVA COELHO LEMSON

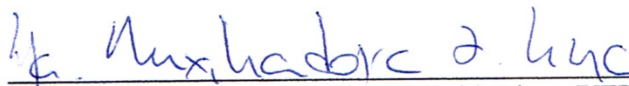
**AS CONSTRUÇÕES APOSITIVAS RESTRITIVAS EM LÍNGUA
PORTUGUESA ESCRITA E A SUA ANÁLISE E FORMALIZAÇÃO NO
MODELO DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL**

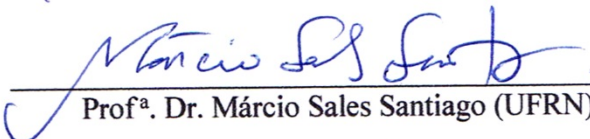
Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em 2016, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Linguística, na Área de concentração Linguística.


Aprovada em 20 / 06 / 2016.

BANCA EXAMINADORA


Prof^a. Dr^a. Márcia Teixeira Nogueira. (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará - UFC


Prof^a. Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima (UFPI)


Prof^a. Dr. Márcio Sales Santiago (UFRN)


Prof^a. Dra. Márluce Coan (UFC)


Prof^a. Dra. Hebe Macedo de Carvalho (UFC)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre me dando motivos para não deixar de ter sonhos coragem, sabedoria e determinação para realizá-los.

À minha família, especialmente à minha adorada mãe, Conceição, ao meu amado marido, Frans, aos meus queridos irmãos, Tânia Mara e Tibério. Todos eles sempre procuram, de seu jeito, estar do meu lado, apoiando-me na realização dos meus projetos. E também ao meu saudoso pai, Raimundo, que, mesmo não estando mais entre nós, faz-se presente em todos os momentos de minha vida através de seus conhecimentos passados para mim.

À minha orientadora Márcia Teixeira Nogueira, pela paciência em ler minha tese com diversas versões e pelas suas valorosas contribuições a esse trabalho.

Aos meus amigos, Alber, Rosângela, Cristina Márcia e Angélica, por estarem sempre dispostos a compartilhar as minhas angústias e as minhas alegrias.

Aos professores do Programa, pela disponibilidade e pelas contribuições valiosas na minha formação profissional.

À minha escola, EEM Adauto Bezerra que, em muitos momentos, flexibilizou os meus horários para que pudesse assistir às aulas do Doutorado enquanto ainda não me encontrava afastada para estudos.

À SEDUC que me concedeu um afastamento de dois anos, tempo crucial para o desenvolvimento e finalização da minha tese.

À CAPES, que me concedeu uma bolsa durante o período de dois anos, auxílio importante para a concretização deste meu sonho.

RESUMO

A presente pesquisa, pertencente à área Linguística, tem por objetivo analisar as posições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo. Usamos como arcabouço teórico a Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008) e a análise que Keizer (2007) fez para as posições restritivas no inglês. A GDF tem sua organização caracterizada por uma orientação *top-down* e quatro níveis de representação, que constituem o Componente Gramatical: Níveis Interpessoal e Representacional, onde ocorre a Formulação, e os Níveis Morfossintático e Fonológico, onde ocorre a Codificação. As ocorrências para análise foram obtidas do mesmo recorte utilizado por Nogueira (1999) do banco de dados no Centro de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras, Campus da UNESP de Araraquara-SP, constituído de 36 (trinta e seis) textos escritos, sendo 12 (doze) do gênero oratória, 12 (doze) do gênero dramático e 12 (doze) do gênero técnico. Essas ocorrências foram analisadas nos três dos quatro níveis da GDF: Interpessoal, Representacional e Morfossintático; e também foram analisadas de acordo com as funções discursivas propostas por Keizer (2005): Identificação por meio de uma informação mais específica, Identificação por meio de uma descrição, Identificação contextualmente nova e Identificação por contraste de propriedades ou papéis diferentes. Os resultados da análise dessas ocorrências apontam que as posições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo são formadas, no Nível Interpessoal, por um Subato Referencial composto por dois Subatos Atributivos. No Nível Representacional, os resultados apontam que os elementos formadores da construção apositiva têm uma relação semântica de restrição em que o primeiro elemento é o restringido (núcleo), e o segundo elemento é o restritivo, e cada um deles tem a função de propriedade. Já no Nível Morfossintático, apontam que as posições restritivas são formadas por elementos da classe dos substantivos, contudo, apresentam subclasses de substantivos diferentes: substantivo próprio não contável, substantivo comum não contável e substantivo comum contável. O elemento que rege as relações morfossintáticas, ou seja, o primeiro elemento da construção, pertence à subclasse do substantivo comum contável, e o segundo elemento, aquele que não rege as funções morfossintáticas nem sofre influência dessas relações, pertence à subclasse de substantivo próprio ou de substantivo comum não contável.

Palavras-chave: Posição. Posição restritiva. Construção apositiva restritiva.

ABSTRACT

This research belongs to the Linguistic area and aims to the analysis of the close appositions in contemporary written Brazilian Portuguese. In order to achieve this goal, the Functional Discourse Grammar (GDF) of Hegenveld and Mackenzie (2008) and the analysis Keizer made for the restrictive appositions in English were used. The FDG (GDF) has its organization characterized as top-down and it is divided into four levels of representation, forming a Grammatical Component: Interpersonal and Representational level, where the Formulation occurs, and the Morphosyntactic and Phonological levels where Codification is processed. These samples were analyzed in three of the four levels of the FDG (GDF): Interpersonal, Representational and Morphosyntactic. They were also analyzed according to the discursive functions proposed by Keizer (2005): Identification by means of more specific information, identification by means of description, contextually new identification and identification through contrast of different characteristics or roles. The results of the analysis of these samples indicate that the restrictive appositions in the contemporary written Brazilian Portuguese are formed, in the Interpersonal Level, by a Referential Subact composed by two Ascription Subacts. At the Representational Level, the results indicate that the forming elements of the appositive construction have a restriction semantic relation in which the first element is restricted (nucleus), and the second element is the restrictive, and each has the predicate function. In the Morphosyntactic Level, they indicate that the restrictive appositions are formed by elements of the noun class. However, they present different subclasses of nouns: proper uncountable noun, common uncountable noun and common countable noun. The element that controls the morphosyntactic relations, that is, the first element of the construction, belongs to the subclass of the common countable noun, and the second element, the one that does not rule the morphosyntactic functions nor is influenced by these relations belongs to the subclass of the uncountable proper or common noun.

Key-words: Apposition. Restrictive apposition. Restrictive appositional construction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Adaptação do modelo de interação verbal (DIK, 1989, p. 8-9)	27
Figura 2. GDF como parte de uma ampla teoria da interação verbal.....	33
Figura 3. Estrutura geral dos níveis em camadas	35
Figura 4. Estrutura em camadas do Nível Interpessoal	36
Figura 5. Estrutura do Nível Interpessoal.....	36
Figura 6. Estrutura em camadas do Nível Representacional.....	37
Figura 7. Estrutura do Nível Representacional.....	38
Figura 8. Estrutura do Nível Morfossintático.....	41
Figura 9. Estrutura do Nível Fonológico	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS -1

TEXTOS TÉCNICOS - LT

AE-LT: LEÃO, A.C. Adolescência e sua educação. São Paulo, C.E.N. V. 52, 1950. AQT-LT: LEMOS, C.A.C. O que é arquitetura? 3 ed. São Paulo: Brasiliense. (Col. Primeiros Passos, 16).

ARQ-LT: FUNARI, P.P.A. Arqueologia. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios, n. 145).

CAN-LT: CARNEIRO, E. Candomblés da Bahia. 6ed. Rio de Janeiro: CIV. Brasileira, 1978.

CRO-LT: JANOTTI, M.L. O coronelismo: uma política de compromissos. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, s/d. (Col. Tudo é História, 13).

DIP-LT: BATH, S. O que é diplomacia. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Col. Primeiros Passos, n.º 62).

DST-LT: RODRIGUES, S.A. Destruição e equilíbrio: o homem e o ambiente no espaço e no tempo. 4 ed. São Paulo: Atual, s/d.

FOT-LT: KUBRUSLY, C. O que é fotografia. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Col. Primeiros Passos, n.º 82).

IA-LT: RAMOS, A. Introdução à antropologia brasileira. V. 1. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1951.

IP-LT: JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MH-LT: PEDROSA, A. M. Mundo Homem, Arte em Crise. São Paulo: Perspectiva, 1975.

REF-LT: BOSI, A. Reflexões sobre a arte. São Paulo: Ática, 1989. (Série Fundamentos, n.º 8).

TEXTOS ORATÓRIOS

AM-LO: JARDIM, L. O ajudante de mentiroso. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. AR-LO: ARRAES, M. Palavra de Arraes. Rio de Janeiro: Civilização, 1963-4. CAR-LO: CARVALHO, J.C. & SALES, H. Discursos na Academia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

FOR-LO: Fórum Nacional sobre reforma fiscal. Brasília, 1991.

G-LO: GOULART, J. Desenvolvimento e Independência. Rio de Janeiro: Discursos, 1962.

JK-LO: OLIVEIRA, J.K. Discursos. Rio de Janeiro, 1958.

LE-LO: LESSA (REV.R.V.C.T.). Eu era cego e agora vejo. São Paulo: Pendão Real, 1976.

MA-LO: MAYER, A.C. Carta Pastoral. São Paulo: Vera Cruz, 1963.

ME-LO: MÉDICI, E.G. O jogo da verdade. Brasília, Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, 1973.

NE-LO: NERY, J.C. A rua da amargura. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1975.

SI-LO: SIGAUD, G.P. Carta Pastoral. São Paulo: Vera Cruz, 1963.

TA-LO: TAVARES, A.L. Discurso do Sr. Aurélio de Lyra Tavares e respostas do Sr. Ivan Lins.

Posse na cadeira n.º 20 da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: Bibl. G. Readers, 1970.

TEXTOS DRAMÁTICOS - LD

CCI-LD: ESCOBAR, CH. Caixa de cimento. Rio de Janeiro: Civilização, 1977.

EN-LO: GUARNIÉRI, G. Eles não usam black-tie. São Paulo: Brasiliense, 1966.

FO-LD: CALLADO, A. Forró no Engenho Cananéia. Rio de Janeiro: Civilização, 1964.

HP- LD: WANDERLEY, J.C. O homem que perdeu a alma. Rio de Janeiro: MEC, 1960.

IN-LD: GOMES, A.D. A invasão. Rio de Janeiro: Civilização, 1962.

MO-LD: ANDRADE, J. A moratória. São Paulo: Agir, 1980.

PEL-LD: SUASSUNA, A. A pena da lei. 2ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975.

PEM-LD: KÜHNER, M.H. Pedro Malazarte. Revista de Teatro, n.º 469. Rio de Janeiro, Março, 1989.

PP-LD: GOMES, A.D. O pagador de promessas. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização, 1967.

RE-LD: AMARAL, M.A.S. A resistência. Rio de Janeiro: MEC/DAC/FUNART, 1978. TEG-

LD: FIGUEIREDO, G. Teatro de G. Figueiredo (4 peças). Rio de Janeiro: Civilização, 1964.

VP-LD: MONIZ, E. Vila de Prata. Rio de Janeiro: São José, s/d.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS -2

NÍVEL INTERPESSOAL

◆	lexema
[±A]	± envolvendo o Falante
[±S]	± envolvendo o Ouvinte
±id	± identificável
A	ouvinte
A ₁	ato discursivo
C ₁	conteúdo comunicado
DECL	declarativo
F ₁	ilocução
Foc	foco
H	núcleo
ILL	variável para uma Ilocução
M ₁	<i>move</i>
P ₁	participante do ato de fala
R ₁	subato referencial
S	falante
SA	subato
T ₁	subato de atribuição
V ₁	qualquer variável interpessoal
π	operador
Σ	modificador
Φ	função

NÍVEL REPRESENTACIONAL

◆	lexema
∅	zero
e ₁	estado-de-coisas
ep ₁	episódio
f ₁	propriedade
h	núcleo
l ₁	localização
p ₁	conteúdo proposicional
pas/pret	passado
t ₁	tempo
U	paciente
v ₁	qualquer variável representacional
x ₁	indivíduo
π	operador
σ	modificador
Φ	função

NÍVEL MORFOSSINTÁTICO

Adp ₁	sintagma Adposicional
Advp ₁	sintagma adverbial
Advw ₁	palavra adverbial
Ap ₁	sintagma adjetival
Aw ₁	palavra adjetival
Cl ₁	cláusula
Gw ₁	palavra gramatical
Le ₁	expressão linguística
Np ₁	sintagma nominal
Nw ₁	palavra nominal
Vp ₁	sintagma verbal
Vw ₁	palavra verbal
^f Vw ₁	verbo no infinito
Xp ₁	sintagma (do tipo x)
Xw ₁	palavra (do tipo x)

NÍVEL FONOLÓGICO

U ₁	enunciado
IP ₁	sintagma entonacional
PP ₁	sintagma fonológico
PW ₁	palavra fonológica
F ₁	pé
S ₁	sílaba

PARTES DO DISCURSO (Classes de itens)

A	adjetivo
Ad	adposição
Adv	advérbio
Det	determinante
Interj	interjeição
N	nome
Num	numeral
Pro	pronome
V	verbo

MODELOS GRAMATICAIS

GDF	Gramática Discursivo-Funcional
GF	Gramática Funcional
GT	Gramática Tradicional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO E A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL	23
2.1	Pressupostos teóricos funcionalistas	23
2.2	A Gramática Discursivo-funcional	28
2.2.1	<i>Caracterização geral do modelo</i>	31
2.2.2	<i>Os Componentes Conceitual, Contextual e de Saída</i>	33
2.2.3	<i>Os níveis do Componente Gramatical</i>	35
2.2.3.1	<i>O Nível Interpessoal</i>	35
2.2.3.2	<i>Nível Representacional</i>	37
2.2.3.3	<i>O Nível Morfossintático</i>	39
2.2.3.4	<i>O Nível Fonológico</i>	42
2.3	Síntese conclusiva	44
3	REFERÊNCIA E ATRIBUIÇÃO	45
3.1	A referência e o sentido na Semântica Formal	45
3.2	A referência na Semântica da Enunciação	46
3.3	A referência na Semântica Cognitiva	47
3.4	O ato de referência e a construção de uma representação discursiva	48
3.5	A referência e a atribuição na Gramática Discursivo-Funcional	49
3.5.1	<i>A relação entre o Conteúdo Comunicado e os Subatos</i>	53
3.5.2	<i>Os Subatos</i>	54
3.5.2.1	<i>Subato Atributivo</i>	55
3.5.2.2	<i>Subato de Referência</i>	58
3.6	Subatos dentro de Subato	61
3.7	Os subatos e as funções pragmáticas	65
3.7.1	<i>Foco e Tópico</i>	65
3.8	O nome próprio	67
3.8.1	<i>O nome próprio segundo Hengeveld e Mackenzie (2008)</i>	67
3.8.2	<i>A teoria de Keizer sobre o nome próprio (2008)</i>	70

3.9	Síntese conclusiva.....	72
4	A APOSIÇÃO RESTRITIVA À LUZ DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL	75
4.1	A aposição em gramáticas tradicionais da língua portuguesa e em gramáticas descritivas	75
4.2	Aposição na Linguística: processo e construção	79
4.3	A aposição restritiva na língua inglesa e a sua análise	83
4.3.1	<i>Traço fonológico ou suprasegmental da construção apositiva restritiva na aposição restritiva em inglês</i>	<i>84</i>
4.3.2	<i>A classe dos elementos da aposição restritiva em inglês</i>	<i>86</i>
4.3.3	<i>A omissão sintática e o núcleo na aposição restritiva em inglês</i>	<i>88</i>
4.3.4	<i>A Definitude</i>	<i>92</i>
4.4	As aposições restritivas e a sua relação com a preposição em inglês	96
4.5	A aposição restritiva em inglês e suas funções discursivas	100
4.6	Síntese conclusiva.....	105
5	ANÁLISE DA APOSIÇÃO RESTRITIVA NOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO ESCRITO CONTEMPORÂNEO	109
5.1	Metodologia	109
5.1.1	<i>Procedimentos</i>	<i>109</i>
5.1.2	<i>Constituição, caracterização e delimitação do corpus</i>	<i>111</i>
5.1.3	<i>Caracterização dos textos constituintes do corpus</i>	<i>111</i>
5.1.4	<i>Descrição e análise dos dados</i>	<i>112</i>
5.1.5	<i>Categorias de análise</i>	<i>112</i>
5.1.6	<i>As convenções de notações da Gramática Discursivo-Funcional usadas para as formalizações.....</i>	<i>113</i>
5.2	A aposição restritiva à luz da Gramática Discursivo-Funcional.....	114
5.2.1	<i>Nível Interpessoal</i>	<i>116</i>
5.2.2	<i>Nível Representacional.....</i>	<i>122</i>
5.2.3	<i>Nível Morfossintático</i>	<i>125</i>
5.2.3.1	<i>A classe e as subclasses dos elementos da aposição restritiva</i>	<i>125</i>
5.2.3.2	<i>A aposição restritiva no português brasileiro e as construções assemelhadas</i>	<i>128</i>

5.3	A análise das funções discursivas das posições restritivas	135
5.4	Síntese conclusiva	143
6	AS APOSIÇÕES RESTRITIVAS COM PREPOSIÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO ESCRITO CONTEMPORÂNEO	147
6.1	Nível Interpessoal	147
6.2	Nível Representacional	149
6.3	Nível Morfossintático	153
6.4	Síntese conclusiva	155
7	CONCLUSÃO	158
	REFERÊNCIAS	162

1 INTRODUÇÃO

Embora, no ensino básico de nossas escolas, pouca atenção seja dada ao estudo das posições, este assunto é tratado em qualquer gramática tradicional, e também não são poucos os linguistas que se interessam pela complexidade de sua conceituação e caracterização.

A Gramática Tradicional (GT), ao tratar desse tema, sempre traz como foco a dificuldade de diferenciar as posições, em especial as restritivas, de construções que apresentam a função sintática de adjunto adnominal ou de complemento nominal.

Um dos nomes importantes da Gramática Tradicional que discute esse assunto e cujo ponto de vista trazemos para a nossa tese é Bechara (2003). Em sua gramática, Bechara procura fazer a distinção, com base semântica, entre posição restritiva com preposição e a construção com adjunto adnominal na língua portuguesa. Essa distinção também é feita por Rocha Lima (2011). Outros gramáticos tradicionais, tais como Cunha e Cintra (2001), e linguistas, tais como Macambira (2001), fazem a distinção entre os apostos restritivos da língua portuguesa e as construções assemelhadas por meio de estratégias formais que têm como base a possibilidade ou não de transformação de um sintagma preposicionado em um sintagma adjetival. Trouxemos também, para a nossa discussão, as reflexões de Júlio Ribeiro, Otoniel Mota e Gama Kury feitas sobre o assunto.

Dentre os estudos linguísticos sobre as posições, em nossa tese, destacamos também o trabalho de Rodriguez (1989), que considera, como traços importantes das posições, a relação de correferência entre as unidades apositivas e a presença da pausa entre elas. A ausência dessa pausa entre os elementos, segundo a autora, faz com que não ocorra uma relação de correferência entre estes, portanto, a linguista nega a existência de posição nesses casos.

Além da relação de correferência entre os elementos formadores de uma posição, tratamos também da identidade funcional. Os pontos de vista que salientamos a respeito desse critério são os de Taboada (1978), de Tesnière (1976) e de Lago (1991). Numa visão resumida da problemática, podemos dizer que Taboada considera (1978) que, em uma posição os elementos exercem a mesma função, ou seja, formam um elemento funcional único em relação à oração. Essa ideia, contudo, difere da defendida por Tesnière. De acordo com esse autor, o substantivo em posição (posição restritiva) não está em conexão com o verbo, mas com o substantivo que exerce o papel de um de seus actantes.

Já Lago (1991), cujo ponto de vista sobre aposição restritiva tem seu reflexo na análise das nossas ocorrências, defende que os elementos que formam uma aposição restritiva exercem funções diferentes na estrutura apositiva. Além disso, esses elementos mantêm uma relação semântica de interdependência.

Outra questão tratada por nós e que nos parece de grande importância é a discussão quanto a se a aposição é uma construção ou uma função sintática. Nogueira (1999), em sua tese sobre aposição não restritiva, argumenta que a palavra “aposição” é designativa de um tipo de processo de construção e não de uma função sintática. Para a autora, essa abordagem é vantajosa, pois, dessa forma, é possível analisar como apositivas algumas construções em que não se pode afirmar a existência de função sintática exercida por um dos elementos ou por ambos. Em Nogueira (2011), há também a discussão sobre os fundamentos conceituais da aposição, na qual a autora assume uma perspectiva de gradiência conceitual, isto é, de caracterização por protótipos. Por conta dessa sua posição, Nogueira conclui que uma forma de tratar a diversidade de estruturas apontadas como apositivas é identificar os traços que caracterizam um protótipo desse tipo de construção.

O objetivo de nossa tese é analisar as aposições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo com base nas características pragmáticas, semânticas e morfossintáticas apresentadas por elas, pois entendemos, assim como Nogueira (1999, 2011), que as construções apositivas, como o resultado de um processo de construção, devem ser definidas não apenas por um traço, mas antes, por um conjunto de traços característicos. Para isso, levantamos as seguintes questões no início de nosso trabalho:

- a) A aposição restritiva no português brasileiro escrito contemporâneo apresenta o primeiro ou o segundo elemento como o elemento núcleo?
- b) A relação semântica entre esses elementos é diferente das relações semânticas existentes em construções assemelhadas como as formadas por substantivo + adjetivo (substantivo) modificador (*casa amarela/ casa barco*) ou substantivo + complemento argumental (*produção de penicilina*)?
- c) Na aposição restritiva, há uma função sintática ou apenas essa é um tipo particular de construção apositiva?
- d) A construção apositiva restritiva no português brasileiro escrito contemporâneo é formada por um único sintagma nominal ou por dois sintagmas nominais.

Para tornar possível a proposta de nossa análise, adotamos, como teoria de base, um modelo de componentes integrados proposto na Gramática Discursivo-Funcional (GDF)

por Hengeveld e Mackenzie (2008). O modelo de gramática proposto por essa teoria caracteriza-se por apresentar uma organização *top-down*, começando com a intenção do Falante e indo até a articulação, assemelhando-se, portanto, com o processo de produção individual do discurso.

A opção por esse tipo de organização também está ligada ao objetivo principal da GDF como teoria linguística, que é compreender como as unidades linguísticas são estruturadas em termos do mundo que descrevem e das intenções comunicativas com que são produzidas, modelando isso numa gramática.

As unidades linguísticas trabalhadas por esta teoria são as unidades do discurso ou, mais especificamente, os Atos Discursivos. De acordo com a GDF, os Atos Discursivos combinam-se em estruturas maiores chamadas *Moves*. Essas estruturas maiores representam unidades maiores ou menores que a oração individual. Por outro lado, os Atos Discursivos podem ser manifestados na língua como orações, como também como fragmentos totalmente gramaticais de orações, sintagmas ou palavras.

Outra importante marca da organização da GDF é a sua organização em quatro níveis de representação, formando o Componente Gramatical: o Nível Interpessoal e o Nível Representacional, onde ocorre a Formulação, e o Nível Morfossintático e o Nível Fonológico, onde ocorre a Codificação. Além do Componente Gramatical, fazem parte da composição da GDF o Componente Conceitual, o Contextual e de Saída, que interagem de várias formas com o Componente Gramatical formando um modelo global de interação verbal.

Apoiados na GDF, discutimos, inicialmente, em nossa tese, as noções de referência e atribuição e nela analisamos as características do Subato Referencial e do Subato Atributivo definidas por Hengeveld e Mackenzie (2008). No entanto, antes de introduzirmos o pensamento dos linguistas sobre o assunto, apresentamos uma resenha dos modelos mais importantes de estudo sobre referência na Semântica Formal, na Semântica da Enunciação, na Semântica Cognitiva e na Teoria da Representação Discursiva.

Como consequência dessa discussão e das conclusões resultantes do trabalho que Evelien Keizer (2005) desenvolveu para definir as características pragmáticas e semânticas dos elementos principais que formam uma construção copulativa na língua inglesa, em especial, aquelas que trazem o nome próprio como predicado, pudemos definir se um substantivo próprio, constituinte de uma aposição restritiva do português brasileiro, pode ou não ser caracterizado como um ato de Referência e, por conseguinte, se um substantivo

próprio, quando constituinte de uma aposição restritiva do português brasileiro, designa ou não um conteúdo semântico.

Devemos ressaltar, no entanto, que o trabalho de Keizer (2007) de maior influência na nossa tese é o que trata das aposições restritivas na língua inglesa. Inicialmente, a linguista nos dá uma visão geral das características dessas aposições, que, tradicionalmente, não são levadas em conta por aqueles que pesquisam o tema.

Em seguida, a partir da análise das funções pragmáticas e da definitude dos termos apositivos; do comportamento semântico desses elementos e da relação semântica entre eles; e das classes e subclasses morfossintáticas dos elementos de uma aposição restritiva, bem como da possibilidade de supressão e permuta entre eles, Keizer define critérios de identificação de uma aposição restritiva na língua inglesa, sugerindo assim uma nova proposta para a análise desse tipo de aposição.

O trabalho da linguista, portanto, influenciou-nos, uma vez que, com base na sua sugestão de análise para a aposição restritiva na língua inglesa, passamos a analisar as aposições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo, identificando suas características pragmáticas, semânticas e morfossintáticas, dentro dos níveis do Componente Gramatical da GDF, para, em seguida, delimitarmos as fronteiras entre a construção apositiva restritiva e as construções que se assemelham a ela, como as construções com função sintática de adjunto adnominal ou de complemento nominal.

Nogueira (1999/2011) foi também de fundamental importância para a nossa pesquisa, pois, da mesma forma que ela, tratamos as aposições restritivas como um tipo de construção e assumimos, em nossa tese, a perspectiva de gradiência conceitual no trato desse tipo particular de aposição, sem, contudo, propor uma representação prototípicas da aposição restritiva no português brasileiro contemporâneo escrito.

A metodologia usada para o desenvolvimento de nossa pesquisa é marcada pela análise qualitativa, uma vez que há uma grande recorrência do seu padrão estrutural dentro dos textos que compõem o *corpus* de ocorrência.

As ocorrências para análise foram obtidas do mesmo recorte utilizado por Nogueira (1999) do banco de dados no Centro de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras, Campus da UNESP de Araraquara-SP, constituído de 36 (trinta e seis) textos escritos, sendo 12 (doze) do gênero oratória, 12 (doze) do gênero dramático e 12 (doze) do gênero técnico.

A organização estrutural de nossa tese se distribui por sete capítulos: Introdução, Capítulo II - Funcionalismo linguístico e a Gramática Discursivo-Funcional, Capítulo III - Referência e atribuição, Capítulo IV - A aposição restritiva à luz da Gramática Discursivo-Funcional, Capítulo V – Análise da aposição restritiva no português brasileiro escrito contemporâneo, Capítulo VI - As posições restritivas com preposição em português; e Conclusão.

Como já foi dito no início do capítulo, o estudo da aposição restritiva, muitas vezes, não atrai a atenção de nossos professores em sala de aula, pois, por muito tempo, esses fenômenos foram tratados de forma artificial, ou seja, sem a percepção que a Gramática Discursivo-Funcional nos traz: o Falante e o Ouvinte, em interação, constroem o discurso e para isso usam as unidades linguísticas necessárias para descrever algum mundo e expressar a sua intenção comunicativa.

Dessa forma, esperamos que as discussões e análises sobre aposição restritiva no português brasileiro contemporâneo escrito sejam proveitosas não só para a área de Teoria e Análise Linguística, mas também nas salas de aulas de nossas escolas, especialmente no Ensino Médio.

2 FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO E A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 27), a Gramática Discursivo-Funcional (GDF) ocupa uma posição a meio caminho entre as abordagens radicalmente funcionais e radicalmente formais para a análise gramatical. O funcionalismo abordado pelos autores remete, assim, à análise linguística que se baseia na crença de que as propriedades dos enunciados linguísticos são adaptadas aos objetivos comunicativos, ou seja, o usuário da língua busca atingir seus objetivos comunicativos, em interação com outros usuários da língua, usando esses enunciados (Dik 1986, *apud* Hengeveld e Mackenzie 2008).

Para entendermos melhor a posição de Hengeveld e Mackenzie sobre a sua abordagem funcionalista, na seção, a seguir, trazemos os pressupostos teóricos funcionalistas que dão suporte à GDF, para em seguida, na seção posterior, tratarmos das características gerais da GDF.

2.1 Pressupostos teóricos funcionalistas

Os mais representativos desenvolvimentos da visão funcionalista da linguagem são comumente relacionados às concepções da Escola Linguística de Praga¹. O aspecto mais característico de Praga é sua combinação de estruturalismo com funcionalismo. Este último termo, segundo Weedwood (2002, p. 138), tem sido usado em diferentes sentidos na linguística. Contudo, para Weedwood, o funcionalismo deve ser entendido como implicando uma apreciação da diversidade de funções desempenhadas pela língua e um reconhecimento teórico de que a estrutura das línguas é, em sua maior parte, determinada por suas funções características. De acordo com a autora (2002, p. 138), o funcionalismo, tomado neste sentido, manifesta-se em muitos postulados mais específicos da doutrina da Escola de Praga.

Uma importante e conhecida análise funcional da linguagem que, embora não tenha sido originada nesta Escola, teve muita influência entre seus estudiosos, foi a do psicólogo alemão Karl Bühler, que reconheceu três tipos gerais de funções desempenhadas

¹ Segundo Neves (2004, p.17), a Escola Linguística de Praga é designação que se dá a um grupo de estudiosos que começou a atuar antes de 1930, para os quais a linguagem, acima de tudo, permite ao homem reação e referência à realidade extralinguística.

pela linguagem e que se apresentam hierarquizadas nos diferentes enunciados: a de representação (*Darstellungsfunktion*), a de exteriorização psíquica (*Kundgabefunktion*) e a de apelo (*Appelfunktion*), sendo a função representativa ou de representação a que caracteriza a linguagem como atividade tipicamente humana.

Roman Jakobson (1969), um dos representantes da Escola de Praga e muito influenciado pelas ideias de Bühler, adicionou às três funções da linguagem do psicólogo alemão outras tantas, cada uma delas mais diretamente ligada a um dos fatores intervenientes no ato da comunicação verbal, são elas: função referencial (relacionada ao contexto), emotiva (relacionada ao remetente); conativa (relacionada ao destinatário), fática (relacionada ao contato), metalinguística (relacionada ao código) e a função poética (relacionada à mensagem).

Segundo Jakobson (1969), em qualquer mensagem, podemos encontrar as seis funções envolvidas no processo de comunicação, no entanto, uma é destacada, pois em cada mensagem sempre haverá uma função primária e outras secundárias, portanto, assim como nas funções de Bühler, haverá uma hierarquia de funções.

Como representantes do desenvolvimento da visão funcionalista da linguagem e que estão também relacionados às concepções da Escola de Praga, destacamos Michael Halliday (1985) e Simon Dik (1978). Para Neves (2001, p. 16), esses autores têm em comum uma rejeição da distinção, que está na base da dicotomia chomskiana, entre competência e atuação, rejeição que já se encontra na Escola de Praga.

Halliday e Dik, com base na Escola Linguística de Praga, entendem que os itens que se estruturam nos enunciados são multifuncionais, não podendo se considerar esgotada uma descrição de estrutura que se limite à indicação das funções gramaticais. Assim como os linguistas funcionalistas, segundo Neves (2001, p. 17), Dik e Halliday buscam construir a teoria no interior do próprio sistema, o que revela, fundamentalmente, uma consideração funcional da própria natureza da linguagem.

Tomando como base a introdução do livro de Halliday (1985, p. xiii-xxxv), Neves (2001, p. 15) afirma que, de forma generalizada, uma gramática funcional é uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Essa teoria busca estabelecer que as relações entre as unidades e funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e considera a gramática como sensível às pressões do uso.

Dizer que a gramática funcional considera a competência comunicativa, segundo a autora (2001, p. 15), não é simplesmente dizer que o que ela considera é apenas a capacidade que os indivíduos têm de codificar e decodificar expressões. O uso e a interpretação das expressões linguísticas são fundamentais para que os usuários da língua possam interagir de maneira satisfatória.

De acordo com Halliday (1985, p. xiii, xiv), a gramática funcional é funcional por trazer três distinções na sua interpretação (1) dos textos, (2) do sistema e (3) dos elementos da estrutura linguística:

(1) É funcional no sentido de que é desenhada para apresentar como a língua é **usada**. Todo texto, isto é, tudo que é dito ou escrito – desenrola-se em algum contexto de uso; além do mais, é o uso da língua, ao longo de dezena de milhares de gerações, que deu e (vem dando) forma ao sistema. A língua tem se desenvolvido para satisfazer as necessidades humanas; e a forma como é organizada é funcional em relação a estas necessidades – não é arbitrária. Uma gramática funcional é essencialmente uma gramática “natural”, no sentido de que tudo pode ser explicado, em última instância, por referência à forma como a língua é usada.

(2) Na sequência, os componentes fundamentais de significado em língua são componentes funcionais. Todas as línguas são organizadas em dois tipos de significados: o “ideacional” ou reflexivo e o “interpessoal” ou ativo. Esses componentes, chamados “meta-funcionais”, na terminologia da presente teoria, são manifestações no sistema linguístico de dois propósitos muito gerais que sublinham todos os usos da língua: (i) entender o ambiente e (ii) agir sobre o outro (interpessoal). Combinado com esse, há um terceiro componente meta-funcional, o “textual”, que dá relevância aos outros dois.

(3) Terceiro, todo elemento na língua é explicado em relação a sua função no sistema linguístico total. Nesse sentido, a gramática funcional é aquela que interpreta todas as unidades da língua – suas cláusulas, sintagmas etc. – como configurações orgânicas de funções. Isto é, cada parte é interpretada como funcional em relação ao todo². (Tradução nossa)

A teoria por trás da proposta da gramática de Halliday é conhecida como teoria “sistêmico-funcional”. A teoria sistêmica é uma teoria do significado como escolha, em que

² (1) *It is functional in the sense that it is designed to account for how the language is **used**. Every text – that is, everything that is said or written – unfolds in some context of use; furthermore, it is the uses of language that, over tens of thousands of generations, have shaped the system. Language has evolved to satisfy human needs; and the way it is organized is functional with respect to these needs – it is not arbitrary. A functional grammar is essentially a “nature” grammar, in the sense that everything in it can be explained, ultimately, by reference to how language is used.*

(2) *Following from this, the fundamental components of **meaning** in language are functional components. All languages are organized around two main kinds of meaning, the “ideational” or “reflective”, and the “interpersonal” or active. These components, called “metafunctions” in the terminology of the present theory, are the manifestations in the linguistic system of the two very general purpose which underline all uses of language: (i) to understand the environment (ideational), and (ii) to act on the others in it (interpersonal). Combined with these is a third metafunctional component, the “textual”, which breathes relevance into the other two.*

(3) *Thirdly, each **element** in a language is explained by reference to its function in the total linguistic system. In this third sense, therefore, a function grammar is one that construes all the units of a language – its clauses, phrases and so on – as organic configurations of functions. In other words, each part is interpreted as functional with respect to the whole.*

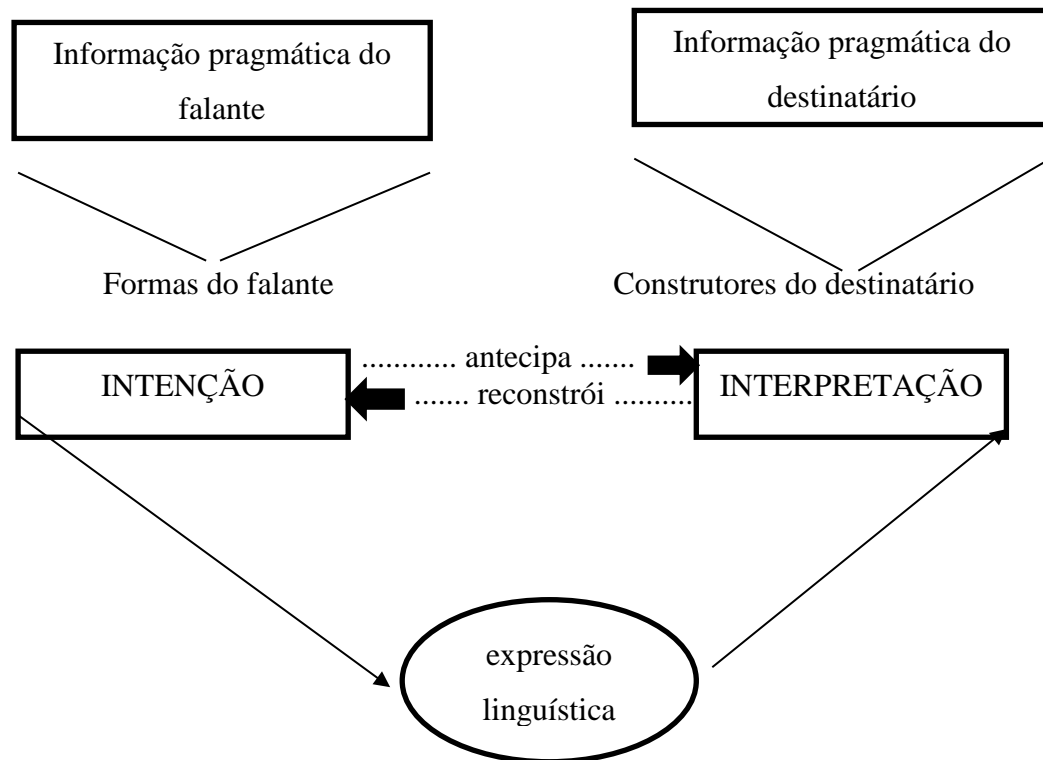
uma língua ou qualquer outro sistema semiótico é interpretado como uma rede de opções interligadas. Aplicada para descrição de uma língua, começa com os traços mais gerais, procedendo passo a passo até tornar-se mais específica.

Ao comparar as características da GDF com a abordagem “sistêmico-funcional” de Halliday, Hengeveld e Mackenzie consideram como diferença entre as duas teorias o fato de que, enquanto a Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) tem, como orientação de trabalho, o uso da língua em meio social, a GDF limita-se a reflexões gramaticais sistemáticas de significados sociais. Outra diferença entre estas duas gramáticas, segundo os autores, é que GSF considera o texto, em vez da sentença, o objeto de descrição linguística como vimos na citação anterior Halliday (1985, p. xiii, xiv). Isso, contudo, não se aplica a GDF, que não é, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 29), uma "gramática discurso" no sentido de uma gramática do discurso decorrente de análise de texto-linguística. Em vez disso, afirmam os autores, a GDF deseja entender as propriedades sistemáticas do Ato Discursivo (unidade mínima de comunicação) que exigem referência ao se tornarem parte de um *Move* interativo pelo usuário da língua.

Para Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 29), GDF também difere da GSF por esta última se concentrar mais no indivíduo-psicológico do que na dimensão social do usuário da língua, embora, explicam os autores, os dois aspectos estão natural e estreitamente ligados, pois a interação social é mediada através das psicologias individuais. A última diferença entre as duas gramáticas, apontam os autores, é de ênfase: enquanto a GDF tem uma forte orientação tipológica, buscando fornecer uma teoria geral de recursos linguísticos, GSF, para os linguistas, está mais preocupada com a descrição de línguas individuais.

Com relação à abordagem funcionalista considerada por Dik (1978, p.1; 1989a, p.3), este entende que, em um paradigma funcional, a língua é concebida, primeiramente, como um instrumento de interação social entre seres humanos, sendo usado com o objetivo principal de estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Em Dik (1989a, p.8-9), podemos encontrar o esquema, assim como a explicação, de um modelo de interação verbal que equaciona a consideração funcionalista do papel da expressão linguística dentro da comunicação.

Figura 1. Adaptação do modelo de interação verbal (DIK, 1989, p. 8-9)



Neste modelo da Figura 1, a expressão linguística é função da intenção do falante, da informação pragmática do falante e da antecipação que ele faz da interpretação do destinatário. A interpretação do destinatário, por sua vez, é função da expressão linguística, da informação pragmática do destinatário e da sua conjectura sobre a intenção comunicativa que o falante tem.

Em outras palavras, o falante tenta expressar, por meio das expressões linguísticas, sua intenção comunicativa, levando em conta a informação do destinatário. Já o destinatário tem o papel de tentar reconstruir a intenção do falante, partindo da interpretação das expressões linguísticas utilizadas e de sua informação.

Devemos chamar a atenção ao fato de que a estimativa do conhecimento (compartilhado ou não) entre os usuários da língua é de extrema importância para o sucesso da interação, visto que isso condiciona a estruturação das expressões linguísticas. Outra característica importante para interação é que, com estes conhecimentos (de mundo, situacional, textual), os usuários não necessitam verbalizar totalmente suas intenções.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 37), assim como Dik, consideram que, na construção de uma gramática, há um paralelismo solto com a sequência temporal das ações realizadas por um usuário da língua na produção da linguagem. No entanto, afirmam os

autores, há alguns pontos da GF que a diferem bastante da GDF. Primeiramente, destacam Hengeveld Mackenzie que, na arquitetura da GF, o constituinte essencial no evento comunicativo é o predicado lexical, ou seja, a GF considera o léxico como ponto de partida na geração de estruturas linguísticas. Para a GDF, o Ato Discursivo é o constituinte essencial em todo evento comunicativo iniciado pelo Falante. Em outras palavras, a GDF considera que a geração de uma expressão linguística começa a partir de uma intenção comunicativa que, em última análise, conduz à codificação gramatical de uma parte da informação e a sua articulação ou execução final.

Outro ponto de discordância entre as duas gramáticas, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 37), é o fato de que na GF as noções de comunicação como Tópico e Foco (funções pragmáticas) são tratadas como apêndices de uma representação semântica completa. Isto sugere, para os autores, uma primazia da semântica e da sintaxe sobre a pragmática o que contraria os princípios do funcionalismo. Segundo Hengeveld e Mackenzie, a GDF inverte isso, dando um lugar de destaque para o Ato Discursivo.

2.2 A Gramática Discursivo-funcional

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 1), a Gramática Discursivo-Funcional (GDF) é um modelo gramatical que constitui um componente de uma teoria geral da interação verbal e que pretende ser igualmente válido para todos os tipos de língua, respeitando assim os princípios da linguística funcionalista.

A organização desta gramática se dá de modo *top-down*, iniciando com a intenção do falante até a articulação. Isso é motivado, segundo seus autores, pela suposição de que o modelo de gramática será mais efetivo quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento de produção do discurso. Contudo, não significa que a GDF seja um modelo do falante. Ela é, conforme ressaltam Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 2), uma teoria sobre gramática em uso pelo falante.

Além do Componente Gramatical, fazem parte da composição da GDF os Componentes Conceitual, considerado a força que aciona o Componente Gramatical, o Componente Contextual, onde se encontram as informações contextuais, e o Componente de Saída, que converte as estruturas finais do Componente Gramatical em articulação. Esses interagem com o Componente Gramatical formando um modelo global de interação verbal.

Inicialmente, buscando caracterizar o modelo *top-down* de produção dos enunciados na GDF, detalhamos, nos próximos parágrafos, as duas grandes operações, Formulação e Codificação, responsáveis, respectivamente, pelo acionamento dos níveis dos Níveis Interpessoal e Representacional e dos Níveis Morfossintáticos e Fonológicos que implementam o Componente Gramatical da GDF.

Antes de entrarmos no detalhamento dos níveis da GDF, é importante salientar que o Nível Representacional, o Interpessoal como também o Nível Morfossintático (também referido como Nível de Expressão ou Estrutural) e o Fonológico foram herdados da Gramática Funcionalista (GF) clássica. Segundo Anstey (2004) *apud* Daniel García Velasco e Jan Rijkhoff (2008, p. 09), há uma clara correspondência entre os níveis e as principais áreas de análise linguística:

Pragmática	————→	Nível Interpessoal
Semântica	————→	Nível Representacional
Morfossintaxe	————→	Nível Morfossintático
Fonológico	————→	Nível Fonológico

Contudo, de acordo com Daniel García Velasco e Jan Rijkhoff (2008, p. 09), ao contrário da GF, os quatros níveis de representação da GDF são independentemente organizados e relacionados a outros através das *regras de mapeamento*³, representadas por setas (ver Figura 2). Uma das características da GF que é preservada na GDF, segundo os autores, diz respeito à utilização de representações hierárquicas (em camadas) para explicar as diferenças em escopo.

Voltando ao detalhamento da GDF, as duas grandes operações que acontecem nos seus níveis são de Formulação e de Operação. A Formulação, primeira operação, diz respeito às regras que determinam a constituição das representações pragmáticas e semânticas subjacentes válidas em uma linguagem. Essa operação depende de seus conjuntos de primitivos e envolve três processos interligados:

- a) o primeiro grupo de primitivos⁴ contém os *frames* adequados ao Nível Interpessoal e ao Nível Representacional. São os *frames* que definem as

³ “Unlike FG, the four levels of representation are independently organized and relate to one another through **mapping rules** (negrito nosso), signified by arrows. One of the features of FG that is preserved in FDG concerns the use of hierarchical (layered) representations to account for differences in scope.”

⁴ Embora os primitivos, de acordo com Daniel García Velasco e Jan Rijkhoff (2008, p. 09), sejam considerados específicos de uma língua (os lexemas de uma língua são talvez os exemplos mais óbvios de primitivos

combinações possíveis de elementos nos Níveis Interpessoal e Representacional, portanto, o processo de seleção de um *frame* reflete a estratégia comunicativa do Falante;

- b) o segundo grupo de primitivos contém os lexemas. No grupo dos lexemas, há uma distinção entre aqueles do Nível Interpessoal e aqueles do Nível Representacional. Na implementação da gramática, após a escolha dos *frames*, os lexemas são inseridos. Isso reflete a escolha que o Falante tem para descrever uma mesma entidade através de lexemas com diferentes conotações e/ou denotações;
- c) o terceiro grupo de primitivos contém os operadores interpessoais e representacionais que representam as expressões gramaticais em termos, respectivamente, de seu conteúdo pragmático e semântico. Por exemplo, na camada do Subato Referencial, podemos encontrar os operadores da definitude e, na camada do Subato Atributivo, podemos encontrar como operador o Aproximativo (*sort-of* / *tipo de*) como em *Her shirt was sort-of blue* / sua camisa é *do tipo* azul.

A Codificação diz respeito às regras que convertem as representações pragmáticas e semânticas dentro dos níveis Morfossintático e Fonológico de uma língua. A Codificação também depende dos seus conjuntos de primitivos e envolve três processos:

- a) a seleção de modelos apropriados para os níveis Morfossintático (Expressões Linguísticas, Sintagmas e Palavras) e Fonológico (Enunciados, Sintagmas Entonacionais, Sintagmas Fonológicos e Palavras Fonológicas) que estão estocados em conjuntos distintos de primitivos relevantes para as operações de codificação nos níveis Morfossintático e Fonológico, respectivamente;
- b) a inserção de morfemas gramaticais livres e presos/dependentes no Nível Morfossintático estocados no seu conjunto de primitivos e suas formas supletivas no Nível Fonológico também estocadas no seu conjunto de primitivos;

dependentes de uma língua), a GDF visa descobrir generalizações e hierarquias significantes entre as línguas, que possam prever o número e o tipo de *frames* e modelos que uma língua emprega na base de um limitado grupo de parâmetros. (Tradução nossa)

“Although primitives are assumed to be language-specific (the lexemes of a language are perhaps the most obvious examples of language-dependent primitives), FDG aims at discovering significant cross-linguistic generalizations and hierarchies, which can predict the number and type of frames and templates that a language employs on the basis of a limited set of parameters”.

c) e a aplicação de operadores encontrados no terceiro grupo de primitivos dos níveis Morfossintático e Fonológico. No caso do Nível Morfossintático, esses são considerados marcadores de posição e, no caso do Nível Fonológico, temos, como exemplo, o acento vocábulo de altura aplicado à camada da sílaba.

Em relação à unidade básica do discurso para a GDF, esta não é a oração, mas, como já vimos, o Ato Discursivo. Os Atos Discursivos, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 4), combinam-se em estruturas discursivas maiores, os *Moves*⁵. Essas estruturas maiores podem representar unidades maiores que a oração individual. Por outro lado, os Atos Discursivos podem ser manifestados na língua como orações ou como fragmentos totalmente gramaticais de orações, sintagmas ou palavras. Esse último ponto, asseveram os autores, é importante, pois exige que o modelo gramatical seja capaz de mapear a unidade do Ato Discursivo dentro dos vários tipos de unidades morfossintáticas. Esse procedimento de mapeamento requer, dessa forma, uma abordagem *top-down*.

2.2.1 Caracterização geral do modelo

Como já discutimos acima, no Componente Gramatical, há dois níveis para a Formulação (Nível Interpessoal e Nível Representacional) e dois níveis para a Codificação (o Morfossintático e o Fonológico). Uma das razões, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 4), para se preverem esses quatro níveis de organização linguística dentro do Componente Gramatical é que a referência anafórica é possível para qualquer um deles. Isto significa, segundo os autores, que esses níveis devem estar disponíveis como antecedentes potenciais em representações subjacentes. Vejamos os exemplos dados por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 5):

(1) Nível Interpessoal

- A - *Get out of here!* (Saia daqui!)⁶;
- B - *Don't talk to me like **that**!* (Não fale comigo *desse* jeito!).

(2) Nível Representacional

⁵ A organização dos *Moves* e dos Atos Discursivos é discutida no Nível Interpessoal do Componente Gramatical. Esse é um dos quatro componentes distinguidos pela GDF.

⁶ A tradução deste e dos demais exemplos aqui citados são de nossa responsabilidade.

- A - *There are lots of traffic lights.* (Há muitos semáforos nesta cidade!);
- B - *I didn't notice that.* (Eu não tinha notado isso.).

(3) Nível Morfossintático

- A - *I had chuletas de cordero last night.* (Eu comi *chuletas de cordeiro* noite passada);
- B - *Is that how you say 'lamb chops' in Spanish?* (É dessa forma que se diz "lamb chop" em espanhol?).

(4) Nível Fonológico

- A - *I had /t Su"letasdekor"dero/ last night.* (Comi /t Su"letasdekor"dero/ noite passada);
- B - *Shouldn't that be /tSu"letasdeθor"dero /'?* (Não deveria ser isso /tSu"letasdeθor"dero /'?).

De acordo com a análise feita por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 5), em (1B), o elemento anafórico *that* refere-se à estratégia comunicativa escolhida pelo falante A. Essa estratégia indica a presença de um Nível Interpessoal no substrato da representação de (1A). Em (2B), esse anafórico refere-se à situação que é descrita em (2A). Essa referência puramente semântica, de acordo com os autores, mostra que a estrutura de substrato de (2A) contém um Nível Representacional de organização.

As referências anafóricas em (3B) e em (4B) são diferentes, conforme Hengeveld e Mackenzie, uma vez que são de natureza metalinguística. Em (3B), *that* (*isso*) não se refere à entidade descrita por *chuletas de cordero*, mas ao sintagma *chuletas de cordero* como tal. Este sintagma é uma unidade morfossintática, portanto a conclusão que chegam os autores é que o sintagma está presente na estrutura de substrato e pode assim funcionar como um antecedente para a referência anafórica. O mesmo acontece com a referência anafórica em (4B), a única diferença aqui é que o antecedente é uma unidade fonológica, e não morfossintática.

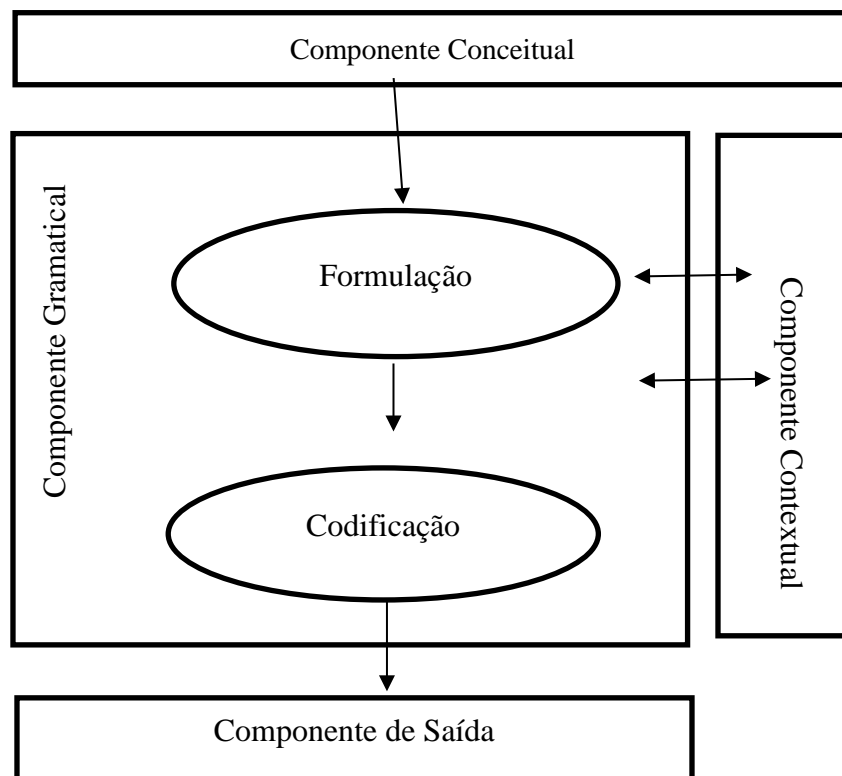
A partir desses fatos, Hengeveld e Mackenzie concluem que a representação de substrato de um enunciado contém quatro níveis de organização: um Interpessoal (Pragmática), um Representacional (Semântica), um Morfossintático (Morfossintaxe) e um Fonológico (Fonologia). Os autores observam que todos esses níveis são de natureza puramente linguística. Isso vale para o Nível Interpessoal e Representacional também, uma

vez que estes níveis descrevem a língua em termos de sua função e significado, mas somente na medida em que estejam codificados na gramática de uma língua. Assim, o Nível Interpessoal representa a unidade linguística em termos de sua função de comunicação, e o Nível Representacional em termos de sua categoria semântica. Nas seções seguintes trataremos de forma mais detalhada dos componentes e níveis da GDF.

2.2.2 Os Componentes Conceitual, Contextual e de Saída

De acordo com a organização da Figura 2 a seguir, podemos perceber que o Componente Gramatical da GDF está ligado ao Componente Conceitual, ao Componente Contextual e ao de Saída dentro de um modelo global de interação verbal.

Figura 2. GDF como parte de uma ampla teoria da interação verbal⁷



Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p.6), os componentes da Figura 2 não gramaticais interagem de várias formas com o Componente Gramatical.

⁷Através da organização do Componente Gramatical feita pela GDF, conclui-se que esta teoria leva a abordagem funcional ao extremo de sua lógica: dentro de sua organização *top-down* da gramática, a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe, a pragmática a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia.

O Componente Conceitual, por exemplo, é responsável pelo desenvolvimento das intenções comunicativas relevantes para o evento discursivo corrente e para as conceitualizações associadas a eventos extralinguísticos relevantes.

Para Hengeveld e Mackenzie (2008, p.7), esse componente é a força motriz por trás do Componente Gramatical como um todo. É nele, afirmam os autores, que é representado o material ideacional e interativo pressuposto por cada pedaço do discurso em análise e pelos vários *Moves* comunicativos e Atos Discursivos que ele contém (Componente Gramatical). Deve-se ressaltar que, nessa teoria, o Componente Conceitual não inclui os vários aspectos da cognição que são potencialmente relevantes para a análise linguística, mas somente aqueles que afetam de imediato a intenção comunicativa verbal.

Já o Componente Contextual, componente também não gramatical, embora contenha informações contextuais, essas são limitadas. Hengeveld e Mackenzie (2008, p.9-10) consideram que:

este componente contém dois tipos de informação de âmbito limitado. Em primeiro lugar, abriga a informação imediata recebida do Componente Gramatical, relativa a uma declaração particular que é relevante para a forma que as declarações subsequentes podem tomar. Em segundo lugar, ele contém informações de longo prazo sobre a interação em curso que é relevante para as distinções que são necessárias no idioma que está sendo utilizado, e que influencia a formulação e a codificação nesse idioma⁸. (Tradução nossa)

As setas da Figura 2 simbolizam a influência que este componente tem na formulação e na codificação dos dois tipos de informações, de curto prazo e de longo prazo.

A informação de curto prazo, no Componente Contextual, segundo os autores, deve ser mantida continuamente atualizada, uma vez que as cadeias anafóricas dependem da disponibilidade no Componente Contextual de antecedentes válidos. Já em relação às informações de longo prazo ou de longo termo, estas podem ser em relação ao sexo do Ouvinte e às formalidades das relações entre Falante e Ouvinte. Fatores como o gênero de um texto, registro de fala, estilo etc. serão apenas incluídos quando tiverem um efeito sistemático nas escolhas gramaticais durante o processo de formulação. Outros exemplos dos fenômenos que estão ligados ao Componente Contextual são a reflexividade, a anáfora e os casos de encadeamento narrativo.

⁸ [...] *this Component contains two types of information, both of them limited in scope. Firstly, it houses the immediate information received from the Grammatical Component concerning a particular utterance which is relevant to the form that subsequent utterances may take. Secondly, it contains longer-term information about the ongoing interaction that is relevant to the distinctions that are required in the language being used, and which influence formulation and encoding in that language.*

Já o último componente, o Componente de Saída, este é responsável em produzir expressões acústicas ou ortográficas com base nas informações providas pelo Componente Gramatical, convertendo, assim, as estruturas finais do Componente Gramatical em articulação.

2.2.3 Os níveis do Componente Gramatical

2.2.3.1 O Nível Interpessoal

O Nível Interpessoal, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p.46), é o nível que lida com todos os aspectos formais da unidade linguística que refletem seu papel na interação entre Falante e Ouvinte. Cada participante interage com um propósito específico na mente, caracterizando o papel da pragmática no nível. Em alguns casos, o propósito pode ser muito importante (como uma entrevista de trabalho) e, em outros casos, o propósito pode ser meramente manter a relação social (uma comunicação fática). A intencionalidade da interação implica uma estratégia para atingir suas metas comunicativas.

Como já foi dito anteriormente, as intenções comunicativas não são modeladas dentro da gramática como tal, mas no Componente Conceitual da teoria mais ampla de interação verbal. E é esse componente, como já explicado, que desencadeia o funcionamento da gramática como um todo, iniciando com o Nível Interpessoal e o Representacional.

Vale lembrar, mais uma vez, que a GDF apenas representa as intenções comunicativas quando estas estão codificadas na mensagem. Dessa forma, um Falante pode indicar descontentamento com alguém, elogiando-o/a ironicamente (*Ela é uma GRAAANDE amiga!*). Mas somente quando acontecer de a língua oferecer uma forma sistemática de exibir esta figura de linguagem, no caso a ironia, por meio do reconhecimento do contorno da entoação, ela será refletida no Nível Interpessoal como um aspecto da gramática.

Antes de falarmos da estrutura de organização do Nível Interpessoal, devemos explicar que a organização em camadas hierarquicamente ordenados dos níveis da GDF apresenta uma forma máxima de estrutura geral dentro de níveis que é representada pela figura (3):

Figura 3. Estrutura geral dos níveis em camadas

$$(\pi v_1: [head (v_1)_\Phi]: [\sigma (v_1)_\Phi])_\Phi$$

Nessa figura, *head* é o núcleo, v_1 representa a variável de relevância da camada, o símbolo π representa o operador que marca a camada relevante; σ leva a variável como argumento; Φ representa a função.

No Nível Interpessoal, somente a variável (V_1) é obrigatória, isto é, a estrutura mínima deste nível é a variável (V_1), vejamos a próxima figura:

Figura 4. Estrutura em camadas do Nível Interpessoal

$$(\pi V_1: H(V_1): \Sigma^N (V_1))_\Phi$$

Nessa figura Σ simboliza o modificador. Na GDF, os modificadores representam estratégias lexicais, e os operadores e funções representam estratégias gramaticais.

A seguir, na figura 5, temos a estrutura do Nível Interpessoal representada de forma mais detalhada:

Figura 5. Estrutura do Nível Interpessoal

$(\pi M_1: [$	Move
$(\pi A_1: [$	Ato Discursivo
$(\pi F_1: ILL (F_1): \Sigma (F_1))$	Ilocução
$(\pi P_1: \dots (P_1): \Sigma (P_1))_\Phi$	Falante
$(\pi P_2: \dots (P_2): \Sigma (P_2))_\Phi$	Ouvinte
$(\pi C_1: [$	Conteúdo Comunicado
$(\pi T_1: [...] (T_1): \Sigma (T_1))_\Phi$	Subato de Atribuição
$(\pi R_1: [...] (R_1): \Sigma (R_1))_\Phi$	Subato de Referência
$] (C_1): \Sigma (C_1))_\Phi$	Conteúdo Comunicado
$] (A_1): \Sigma (A_1))_\Phi$	Ato Discursivo
$] (M_1): \Sigma (M_1))_\Phi$	Move

Quanto à estrutura deste nível (Figura 5), esta é formada pelo *Move* (M), a maior unidade da interação importante para a análise gramatical, e este pode ser gramaticalmente importante pelo fato de corresponder a uma única unidade gramaticalmente identificável do discurso. Somente o *Move* pode provocar a reação do interlocutor (uma resposta a alguma

questão, uma objeção a um argumento etc.) e esta reação, ela mesma, deve tomar a forma de um outro *Move*.

O *Move* pode conter um ou mais Ato Discursivo (A), que é a unidade básica de análise, por ser a unidade mínima de comunicação dentro da GDF. Diferente do *Move*, o Ato Discursivo provoca um canal de resposta (*backchannel*), ou seja, uma resposta que encoraja o Falante a continuar; ou ainda, o Ato Discursivo promove a comunicação buscando atingir uma meta comunicativa. Cada Ato Discursivo contém uma Ilocução (F), que especifica uma relação entre o ato de fala dos Participantes (P, o Falante (P₁) e o Ouvinte (P₂)) e o Conteúdo Comunicado (C)⁹. O Conteúdo Comunicado contém um número variado de Subatos Atributivos (T) e de Subatos Referenciais (R)¹⁰. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 15) chamam a atenção para o fato de que as duas últimas unidades são operadas na mesma camada, isto é, não há nenhuma hierarquia entre elas. A equipolência na GDF é marcada pelo uso dos colchetes. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 15), “em geral, as unidades do Nível Interpessoal são analisadas em termos da sua função comunicativa”¹¹.

2.2.3.2 Nível Representacional

A estrutura em camada do Nível Representacional, com base na estrutura geral das camadas dos níveis do Componente Gramatical, tem sua representação na figura a seguir:

Figura 6. Estrutura em camadas do Nível Representacional

$$(\pi e_1: [(f_1: [(v_1) (v)_\phi^n] (f_1)) (e_1)_\phi]: [\sigma (e_1)_\phi])$$

⁹ Exceto interjeições e expressões básicas de emoção – raiva: droga!; dor: ai!; medo: socorro! etc. Para um estudo mais aprofundado ver Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 76).

¹⁰ Segundo Daniel García Velasco e Jan Rijkhoff (2008, p. 10-11), a construção do Conteúdo Comunicado (C) com base nos Subatos Referenciais (R) e Atributivos (T) é uma inovação da GDF (esses subatos não estão presente na GF de Dik, 1989) que torna possível a distinção entre entidades semânticas e as funções pragmáticas de referência e predicação ou atribuição. Por conta disso, esclarecem os autores, todos os aspectos que determinam a forma real da expressão linguística devem ser especificados no Nível Interpessoal e, por conseguinte, as funções pragmáticas como Tópico e Foco são também adicionadas ao esquema deste nível.

“*The third argument of the illocutionary frame is the communicated content (C), constructed on the basis of Referential (R) and Ascriptive (T) Subacts. These variables, which were absent in FG, make it possible to distinguish between semantic entities and the pragmatic functions of reference and predication or ascription.*

[...]

Since all pragmatic aspects that determine the actual form of the linguistic expression must be specified at the interpersonal level, pragmatic functions such as Topic and Focus are also added to the schema at this level.”

¹¹ *In general, then, at the Interpersonal Level units are analysed in terms of their communicative function.*

Na estrutura acima, v é uma variável que varia ao longo das variáveis, e_1 representa a categoria semântica Estado-de-Coisas e f_1 representa categoria semântica de ordem zero Propriedade.

O Nível Representacional, como podemos ver a partir da descrição de sua camada na Figura 6, já lida com os aspectos semânticos¹² das unidades linguísticas, ou seja, as unidades são descritas em termos de categorias semânticas.

Entretanto, o Nível Representacional, assim como o Interpessoal, como já foi esclarecido anteriormente, também tem sua estrutura representada de forma hierárquica. Vejamos a seguir a organização hierárquica desse nível de forma mais detalhada:

Figura 7. Estrutura do Nível Representacional

$(\pi p_1): [$	Conteúdo Proposicional
$(\pi ep_1):$	Episódio
$(\pi e_1):$	Estado-de-Coisas
$[(\pi f_1): [$	Propriedade Configuracional
$(\pi v_1: \blacklozenge (v_1): [\sigma (v_1) \Phi])$	Alguma categoria semântica
...	...
$(\pi v_{1+n}: \blacklozenge (v_{1+n}): [\sigma (v_{1+n}) \Phi]) \Phi$	Alguma categoria semântica
$] (f_1): [\sigma (f_1) \Phi]$	Propriedade Configuracional
$(e_1) \Phi]: [\sigma (e_1) \Phi]$	Estado-de-coisas
$(ep_1): [\sigma (e_1) \Phi]$	Episódio
$(p_1): [\sigma (p_1) \Phi]$	Conteúdo Proposicional

Em relação às categorias semânticas desse nível, os autores tomaram, como ponto de partida para a caracterização destas, a classificação tríplice de tipo de entidades apresentadas em Lyons (1977, p. 442-7). Lyons diferencia três tipos de ordem de entidades. A entidade de primeira ordem é o Indivíduo (x). Ela pode ser localizada no espaço e pode ser avaliada em termos de sua existência. A outra é o Estado-de-Coisas (e), entidade de segunda ordem. Essa pode ser localizada no espaço e no tempo e pode ser avaliada em termos de sua realidade. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), essa categoria pode ser caracterizada por

¹² A base da análise semântica usada nesse nível por Hengeveld e Mackenzie será tratada mais adiante, no capítulo Referência e Atribuição na GDF.

ter uma ou mais Propriedades (f)¹³, Configuracional ou Complexa, contendo descrição de Indivíduos (x) e outras Propriedades (f).

Outra categoria é a de Conteúdo Proposicional (p), entidade de terceira ordem. Sendo um constructo mental, não pode ser localizado nem no espaço e nem no tempo. É avaliado em termos de sua verdade. Para os autores, um Conteúdo Proposicional com um núcleo configuracional é formado por pelo menos um Episódio nuclear (ep), mas pode conter mais de um Episódio adicional (ep + N). O Episódio¹⁴ (ep) é, na realidade, uma combinação de categorias semânticas de ordem inferior. Ele é, tematicamente, uma combinação coerente de Estado-de-coisas que são caracterizados por unidade ou continuidade do Tempo (t), Localização (l) e Indivíduos (x).

2.2.3.3 O Nível Morfossintático

Trabalhamos nas seções anteriores com as características gerais dos Níveis Interpessoal e Representacional. Como vimos, esses níveis são atinentes à formulação, isto é, à tradução das intenções conceituais dentro das estruturas de uma língua específica que fundamentam a forma linguística. Nesta seção de nossa tese, tratamos da codificação, que diz respeito às características gerais do Nível Morfossintático e do Fonológico.

Iniciando com o Nível Morfossintático¹⁵, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 282) consideram que a função do Nível Morfossintático é tomar os dois *inputs*, um do Nível

¹³ A Propriedade é uma categoria proposta pela Gramática Funcional (GF) e é uma entidade de ordem zero que não é avaliada em torno de sua existência, mas de sua aplicabilidade, portanto, construída com base nos predicativos.

¹⁴ Esclarecem Daniel García Velasco e Jan Rijkhoff (2008, p. 11) que há uma diferença importante entre GF e GDF em relação à proposição, pois esta (representada pela variável-p na GDF) é assumida por esta teoria como sendo parte do Nível Representacional, enquanto que, na GF, ela faz parte do Nível Interpessoal.

“*There is an important difference between FG and FDG in that the proposition (represented by the p-variable in FDG) is now assumed to be part of the representational level rather than the interpersonal level*”

¹⁵ Explicam Daniel García Velasco e Jan Rijkhoff (2008, p. 12) que:

na GF clássica, as representações subjacentes como em (12) são convertidas em expressões linguísticas reais depois da aplicação de um número de regras de expressões que cuidam da forma e ordem dos constituintes nas sentenças. Por essas regras de expressões envolverem características específicas da língua, é aqui que as diferenças entre línguas individuais são feitas de forma explícitas. Isso indica que, na GF, a sintaxe é meramente considerada como a atualização de uma representação semântica subjacente. De fato, os constituintes sintáticos e a ordem das palavras não são considerados como noções primitivas na GF, mas o resultado de complexas interações entre os princípios gerais de ordenação. (Tradução nossa)

(12)

(Pass e₁: (f₁: abrir_V (f₁)) (1 x₁: (f₂: homem_N (f₂)) (x₁))_{Ag}

(1 x₂: (f₃: porta_N (f₃)) (x₂))_{Pac} (e₁))

[...]

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2006: 675):

Na GDF, por contraste, tem sido dado à ordem linear e à estrutura do constituinte um *status* mais proeminente com a introdução de um nível morfossintaxe separado. Em conformidade com a base metodológica funcional, a GDF assume que a ordem sintática pode geralmente ser explicada com base no significado e no uso de

Interpessoal e outro do Representacional, e fundi-los dentro de uma única representação estrutural que será convertida em uma construção fonológica no nível seguinte, que, finalmente, será a entrada ou *input* para o articulador, o Componente de Saída do modelo geral.

Na GDF, de alguma maneira, o Nível Morfossintático depende de seu *input*. As estruturas do *input* fornecem informação que o Nível Morfossintático aplica em seus próprios princípios de organização. Esse nível, segundo os autores, deve passar para o Nível Fonológico uma cobertura exata da informação, de forma que um intérprete seja capaz de reconstruir exatamente as estruturas de seu *input*. Em outras palavras, o Nível Morfossintático não pode adicionar ou subtrair informações semânticas e pragmáticas. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 282) afirmam que o *input* contém informação lexical que deve ser preservada (até se ela for sujeita à alteração morfológica) na saída.

Além disso, acrescentam os linguistas, o *input* contém um número abrangente de informações não-lexicais: (i) informação sobre dependências, por exemplo, relações modificadores principais e relações núcleos dependentes; (ii) informações sobre funções, por exemplo, relações semânticas entre argumentos e predicados ou relações pragmáticas entre Atos Subsidiários e Atos Discursivos Nucleares; (iii) informação sobre operadores, cada aplicação em seu próprio domínio; e (iv) informação abstrata do tipo que deve ser convertida nas proformas de vários tipos. O Nível Morfossintático deve, portanto, ser configurado de forma que a informação seja preservada e interpretada corretamente no lugar certo em estrutura sintática e morfológica.

expressões linguísticas. Contudo, a teoria também admite que certos fatos sintáticos podem ser governados por princípios independentes, que garante “a postulação de um nível morfossintático separado dentro da gramática, em vez do *out put*/saída da gramática como na GF”. (Tradução nossa)

In classical FG, underlying representations like (12) are converted into actual linguistic expressions after the application of a number of expressionrules that take care of the form and order of the constituents in sentences. Since these expression rules involve language specific features, it is here that the differences between individual languages are made explicit. This indicates that in FG syntax is merely regarded as the actualization of an underlying semantic representation. Indeed, syntactic constituents and word order are not considered primitive notions in FG, but the result of complex interactions between general ordering principles.

(12)

(*Past* e₁: (f₁: *open*_V (f₁)) (1 x₁: (f₂: *man*_N (f₂)) (x₁))_{Ag}

(1 x₂: (f₃: *door*_N (f₃)) (x₂))_{Pat} (e₁))

[...]

In FDG, by contrast, linear order and constituent structure have been given a more prominent status with the introduction of a separate morphosyntactic level. In accordance with basic functional methodology, FDG assumes that syntactic order can generally be explained on the basis of the meaning and use of linguistic expressions. However, the theory also admits that certain syntactic facts may be governed by independent principles, which warrant “the postulation of a separate morphosyntactic level within the grammar, rather than as the output of the grammar as in FG” (Hengeveld and Mackenzie 2006: 675).

A relação entre o Nível Morfossintático e os outros dois níveis (Interpessoal e Representacional), de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 283), é governada por três princípios: Iconicidade, Integridade de Domínio e Estabilidade Funcional. Cada um, a sua maneira, afirmam os autores, contribui para maximizar o paralelismo entre as estruturas, aumentando assim a transparência e facilitando a interpretação da estrutura linguística. A Iconicidade é ilustrada pelos autores como a correspondência entre a ordem em que o Move e o Ato Discursivo (no Nível Interpessoal) e as Proposições e os Episódios (no Nível Representacional) são introduzidos e a ordem em que são expressos. A Integridade se refere à preferência por unidades que, juntas nos dois primeiros níveis, podem ser justapostas uma a outras no nível Morfossintático. Há uma preferência por uma relação um-para-um entre as estruturas hierárquicas dos níveis de entrada e o Morfossintático. A Estabilidade Funcional diz respeito ao condicionamento de que os constituintes com a mesma especificação sejam colocados na mesma posição em relação a outras categorias.

Com relação à organização da estrutura hierárquica, a Figura 8, a seguir, mostra o *template* ou padrão máximo geral para os *frames* (moldes) morfossintáticos na camada de expressão linguística, onde cada unidade pode ocorrer mais de uma vez.

Nesse nível, uma unidade linguística é analisada em termos de seus constituintes sintáticos, das camadas mais altas às camadas mais baixas: Expressões Linguísticas (Le), Cláusulas (Cl), Sintagmas de vários tipos (X_p) e Palavras de vários tipos (X_w). Na estrutura das palavras, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 17), faz-se a distinção dos vários tipos de morfemas (X_m), mas isto não é mostrado na Figura 8. Como o Ato Discursivo é a unidade básica do discurso, não se centra a análise na noção de sentença na GDF.

Figura 8. Estrutura do Nível Morfossintático

$$(Le_1: [(Cl_1): [(X_w) (X_{p1}): [(X_w) (X_{p2}) (Cl_2)] ((X_{p1})) (Cl_3)] (Cl_1)]) (Le_1))$$

Para os autores, não é necessário mapear as unidades pragmáticas e semânticas uma por uma, assim como as unidades morfossintáticas. Como já explicado anteriormente, os Atos Discursivos podem ser expressos como Cláusula, Sintagmas ou Palavras. Como exemplo, predicções semânticas formadas de uma unidade designando uma Propriedade e duas unidades designando Indivíduos podem aparecer em uma língua como uma Cláusula com três constituintes e, em outras, como uma única palavra.

Caracterizando as camadas relevantes do Nível Morfossintático da Figura 8, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 293) definem a Expressão Linguística (Le) como qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática. Onde houver mais de uma unidade dentro de uma Expressão Linguística, elas comprovadamente partilharão as mesmas propriedades morfossintáticas: as unidades que se combinam em uma Expressão Linguística são as Cláusulas ou orações, Sintagmas e Palavras.

A Cláusula¹⁶ (Cl) ou oração simples é um agrupamento de um ou mais Sintagmas e, possivelmente, Palavras (gramaticais), e é caracterizada, em maior ou menor grau, por expressões morfológicas de conexão (em especial, regência e concordância). São os *templates* ou padrões, na teoria, responsáveis pela ordenação dos Sintagmas e de outras unidades que a compõem, e pelas expressões morfológicas de conexão. Para os autores, a Cláusula é tida como uma categoria universal no que tange à estrutura morfossintática.

O Sintagma (X_p) tem como núcleo um item lexical que é transmitido a partir do Nível Interpessoal ou do Nível Representacional. Não há correspondência biunívoca entre as classes de lexemas reconhecidas em uma língua e os tipos de Sintagmas e classes de Palavras reconhecidas dentro dessa mesma língua.

2.2.3.4 O Nível Fonológico

Para cada Ato Discursivo, o Nível Fonológico fornece uma representação que serve como *input* para o Componente de Saída. O Nível Fonológico é apresentado na teoria de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 421) como um parceiro do Nível Morfossintático, sendo uma das duas manifestações da Codificação. Segundo os autores, o Nível Fonológico é “digital”, em paralelo com os outros níveis estudados nesta teoria, contendo representações em fonemas que são, no final das contas, baseados em oposições fonológicas binárias. Esse nível não mostra a “melodia” do Sintagma Entonacional, mas fornece um número de indicações, em cada camada, que o Componente de Saída converte em um resultado que flui suavemente.

O Nível Fonológico recebe o *input* de todos os outros três níveis e é totalmente dependente desses níveis para a sua operação de saída (*output*), na qual aplica os seus próprios primitivos. Estes primitivos abrangem (i) os padrões prosódicos que se aplicam em

¹⁶ Segundo o modelo *top-down* e a abordagem centrípeta, se, numa língua, o local dos constituintes é direcionado por fatores pragmáticos, o local deles deverá preceder o local dos outros. Assim, a colocação dos modificadores interpessoais precede os representacionais, num movimento centrípeta.

cada camada de análise; (ii) um inventário de seqüências segmentais (o léxico gramatical) expressando configurações particulares de morfemas ou marcadores de posição em outros níveis; (iii) um conjunto de operadores terciários que terão seu efeito final no Componente de Saída, assim como os operadores secundários têm no Nível Morfossintático, seu efeito no Nível Fonológico.

Na GDF, a estrutura hierárquica desse nível (Figura 9) está composta por seis camadas: Enunciado, Sintagma Entonacional, Sintagma Fonológico, Palavra Fonológica, Pé e Sílabas. Assim, temos a seguinte estrutura do Nível Fonológico:

Figura 9. Estrutura do Nível Fonológico

$(\pi U_1: [$	Enunciado
$(\pi IP_1: [$	Sintagma Entonacional
$(\pi PP_1 [$	Sintagma Fonológico
$(\pi PW_1: [$	Palavra Fonológica
$(\pi F_1: [$	Pé
$(\pi S)^N$	Sílabas
$] (F_1))$	Pé
$] (PW_1))$	Palavra Fonológica
$] (PP_1))$	Sintagma Fonológico
$] (IP_1)$	Sintagma Entonacional
$] (U_1))$	Enunciado

Em outras palavras, um Enunciado (U_1) consiste de um ou mais Sintagmas Entonacionais (IP_1), os quais são compostos de um ou mais Sintagmas Fonológicos (PP_1); cada Sintagma Fonológico (PP) contém uma ou mais Palavras Fonológicas (PW_1), e estas são compostas de um ou mais Pé (F_1), que, por sua vez, são feitos de pelo menos uma Sílabas (S_1).

Com base no que foi discutido na fundamentação teórica que buscamos para esta pesquisa, acreditamos ser a Gramática Discursivo-Funcional o modelo mais adequado para a análise da construção apositiva restritiva da língua portuguesa, pois essa é uma construção que não se define apenas por uma única propriedade (morfossintática, semântica ou pragmática), e o modelo da GDF, por sua vez, oferece uma possibilidade de análise dessas propriedades integradamente.

2.3 Síntese conclusiva

No presente capítulo, procuramos dar uma visão geral do Funcionalismo linguístico, pressupostos teóricos e principais vertentes, com atenção especial ao modelo teórico que é suporte para esta pesquisa: a Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008).

Explicamos os papéis de Michael Halliday (1985) e Simon Dik (1978) no desenvolvimento das ideias funcionalistas de Praga. De acordo com esses autores, a abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua analisando as condições discursivas em que se verificam esse uso. Portanto, Halliday e Dik rejeitam uma descrição das construções linguísticas que se limite à indicação das funções gramaticais, como acontece na análise gerativista que tem como base a dicotomia chomskiana, entre competência e atuação.

No entanto, a teoria abordada pelos dois linguistas também se diferencia da Gramática Discursivo-Funcional. Isso se deve, principalmente, ao fato de que a GDF, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), ocupa uma posição a meio caminho entre as abordagens radicalmente funcionais e radicalmente formais para a análise gramatical.

De forma mais detalhada, apresentamos as características que marcam a Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008): apresentamos a sua arquitetura, explicando sua natureza modular e de estratificação descendente (*top-down*); e tratamos das operações Formulação e Codificação.

Dentro da análise da estratificação *top-down* e das operações que ocorrem nela, explicamos as características do Componente gramatical, que é formado pelos Níveis Interpessoal (Pragmática), Representacional (Semântica), Morfossintático (Morfossintaxe) e Fonológico (Fonologia) - e caracterizamos os componentes não gramaticais da teoria, Componente Conceitual, Contextual e de Saída e explicamos a relação destes com o Componente Gramatical.

Esperamos, assim, que, a partir dessa breve exposição, o leitor consiga entender o desenvolvimento do nosso estudo sobre a aposição restritiva no português brasileiro escrito contemporâneo, que tem como suporte esse referencial teórico. A partir do próximo capítulo, passamos, então, a tratar de alguns conceitos da Gramática Discursivo-Funcional que foram de suma importância para a nossa pesquisa.

3 REFERÊNCIA E ATRIBUIÇÃO

Para falarmos sobre referência e atribuição na Gramática Discursivo-Funcional, entendemos ser importante apresentarmos, inicialmente, mesmo que de forma sucinta, as abordagens mais importantes de estudo da referência na Semântica Formal, na Semântica da Enunciação, na Semântica Cognitiva e na “teoria da representação discursiva”. Para tanto, recorreremos à síntese já feita por Oliveira (2006) sobre o tratamento dado à referência pela Semântica Formal, Semântica de Enunciação e Semântica Cognitiva. E em relação à representação discursiva, tratamos do assunto com base no trabalho de Adam (2014). Em seguida, apresentamos, de forma mais particular, a referência e a atribuição segundo a Gramática Discursivo-Funcional.

3.1 A referência e o sentido na Semântica Formal

Segundo Oliveira (2006, p. 20), a Semântica, em geral, deve muito à definição de significado estabelecida pelo lógico alemão Gottlob Frege (1848-1925). Frege, afirma a autora, legou-nos pelo menos duas grandes contribuições: a distinção entre sentido e referência e o conceito de quantificador. No nosso trabalho, tratamos apenas da distinção entre sentido e referência.

O sentido é, de acordo com Oliveira, o que nos permite chegar a uma referência no mundo. Essa distinção é fundamental para Frege (1978), pois sem ela não é possível fazer a diferença entre:

- (1) A estrela da manhã é a estrela da manhã.¹⁷
- (2) A estrela da manhã é a estrela da tarde.

A sentença (1) é, segundo a Semântica Formal, uma tautologia, isto é, uma verdade óbvia que independe dos fatos no mundo. Portanto, seu grau de informatividade aproxima-se de zero. Em relação ao exemplo (2), afirma-se uma igualdade que precisa ter sua veracidade confirmada no mundo. Ou seja, se realmente aquilo que foi denominado como *estrela da manhã* é o mesmo objeto que foi denominado *estrela da tarde*. Como, para nossa

¹⁷ A numeração dos exemplos reinicia-se a cada capítulo.

comunidade, essa relação é tida como verdadeira, podemos nos referir ao planeta Vênus como a *estrela da manhã* ou como a *estrela da tarde*. Observamos que, por algum tempo, chegou-se a pensar que esses nomes próprios¹⁸ tinham referentes diferentes.

A diferença entre as sentenças (1) e (2), segundo Oliveira, só é possível porque esta teoria diferencia sentido de referência, pois, como podemos observar, os sintagmas *estrela da manhã* e a *estrela da tarde* têm a mesma referência, mas expressam pensamentos diferentes. Entende-se, assim, que, para a Semântica Formal, uma mesma referência pode ser recuperada por meio de vários sentidos.

Devemos ressaltar, contudo, que o sentido nessa teoria só nos permite conhecer algo se a ele corresponder uma referência. Em outras palavras, pode-se a partir do sentido entender de que objeto estamos falando, mas esse sentido ou juízo de valor tem a sua construção a partir do objeto no mundo, e é esse objeto, de acordo com Oliveira, que nos permite avaliar se o que dizemos é falso ou é verdadeiro. A verdade não está, portanto, para a Semântica Formal, na linguagem, mas nos fatos do mundo, em outras palavras, a referência está no mundo, na realidade.

Por isso, afirma Oliveira que, para Frege, mas não para a Semântica Formal contemporânea, sentenças que falam de personagens fictícios não apresentam valor de verdade, desta forma sentenças como “roubaram o cachimbo do Saci Pererê” não podem ser cognitivas, porque elas não se referem a um objeto real, em outras palavras, a referência não pode ser feita em relação a tal objeto, uma vez que, no mundo real, não é possível a existência de personagens fictícios.

3.2 A referência na Semântica da Enunciação

De acordo com Oliveira (2007, p. 27), Ducrot (1979) considerava a Semântica Formal inadequada, porque ela se respalda num modelo informacional, em que o conceito de verdade é externo à linguagem. Para Ducrot, a linguagem constitui o mundo, por isso não é possível sair dela. Devido a essa visão da linguagem formadora do mundo, o autor, e, conseqüentemente, a Semântica da Enunciação consideram a referência como uma ilusão criada pela linguagem. Estamos sempre inseridos na linguagem. Por isso, afirma Ducrot que falamos para construir o mundo e, a partir dele, tentar convencer nosso interlocutor da nossa verdade, verdade criada pelas nossas interlocuções. Assim, de acordo com Oliveira, a

¹⁸ Dentro da Semântica Formal, nome próprio refere-se à unidade linguística com sentido completo ou saturado como *estrela da manhã*.

linguagem para a Semântica da Enunciação é uma dialogia, ou melhor, uma “argumentalógica”; não falamos para trocar informações sobre o mundo, mas para convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo da nossa verdade. A ideia, portanto, de referência, nessa perspectiva, está na linguagem e não no mundo.

3.3 A referência na Semântica Cognitiva

A publicação, em 1980, de *Metaphors we live by*, de George Lakoff e Mark Johnson, é considerada um dos marcos inaugurais da Semântica Cognitiva. Segundo Oliveira (2006, p. 33), esse modelo parte da hipótese de que o significado é que é central na investigação sobre a linguagem. A forma, portanto, deriva da significação, porque é a partir da construção de significados que aprendemos, inclusive, a lógica e a linguagem.

Essa teoria não considera, assim, a existência da referência no sentido da Semântica Formal, ou segundo Lakoff (*apud* Oliveira 2006), Semântica Objetiva, pois a referência na Semântica Formal, como vimos, está ligada a um mundo fora da linguagem, ou seja, a linguagem está numa relação de correspondência direta e objetiva com o mundo, assim, o significado será o resultado de uma relação de competição entre a linguagem e o mundo.

Contudo, a Semântica Cognitiva distancia-se também da teoria da Semântica da Enunciação que, embora não considere a referência fora da linguagem, não a despreza totalmente, pois considera que esta é interna ao discurso, com já foi explicado anteriormente.

Na realidade, a Semântica Cognitiva nem ao menos trabalha com a possibilidade de existir referência na linguagem, uma vez que, para essa teoria, o significado emerge de dentro para fora, e, por isso, ele é motivado. Ou seja, a significação linguística emerge de nossas significações corpóreas, dos movimentos de nossos corpos em interação com o meio que nos circunda. Essa perspectiva, assim, considera que a referência está na cognição.

Este tipo de abordagem que considera que o significado emerge de dentro para fora é definida por Lakoff como realismo experientalista, uma vez que, para Lakoff, a hipótese central de que o significado é natural e experiential se sustenta na constatação de que ele se constrói a partir de nossas interações físicas, corpóreas com o meio ambiente em que vivemos.

3.4 O ato de referência e a construção de uma representação discursiva

Segundo Adam (2014, p. 113-114), a atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável. Esse universo semântico pode ser representado por uma proposição constituída apenas de um nome e um adjetivo, como também, ao seu núcleo proposicional podemos associar constituintes periféricos mais ou menos autônomos circunstanciais como *No lago de Annency, Entre Deuil e Épinay*, ou construções deslocadas (CD), como *Tendo derrubado o cartazeiro Achille e ao cair do carro de feno*, que têm, segundo o autor, um valor de tematização da parte predicativa de uma posição cujo tema-sujeito está na frase núcleo. Em todos os casos, Adam (2011, p. 114) considera que podemos perceber que a extensão da proposição consegue preencher “o pequeno mundo” da Rd (representações discursivas) que são elaboradas a partir do interpretante:

É o interpretante que constrói a Rd a partir dos enunciados (esquemática), em função de suas próprias finalidades (objetivos, intenções) e de suas representações psicossociais da situação, do enunciado e do mundo do texto, assim como de seus pressupostos culturais.

Ao escolher a expressão “construção de uma representação discursiva”, Adam procura dar a entender que a linguagem faz referência e que todo e qualquer texto é uma proposição de um mundo que pede ou até mesmo induz o interpretante (Falante ou Ouvinte) a responder com uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re) construção dessa proposição de (pequeno) mundo ou Rd. Para o autor, a partir da compreensão de que a linguagem não pode ser caracterizada como:

- a) limitada, pois apenas aponta para o mundo, como prega a Semântica Formal;
- b) dialogal, ou seja, um jogo discursivo em que cada Falante busca convencer o outro de sua verdade, como afirma Ducrot;
- c) não referencial, pois o seu significado, segundo a Semântica Cognitiva, emerge de dentro para fora;

poderemos escapar de uma concepção binarista esquemática: a linguagem fala OU não fala do mundo, posição descritivista OU atributivista.

Consideramos que a GDF procura escapar de uma concepção binarista esquemática, pois essa gramática, com veremos a seguir, ao tratar dos Subatos Referenciais e ao introduzir os Subatos Atributivos a partir da ideia de que não só a referência é acional, mas a atribuição também o é, acaba traçando uma ponte entre o nível pragmático e semântico, onde as realizações desses Subatos se dão através de categorias semânticas, como Indivíduo e

Propriedade, no Nível Representacional (nível semântico). Devemos ressaltar, contudo, que essa relação entre os dois níveis é de hierarquia, partindo do nível pragmático para o semântico e, ao mesmo tempo, de correspondência entre eles. Portanto, é a partir de sua intenção que o Falante formula o significado do enunciado.

O Falante/Ouvinte, assim, para a GDF e para Adam (2014), tem uma consciência epilinguística, em outras palavras, cada Falante/Ouvinte sabe que a língua não pode dizer tudo e que a comunicação é falha. Mas ele sabe, também, que isso não o impede de realizar suas intenções de designar e também de evocar o mundo, as palavras, a própria situação de enunciação e os coenunciados.

3.5 A referência e a atribuição na Gramática Discursivo-Funcional

Para começarmos a tratar de referência e atribuição na Gramática Discursivo-Funcional, precisamos retomar algumas características dos dois níveis de Formulação: Interpessoal e Representacional.

Como já foi dito anteriormente, o Nível Interpessoal é o nível que lida com todos os aspectos da unidade linguística que refletem seu papel na interação entre o Falante e o Ouvinte. As propriedades de interação que seguem a partir da estratégia de natureza intencional são analisadas pela GDF que tem como ponto de partida a pragmática, pois, de acordo com a teoria, através dela é possível se estudar como os Falantes moldam suas mensagens, considerando o conhecimento do Ouvinte. Essa formulação de mensagem com base no Ouvinte tem como consequência dar condições ao Falante de escolher:

- a) as partes de uma unidade linguística que serão apresentadas como particularmente salientes;
- b) as unidades que serão selecionadas como o ponto de partida do Falante;
- c) as unidades que poderão ser compartilhadas tanto pelo Falante como pelo Ouvinte.

O Nível Representacional lida com os aspectos semânticos de uma unidade linguística. O termo “semântica”, no entanto, é tratado por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 128) em dois sentidos diferentes:

- a) limitado às formas com as quais a língua se relaciona com o mundo extralinguístico que descreve. Nesse sentido, o uso do termo “semântica”¹⁹, segundo os autores, assemelha-se a Bühler (1934) “Darstellung” (representação) ou Halliday (1985) “ideation” (ideacional);
- b) restrito aos significados das unidades lexicais (semântica lexical) e unidades complexas (semântica composicional). Essas são usadas em comunicação a partir de seu uso na comunicação.

Vejamos os exemplos a seguir relacionados ao item (b):

(3) *I saw a lion / Eu vi um leão.*

Subato Referencial (R)

(4) *This animal is a lion / Este animal é um leão.*

Subato Atributivo (T)

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 129), há duas formas pelas quais a expressão *um leão* (*a lion*) pode ser considerada uma expressão de referência: (i) O falante refere-se a um animal da classe leão usando essa expressão *um leão*; (ii) a expressão refere-se a um animal da classe leão.

No primeiro caso, temos uma visão interpessoal, acional, já no segundo caso, uma visão representacional, semântica. Para fazer a diferença entre estes dois usos da noção de referência, Hengeveld e Mackenzie usam o termo *referência* para a primeira interpretação (interpessoal) e, para o segundo caso, o termo *designação* (representacional).

A representação semântica, portanto, na GDF, baseia-se na segunda definição do termo *semântica* (ii) e a forma como são usadas as unidades linguísticas é vista no Nível Interpessoal em termos de Ato Discursivo e Subatos de Referência e Atribuição.

Esses subatos, em geral, passam a assumir o papel de categorias semânticas, designando ou representando os significados da experiência do Falante (durante esse processo não há a interferência da intenção do Falante) no Nível Representacional. Saindo da Formulação e indo para a Codificação, as designações das unidades passam, então, a ser codificadas nos Níveis Morfossintático e Fonológico²⁰.

¹⁹ “O mundo extralinguístico” diz respeito a algum mundo (real ou ficcional) que existe independente da linguagem.

²⁰ Vale lembrar que todos os níveis do Componente Gramatical ainda dependem de seus primitivos para o sucesso na realização de suas representações. Além disso, o Componente Gramatical conta ainda com o Componente Contextual para a realização das representações do mundo extralinguístico, pois, como já vimos,

Em relação ainda ao Nível Representacional, afirma Keizer (2015, p. 117):

No Nível Representacional, o *input* recebido do Nível Interpessoal é preenchido com conteúdo semântico, ou seja, com descrições de entidades, como elas ocorrem em um mundo não-linguístico. O Nível Representacional lida, portanto, com os aspectos do significado que podem ser descritos de forma independente da intenção comunicativa do Falante. Ele complementa, assim, as informações representadas no Nível Interpessoal: em que a natureza das unidades do Nível Interpessoal pode melhor ser descrita em termos de Evocação, e a natureza das unidades do Nível Representacional pode ser descrita em termos de **Designação** (Hengeveld e Mackenzie 2008: 130). Juntos esses dois níveis capturam o completo conteúdo pragmático e semântico (intenção e significado) do enunciado²¹. (Tradução nossa)

Vejamos os exemplos trabalhados²² por Keizer (2015, p. 118) a seguir:

(5) a. *We bought a lovely cottage.* / *Nós compramos um lindo chalé.*

b. (A_I: [(F_I: DECL) (P_I) (P_J) (C_I: (T_I) (R_I: [+S, -A](R_I)) (-id R_J: [(T_J) (T_K)](R_J)) (C_I)]A_I)

(6) a. *Hey you!* / *Ei você!*

b. (A_I: [(F_I: hey) (P_I)_S (P_J: [-S, +A] (P_J))_A](A_I))

As formalizações feitas por Keizer nos exemplos (5b) e (6b), respectivamente, têm como função especificar os elementos que constituem os enunciados (5a) e (6a) e que pertencem ao Nível Interpessoal. No enunciado (a), por exemplo, encontramos uma representação composta por um A_I (Ato Discursivo Comunicativo Interativo)²³ que apresenta

algumas das características desse componente são: armazenar as informações de longo prazo sobre a interação em curso, sendo relevante, portanto, para as distinções necessárias no idioma em uso; e, através desse armazenamento de informações, influenciar a formulação e a codificação nesse idioma.

²¹ *At the Representational Level, the input received from the Interpersonal Level is filled in with semantic content, i.e. with descriptions of entities as they occur in some non-linguistic world. The Representational Level deals with those aspects of meaning that can be described independently from the communicative intention of the Speaker. It thus complements the information represented at the Interpersonal Level: where the nature of the units at the Interpersonal Level can best be described in terms of Evocation, the nature of representational units can be described in terms of Designation (Hengeveld and Mackenzie 2008: 130). Together these two levels capture the complete pragmatic and semantic contents (intention and meaning) of the utterance.*

²² A formalização de Hengeveld e Mackenzie (2008) é caracterizada pelo uso de letras para fazer a identificação de seus componentes, por exemplo, eles usam a letra maiúscula para o Nível Interpessoal e minúscula para o Nível Representacional. Apenas quando se trata da descrição de um *frame* geral é que os autores usam números, como em: $(\pi C_1: [...(T_1)^N (R_1)^N \dots](C_1): \Sigma (C_1))$.

²³ A autora, ao considerar que o exemplo *We bought a lovely cottage* (Nós compramos um lindo chalé) é formado por um Ato Discursivo Interativo Comunicativo, está partindo da ideia inicial de que este enunciado é direcionado ao Ouvinte, ao contrário do que aconteceria com um Ato Discursivo Expressivo. Contudo, devemos ressaltar que, quando um Ato Discursivo, além de ser direcionado para o Ouvinte, apresenta um Conteúdo Comunicado, este deixa de ser apenas um Ato Discursivo Comunicativo Interativo e passa a ser denominado como Ato Discursivo Comunicativo de Conteúdo. A formalização para esse Ato Discursivo, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 64) é:

(63)

uma Ilocução abstrata (DECL). Além da Ilocução, encontramos neste A_I um C_I (Conteúdo Comunicado) constituído de um T_I (Subato Atributivo) – *bought* (*compramos*) e R_I e R_J (dois Subatos Referenciais): R_I tem como núcleo características abstratas, ou seja, o pronome pessoal *we* (nós) [+S, -A]; já R_J é constituído por dois Subtatos Atributivos T_J e T_K – *lovely* e *cottage* (*amável* e *chalé*). A representação em (5b), portanto, para Keizer, representa todos os aspectos pragmáticos expressos formalmente no enunciado (5a), indicando:

- a) como o Falante pretende que o Ouvinte interprete o Ato Discursivo (declarativo);
- b) que R_I é (ou inclui) o Falante, mas não o Ouvinte;
- c) que no referente R_2 são atribuídas duas Propriedades evocadas por T_2 e T_3 , seus constituintes, e esse referente é considerado não identificável pelo Ouvinte;
- d) que há uma outra Propriedade evocada por T_1 relativa a esses referentes.

Contudo, de acordo com Keizer (2015, p. 118), as informações semânticas, como os tipos de entidades (primeira, segunda ordem etc.) evocadas ou não, e as propriedades, não aparecem em (5b), pois estas são fornecidas no Nível Representacional, uma vez que a GDF trabalha com níveis de representação.

Keizer (2015, p. 118) chama-nos, também, a atenção para o fato de que nem sempre um enunciado, como em (6), apresenta Conteúdo Comunicado, fazendo com que a informação do Ato Discursivo saia do Nível Interpessoal (Formulação) e passe direto para a Codificação:

É importante também entender que nem todos os enunciados contêm informação representacional. No enunciado (como ilustramos em (6)), por exemplo, para GDF, não há nenhum Conteúdo Comunicado; neste caso, não há nenhum conteúdo semântico, o que significa que o Nível Representacional é ignorado, e a informação do Ato Discursivo vai direto do Nível Interpessoal para a Codificação (morfossintaxe e/ou fonologia).²⁴ (Tradução nossa)

Portanto, a GDF, embora apresente sua organização em níveis, prevê, também, que nem todos os níveis terão seu uso para representar as informações de um Ato Discursivo, como acontece com as interjeições, que cumprem função pragmática sem designação.

(A_I : [(F_I : ILL/♦ (F_I)) (P_1)_S (P_2)_A (C_I)_Φ] (A_I))

em que o *slot* do núcleo da Ilocução pode ser preenchido por um verbo performativo (♦), ou por uma Ilocução abstrata/uma oração (ILL).

²⁴ *It is important to realize that not all utterances contain representational information. In example (2), for instance, there is no Communicated Content; in that case, there is no semantic content either, which means that the Representational Level is skipped and information goes directly from the Interpersonal Level to (morphosyntactic and/or phonological) Encoding.*

3.5.1 A relação entre o Conteúdo Comunicado e os Subatos

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 87), a Ilocução num enunciado indicará o uso conversacional convencionado de um Ato Discursivo, e os Participantes representarão o par essencial Falante-Ouvinte. Em relação ao Conteúdo Comunicado, este conterà a totalidade do que o Falante pretende evocar em sua comunicação com o Ouvinte. Em outras palavras, ele está ligado às escolhas que o/a Falante faz com a finalidade de evocar uma imagem do mundo exterior sobre a qual ele/ela quer falar. O Conteúdo Comunicado é, portanto, para a GDF, a unidade no interior da qual o mapeamento para o Nível Representacional acontece. Nos Atos Discursivos em que o mapeamento não ocorrer, como nos Expressivos²⁵ e em certos Atos Discursivos Interativos, não haverá nenhum Conteúdo Comunicado.

A diferença entre os Atos Discursivos Expressivos e os Interativos é que os primeiros dão uma expressão direta dos sentimentos do Falante. Já os Atos Discursivos Interativos são claramente dirigidos ao destinatário. Falando de maneira geral, formas de Atos Discursivos Interativos como *Parabéns*, *Felicidades* são invariáveis. O Falante não tem nenhuma possibilidade de pôr no singular o aparente plural *Parabéns* (*Parabém). Isto sugere que, como Atos Discursivos Expressivos, os Interativos são enviados diretamente do Nível Interpessoal para o Nível Fonológico²⁶.

No entanto, devemos ressaltar que há uma consequência no fato de os Atos Discursivos Interativos serem dirigidos ao Destinatário. Em línguas como português, esses atos podem também ser dependentes da identidade do Falante e do Destinatário. Em Português, explicam os autores, a expressão de gratidão é *obrigado* para um Falante do sexo masculino, mas *obrigada* para um Falante do sexo feminino (não importa se ele / ela está expressando a gratidão de um ou mais participantes).

²⁵ De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 63), na formalização dos Atos Discursivos Expressivos, que dão uma expressão direta dos sentimentos do Falante, o núcleo, por não comunicar algum conteúdo para o Ouvinte, não incluirá posições nem para o Ouvinte e nem para o Conteúdo Comunicado, exemplo dos autores:
(56) *Ouch!* / Ai!

(57) (A_I: [(F_I: *Ouch*_{Intensive} (F_I)) (P_I)_S] (A_I))

(A_I: [(F_I: A_I (F_I)) (P_I)_S] (A_I))

²⁶ *Interactives Like Expressives, Interactives are generally expressed through lexical elements and are available for a restricted set of recurrent situations. An example is (118):*

(118) *Congratulations!*

*They differ from Expressives in being clearly directed to the Addressee. Generally speaking, forms such as Congratulations, Thank you, etc. are invariable. The Speaker has no possibility of 'singularizing' the apparently plural Congratulations into *Congratulation. This suggests that, like Expressives, Interactives are sent **directly** (negrito nosso) from the Interpersonal to the Phonological Level. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 77).*

Voltando à discussão dos Atos Comunicativos com Conteúdo Comunicado. Na maioria das situações, afirmam Hengeveld e Mackenzie, o Conteúdo Comunicado do Ato Discursivo Declarativo ou será totalmente novo para o Ouvinte ou trará informações novas e compartilhadas. Contudo, quando há informação que possa ser considerada familiar ao Ouvinte, o propósito do Falante será de lembrar o Ouvinte, ou então, por alguma razão estratégica, dizer o óbvio. O modificador lexical alemão *bekanntermaßen* (como é bem sabido/divulgado) funciona para marcar este estatuto como em:

- (7) *Von anderen kann man bekanntermaßen oftmals lernen.*
From others can one as.is.well-known often learn
 ‘As is well known, one can often learn from other people.’
 Como se sabe/é bem sabido, podemos muitas vezes aprender com as outras pessoas.

No Nível Interpessoal, vimos que cada Conteúdo Comunicado contém um ou mais Subatos. Estes são subordinados hierarquicamente aos Atos Discursivos, e cada um é uma forma de ação comunicativa usada pelo Falante. O Conteúdo Comunicado será representado por Hengeveld e Mackenzie (2008) como a seguir:

- (8) $(\pi C_1:[...(T_1)^N (R_1)^N ...](C_1): \Sigma (C_1))$ onde $n \geq 0$, sendo necessário no mínimo um Subato.

3.5.2 Os Subatos

A teoria dos atos de fala (Austin, Searle) considera que a referência deve ser analisada como acional (ação ou “ato de dizer”). Esta posição, segundo os autores da GDF, foi também tomada por Dik que escreveu que “a referência deve ser considerada como uma ação pragmática, cooperativa de um Falante dentro de um padrão de interação verbal entre este Falante e algum Ouvinte”. Ao usar a palavra “pragmática”, explicam os autores que Dik procurou ligar a referência ao que viu como a função primária da comunicação, “para efeito de mudanças na informação pragmática” deste Ouvinte (Dik 1978, p. 128 *apud* Hengeveld e Mackenzie 2008). A informação pragmática, portanto, afirmam Hengeveld e Mackenzie, consiste de toda informação (de longo prazo, situacional e imediata) que os comunicadores usam para conseguir se relacionar durante uma situação de interação.

Os autores da GDF, embora concordem com esta posição, consideram, contudo, que não só a referência é acional, a atribuição também o é, e isso acontece pelo fato de que tanto a referência como a atribuição envolvem uma tentativa do Falante de influenciar a “informação pragmática” do Ouvinte. Dessa forma, tanto a atribuição como a referência são consideradas por Hengeveld e Mackenzie como dois aspectos da ação mais global de evocação.

Portanto, o Falante, ao realizar um número ($n \geq 1$) de Subatos Atributivo e/ou Referencial, estará evocando um Conteúdo Comunicado. Por conta disso, o Nível Interpessoal, na GDF, apresenta três camadas acionais: o *Move*, a execução de uma ação ou uma reação a uma reação; o Ato Discursivo, a execução de um Ato Discursivo (ilocucionário ou não)²⁷; a Evocação, a execução de um conjunto de Subatos que compõem o Conteúdo Comunicado.

3.5.2.1 Subato Atributivo

A existência de um Subato de Atribuição, num Ato Discursivo, não implica que o Falante, ao realizá-lo, atribuiu uma Propriedade a algum referente²⁸. Isso se explica pelo fato de que a GDF considera que, quando uma Propriedade é evocada, não necessariamente essa Propriedade está sendo atribuída a um referente, por isso é possível haver Conteúdos Comunicados com Subato Atributivo sem referente ao qual se aplique. Por exemplo, em (9), Hengeveld e Mackenzie consideram a Propriedade *rain (chover)* como atribuída, mas não atribuída a algum referente, uma vez que o elemento *it* (sem tradução no português) não é analisado na GDF como um Subato Referencial, pois ele não evoca um referente, sendo considerado, assim, um elemento não referencial, um sujeito fictício necessário em inglês para preencher o *slot* do sujeito do verbo:

²⁷ Na GDF o núcleo da Ilocução pode ser ocupado tanto pelas Ilocuções abstratas como por verbos performativos explícitos e por membros de um conjunto limitado de interjeições e expressões relacionadas que constituem, elas mesmas, um Ato Discursivo Comunicativo ou Expressivo.

²⁸ Uma questão que devemos chamar atenção é que, na GDF, nem sempre todas as evocações do Nível Interpessoal trazem informações semânticas, como os nomes próprios e os pronomes pessoais (Subatos Referenciais), portanto, nestes casos, o núcleo das categorias semânticas dessas unidades está ausente. Ex: Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 237)

(602) *John arrived.* / **John** chegou

(603) NI: (A_i: [(F_i: DECL (F_i)) (P_i)_S (P_i)_A (C_i: [(T_i)_{Foc} (R_i: **John** (R_i))] (C_i))] (A_i))

NR: (past ep_i: (sim e_i: [(f_i: [(f_j: *arrive/chegar* (f_j)) (1x_i)_A (f_i)) (e_i)_φ] (ep_i)).

- (9) *It is raining.* *Está chovendo*
 (10) (C₁:(T₁) (C₁))

Um outro ponto que deve ser considerado nessa formalização é a ausência da representação do verbo *be/ser* ou *estar (is/está)* no Nível Interpessoal. Segundo Keizer (2015, p. 96), isso se deve ao fato de que, na GDF, os verbos conhecidos como verbos copulares não descrevem uma propriedade, esses são considerados auxiliares que assumem a função de dispositivos usados para a expressão do tempo e do número que são ambos traços representacionais. Devido a isso, não aparecem na representação no Nível Interpessoal. No Nível Representacional²⁹, no entanto, são analisados como elementos gramaticais e representados como operadores.

Como podemos perceber, o Nível Interpessoal pode registrar apenas a presença do Subato Atributivo. O item lexical *rain (chuva)*, exemplo (9), de acordo com os autores, será provido no Nível Representacional. Contudo, explicam Hengeveld e Mackenzie que nem todo predicado, no Nível Representacional, corresponderá a um Subato Atributivo no Nível Interpessoal. Considere os exemplos de *gapping* em (11):

- (11) *Peter has a blue car and Mike a red car. / Peter tem um carro azul e Mike, um carro vermelho.*

No Nível Representacional, por exemplo, afirmam os autores que a segunda parte do enunciado em (11), a oração *Mike a red car (Mike, um carro vermelho)*, é mostrada como tendo uma variável semântica para Propriedade *have (ter)* que é correferencial com a propriedade realizada lexicalmente na primeira oração. Contudo, no Nível Interpessoal, a partir da não lexicalização do verbo, não há um Subato Atributivo correspondente. A ausência de um Subato Atributivo irá, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 109), sinalizar, para o Nível Morfossintático, a necessidade de se implementar um “*gapping*”³⁰ nessa segunda oração. Por conta da existência de enunciados como os dos exemplos (9) e (11), Hengeveld e

²⁹ Na GDF, o verbo *be* (*ser* ou *estar*) é recuperado no Nível Morfossintático.

³⁰ *The Property ‘car’ is evoked, as well as the Property ‘blue’. The relationship between these Properties, namely that ‘blue’ restricts the applicability of the Property ‘car’, will be displayed at the Representational Level. At the Interpersonal Level, all that will be shown is that the Referential Subact is carried out by means of two Ascriptive Subacts.* Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 109).

Mackenzie (2008, p. 109) concluem que “o Nível Interpessoal mostra o que o /a Falante *faz*, enquanto o Nível Representacional o que ele ou ela *quer dizer*”³¹.

Ao analisarmos agora o Np *a blue car (um carro azul)* da primeira oração do exemplo (11), podemos perceber a existência de dois Subatos Atributivos dentro de um Subato Referencial que é o próprio Np. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p.109):

a Propriedade “carro” é evocada, assim como a Propriedade “azul”. A relação entre estas Propriedades, ou seja, “azul” restringe a aplicabilidade da Propriedade “carro”, será mostrada no Nível Representacional, já no Nível Interpessoal, é mostrado apenas o Subato Referencial que é realizado por meio dos dois Subatos Atributivos³². (Tradução nossa)

Vejamos a sua formalização em (12):

(12) *a blue car / um carro azul*

NI: (R _i :	[(T ₁	(T _j]	(R _i))
NR: (x _i :	(f _i : car (f _i x _i):	(f _j : blue (f _j))		(x _i))
NR: (x _i :	(f _i : carro (f _i x _i):	(f _j : azul (f _j))		(x _i))

Descrevendo a formalização em NI, temos um Subato Referencial: R_i = um carro azul / dois Subatoa Atributivos: T₁ = carro / T_j: azul. E no NR, temos: x_i = Indivíduo (um carro azul) / f_i = Propriedade (carro) / f_j= Propriedade (azul).

Embora estejamos, neste momento do nosso trabalho, falando especificamente das realizações no Nível Interpessoal, achamos importante explicar um pouco mais sobre a relação entre as propriedades *blue (azul)* e *car (carro)* no Nível Representacional, mas tomando como exemplo a tradução para o português, ou seja, *um carro azul*, uma vez que, em português, o adjetivo também “restringe a aplicabilidade da Propriedade” do substantivo.

Portanto, uma questão na formalização de *um carro azul*, no Nível Representacional, que pode nos deixar confusos é o fato de, aparentemente, o adjetivo “azul” e o substantivo *carro* serem tratados igualmente como Propriedades (f_i). Isso se deve ao fato de que, na GDF, um Indivíduo é um objeto concreto, que se pode tocar, que pode ocupar

³¹*In this way, the Interpersonal Level shows what the Speaker does, while the Representational Level shows what s/he means.* Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 109).

³²*Ascriptive Subacts may occur within Referential Subacts. Consider the noun phrase a blue car in (263). The noun phrase as a whole will be shown as a Referential Subact at the Interpersonal Level, but it clearly contains two Subacts of Ascription: the Property ‘car’ is evoked, as well as the Property ‘blue’. The relationship between these Properties, namely that ‘blue’ restricts the applicability of the Property ‘car’, will be displayed at the Representational Level. At the Interpersonal Level, all that will be shown is that the Referential Subact is carried out by means of two Ascriptive Subacts.*

espaço, já uma Propriedade só existe em relação a uma outra categoria semântica, por exemplo, “a grama (é) era *verde*”, “a reunião (é) foi *tumultuosa*”. Então, se pensarmos em *um carro azul*, teremos que considerar todo o sintagma nominal como Subato Referencial no Nível Interpessoal e, como Indivíduo, no Nível Representacional. Mas a questão não é tão simples nessa gramática, pois esse Subato Referencial tem um núcleo *carro* e esse núcleo traz consigo uma Propriedade (a propriedade de *ser carro*).

Por isso, mesmo sendo o núcleo do Subato Referencial que designa um Indivíduo no Nível representacional, *carro* é realizado como um Subato Atributivo (T₁) no Nível Interpessoal, evocando a propriedade *de algo ser um carro* ou, em outras palavras, a qualidade de ser um *carro*. De acordo com Keizer (2015, p. 97), essa Propriedade pode ser eventualmente expressa por meio do nome *carro*, mas também por meio do nome *auto* (como em Portugal), dependendo dos vários fatores contextuais. Essa decisão, no entanto, afirma a autora, é vista como uma questão semântica e não pragmática e será, por isso tomada no Nível Representacional.

a) Núcleo

Na GDF, o núcleo de um Subato Atributivo por atribuir uma Propriedade é, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p.110), em princípio, vazio. Em (13), por exemplo, o Subato Atributivo expresso pelo verbo *loves* (*ama*) aparece no Nível Interpessoal simplesmente como (T₁), pois a atribuição é realizada através da seleção de um item lexical no Nível Representacional, onde será mostrado no escopo de uma variável de propriedade - (f):

(13) *Peter loves Mary.* / *Peter ama Mary.*

NI: (C_i: [(T₁) (R_i: Peter (R₁)) (R_j: Mary (R₁))] (C₁))

NR: (e_i: [(f_i: *loves*) (x_i) (x_j)]^e)

NR: (e_i: [(f_i: *ama*) (x_i) (x_j)]^e)

Onde: e_i: Estado-de-coisas / f_i: Propriedade / x_i e x_j = Indivíduo

3.5.2.2 Subato de Referência

Enquanto os Subatos de Atribuição envolvem a evocação de uma Propriedade, os Falantes realizam os Subatos de Referência para evocar uma entidade. Hengeveld e Mackenzie (2008, p.113) afirmam que essa entidade será de uma categoria semântica

particular. Portanto, no Nível Interpessoal, as distinções que são feitas refletem o estatuto da referência como uma atividade interpessoal.

Assim, de acordo com os autores, muitas línguas fazem a distinção entre “construção referencial” e “identificação referencial”. No primeiro caso, o/a Falante deseja que o Ouvinte introduza o referente dentro de seu modelo mental; no último caso, é pedido ao/à Ouvinte que identifique (no sentido de uma re-identificação) um referente que já é disponível para ele/a. Hengeveld e Mackenzie referem-se a esta distinção em termos da oposição entre identificável e não identificável. Outra distinção relevante para eles é entre referência específica e não específica, essa distinção se baseia na identificação ou não do referente pelo Falante.

Já a GDF, em relação à distinção entre um subato referencial genérico e um não genérico, considera que a genericidade não é um operador sobre um Subato Referencial. A razão, para isso, deve-se ao fato de que esse Subato, como um todo, tem um valor genérico. Contudo, a construção de um Subato Referencial individual pode também envolver uma não identificabilidade, como em (14a), em que o Ouvinte é convidado a construir o conceito para “dog” (cachorro), ou uma identificabilidade, como em (14b), em que o Ouvinte tem de recuperar o conceito de *dog* (*cachorro*):

- (14) a. *A dog is man's best friend. / Um cachorro é o melhor amigo do homem;*
 b. *The dog is man's best friend. / O cachorro é o melhor amigo do homem.*

A GDF, contudo, tratará a genericidade como um operador no Nível Representacional. Embora, a parte do discurso “nome” esteja intimamente ligada à Referência, nem toda ocorrência de um nome/substantivo envolve um Subato Referencial. No exemplo (15), os autores constataam essa afirmação a partir de um teste de referencialidade usado para saber se um Falante pode ou não se referir, de forma anafórica, a um Subato Referencial:

- (15) *I went to work by bus. *It (the work) was boring. *It (the bus) broke down.*

Fui para o trabalho de ônibus. *Ele (o trabalho) estava chato. *Ele (o ônibus) quebrou.

Em (15), segundo Hengeveld e Mackenzie, os substantivos *work* (*trabalho*) e *bus* (*ônibus*) não expressam Subatos Referenciais, pois, como podemos ver, o pronome referencial “Ele” em “*Ele estava chato” e “* Ele quebrou”, não especifica de forma clara a entidade a qual remete. Contudo, observam os autores que os sintagmas *to work* (*para o trabalho*) e *by bus* (*de ônibus*) expressam um Subato Referencial: ambos, por exemplo, podem ser questionados em outro teste para referencialidade:

(16) *How did you go to work? By bus. / Como você foi para o trabalho? De ônibus;*

(17) *Where did you go? To work. / Para onde você foi? Para o trabalho.*

Tomadas em conjunto, para Hengeveld e Mackenzie, estas observações fortemente sugerem que *in the bus* (*no ônibus*) em (16) envolve dois Subatos Referenciais³³:

(18) *I went in the bus. But it broke down. / Fui no ônibus. Mas ele quebrou.*

Nesse exemplo, o Falante tanto se refere à Localização expressa por todo sintagma *in the bus* (R_I), quanto à entidade *bus* (*ônibus*) (R_J). Quando um nome/substantivo é incorporado ao verbo e não pode ser questionado ou ser referido, os autores consideram que ele não será associado a um Subato de Referência. Então, em (19), não há um (R_I) que corresponda a *shoulder* (*ombro*):

(19) *Players are allowed to shoulder-charge their opponent. / Os jogadores estão autorizados a usar o “empurrão com ombro” contra seus oponentes*

a) *Núcleo*

O núcleo de um Subato de Referência, de acordo com a GDF, pode conter:

a) um ou mais Subatos Atributivos (e possivelmente um ou mais Subatos Referenciais);

³³Ele vai para o trabalho no/de ônibus.

Localização:

- Onde você está?

- (R_I) No ônibus.

Entidade: Ele quebrou.

- O que quebrou?

- (R_J) O ônibus.

- b) um nome próprio ou um lexema fictício;
- c) uma combinação abstrata de características para o Falante e o Ouvinte – os pronomes pessoais.

3.6 Subatos dentro de Subato

A primeira possibilidade com Subatos Atributivos dentro dos Subatos Referenciais é encontrada em certos Np_s como em (20):

(20)

- *the house* (+id R_i : [(T_i)] (R_i)) / *a casa*
- *the red house* (+id R_i : [(T_i)(T_j)] (R_i)) / *a casa vermelha*

Observam os autores que o núcleo não é predicado do Subato Referencial, mas indica como o Subato Referencial é apoiado pelos Subatos Atributivos. A relação entre os Subatos Atributivos não é específica desta camada; o fato é que, em inglês, *red* restringe *house*, e como já vimos, a mesma relação acontece na tradução em português (*a casa vermelha*: *vermelho* restringe *casa*) no Nível Representacional. Ressaltam Hengeveld e Mackenzie que, nas línguas em que a relação entre os Subatos deste tipo não é de restrição, mas de aposição e/ou de justaposição, a relação mais fraca pertencente ao Nível Interpessoal é decisiva para a estrutura final³⁴.

Como visto no exemplo (16), os Subatos Referenciais podem conter também Subatos Referenciais. Em construções possessivas, esse tipo de fenômeno é mais comum. Observemos os Sintagmas Nominais em itálico e negrito em (21a):

- (21) a. ***Joan's father's car** is not working again.* / *O carro do pai de Joana* não está funcionando outra vez;

³⁴ Um exemplo dado por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 115) deste tipo de língua é a *Yimas* (Foley 1991), em que “um nome e um modificador afixados a um afixo são simplesmente sintagmas nominais em justaposição entre si <...> [a] ligação (*[t]he linking*) entre eles é feita no nível semântico” (1991: 190–1). Cf. (300):

300)

<i>imprampat</i>	<i>yua-ra</i>	<i>ya-n-ampa-wat.</i>
<i>basket.CL.PL</i>	<i>good-CL.PL</i>	<i>CL.PL.OBJ-3.SG-weave-HAB</i>
basquete.Clas.PI	bom-Clas.PI	Clas.PI.Obj-3Sg-tece-Hábito

‘*She weaves good baskets, lit. She weaves baskets, good ones.*’ / Ela tece cestas boas, iluminada. Ela tece cestas, cestas boas.

Na GDF, interpretam *imprampat yua-ra* como dois Subatos Referenciais (cada um contendo um Subato Atributivo) correlacionados com uma única entidade no Nível Representacional.

- b. So *she* can't get to school. / Então *ela* não pode ir à escola;
 c. So *he* can't get to work. / Então *ele* não pode trabalhar;
 d. So *it will* have to be repaired. / Então *ele* terá de ser consertado.

Os dados em (21b-d) mostram que o pronome pessoal de terceira pessoa do singular pode referir-se a *Joan*, *father* (pai) ou *car* (carro). De forma correspondente, a representação apropriada no Nível Interpessoal envolverá recursão:

(22) (+id R_i: [(T_i) (+id R_j: [(T_j) (+id R_k: Joan (R_k))] (R_j))] (R_i)) (R_i)

She (*ela*) em (21b) remete ao referente (R_k - Joana), *he* (*ele*) em (21c) remete ao referente R_j (*o pai de Joan*) e *it* (*ele*) remete ao (R_i) (*Joan's father's car / o carro do pai de Joan*).

Embora em português não tenhamos a mesma construção morfossintática de posse comum à língua inglesa, em português a tradução do exemplo (23) do inglês terá a mesma formalização dessa língua, exemplo (24), uma vez que a formalização em inglês foi feita com base na forma analítica da construção *of + noun* que é equivalente à nossa construção de posse “de + nome”, portanto, temos:

(23) *Joan's father's car / the car of the father of Joan*

(24) *O carro do pai de Joana*

(25) (+id R_i: [(T_i) (+id R_j: [(T_j) (R_k: Joan (R_k))] (R_j))] (R_i)) (R_i)

O referencial anafórico, que, nos exemplos anteriores, tem sido usado com um critério para a identificação dos Subatos Referenciais, funciona, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 116) da seguinte forma. Ele envolve tanto um Subato de Referência com seu próprio indexador (o Falante está fazendo alguma coisa nova), com também, no Nível Representacional, o co-indexado (a coisa referida é a mesma). Vejamos o exemplo (26) traduzido para o português que é representado nos Níveis Interpessoal e Representacional³⁵:

³⁵ Confira a seguir os exemplos originais analisados por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 116 -117):

(303) *I have bought a new car. It is an automatic.*

(304)

(T _i)	(R _i : [+S] (R _i))	(R _j : [(T _j)	(T _k] (R _j))
(e _i : -[(f _i : buy (f _i)) (x _i) _A		(x _j : (f _j : car (f _j)) (x _j): (f _k : new (f _k)) (x _j) _U]- (e _i))	(R _k)
(T _L)			

(26) Comprei um carro novo. *Ele* é automático.

No Nível Interpessoal temos a seguinte formalização para a primeira parte do exemplo *Comprei (eu) um carro novo*:

(27) NI: (T_I) (R_I: [+S] (R_I)) (R_J: [(T_J) (T_K)] (R_J));
em que (T_I) = comprei / R_I = (eu) / R_J = um carro novo / (T_J) = carro / (T_K) = novo.

No Nível Representacional, a formalização dessa parte é a seguinte:

(28) NR: (e_i: -[(f_i: comprei (f_i)) (x_i)_A (x_j: (f_j: carro (f_j)) (x_j: (f_k: novo (f_k)) (x_j))_U]- (e_i)).

Vejamos abaixo mais detalhadamente:

- e_i = Estado-de-Coisas = Comprei um carro novo;
- f_i (comprei) / x_i = eu (que é o Ator);
- x_j = um carro novo que tem a função semântica de Paciente U;
- o núcleo de x_j é a Propriedade f_j (carro);
- f_j (carro) que é restringido pela Propriedade f_k (novo).

Na segunda parte de nosso exemplo, “*Ele* é automático”, a formalização, no Nível Interpessoal, é caracterizada como:

(29) NI: (T_L) (R_K);
em que: T_L = automático / R_K = *Ele*

Já, no Nível Representacional, temos a seguinte formalização:

(e_j: -[(x_k: (f_i: *automatic* (f_i))(x_k)) (x_j)]- (e_j))

(305) *I have bought a new car. The old one kept breaking down.*

(306)

(T_I) (R_I: [+S] (R_I)) (R_J: [(T_J) (T_K)] (R_J))
(e_i: -[(f_i: *buy* (f_i)) (x_i)_A (x_j: (f_j: *car* (f_j)) (x_j: (f_k: *new* (f_k)) (x_j))_U]- (e_i))
(T_L) (R_K: [(T_M) (T_N)] (R_K))
(e_j: -[(f_i: *break_down* (f_i)) (x_k: (f_j) (x_k: (f_m: *old* (f_m)) (x_k))_U]- (e_j))

(307) *I talked to the boss yesterday. The bastard won't give me a raise.*

Com o co-indexador de **the boss** e **the bastard** no Nível Representacional. No Nível Interpessoal, os dois Subatos Referencias estão expandidos por um Subato Atributivo.

(30) NR: $(e_j: -[(x_k: (f_i: \text{automático } (f_i))(x_k)) (x_j)]- (e_j))$

A seguir, mais detalhes:

- a) $e_j = \text{Estado-de-Coisas} = \text{Ele é automático}$
- b) $x_k = \text{Ele}$ é restringido pela Propriedade $(f_i: \text{automático } (f_i))$
- c) $x_j = \text{Ele}$ que está co-indexado ao Indivíduo x_j representado no item d da explicação anterior.

Assim, no Nível Interpessoal, em (29), *Ele* tem seu próprio indexador (R_K) ; no Nível Representacional, em (30), contudo, *Ele* tem o mesmo co-indexador (x_j) de *um carro novo*.

Observemos agora em (31):

(31) Comprei um *carro novo*. *O* velho continuava quebrando.

A estrutura nesse exemplo, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 116 - 117), é semelhante à estrutura do exemplo (26), mas (R_K) , nesse caso, afirmam os autores, foi expandida por um Subato Atributivo, com seu próprio indexador, que corresponde a *velho*. O co-indexador se detém no Nível Representacional, mas agora entre a unidade *carro* da camada f (Propriedade) e o núcleo no sintagma nominal de *o velho*. Isto é mostrado nos exemplos abaixo:

(32) comprei um carro novo

(33) $(T_I) (R_I: [+S] (R_I)) (R_J: [(T_J) (T_K)](R_J))$

(34) $(e_i: -[(f_i: \text{comprei } (f_i)) (x_i)_A (x_j: (f_j: \text{carro } (f_j)) (x_j): (f_k: \text{novo } (f_k)) (x_j))_U]- (e_i))$

(35) continuava quebrando *o* velho

(36) $(T_L) (R_K: [(T_M) (T_N)] (R_K))$

(37) $(e_j: -[(f_i: \text{continuava quebrando } (f_i)) (x_k: (f_j) (x_k): (f_m: \text{velho } (f_m)) (x_k))_U]- (e_j))$

No Nível Interpessoal, *o*, em “*o velho*”, (que funciona, nesse caso, como um pronome demonstrativo - aquele) tem seu próprio indexador (T_M) . No Nível Representacional, o pronome *o* tem o mesmo indexador (f_j) de *carro*.

Vejamos, finalmente, (38):

(38) Falei ontem com *o chefe*. *O (aquele) bastardo* não me dará um aumento.

Mais uma vez, segundo Hengeveld e Mackenzie, a estrutura basicamente será a mesma como em (26), com *O (aquele) bastardo* co-indexador a *o chefe* no Nível Representacional. E no Nível Interpessoal, os dois Subatos Referencias estão expandidos por um Subato Atributivo.

3.7 Os subatos e as funções pragmáticas

3.7.1 *Foco e Tópico*

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 89), a função Foco sinaliza a seleção estratégica de nova informação pelo Falante. O Falante utiliza essa estratégia com a finalidade, segundo os autores, de preencher uma lacuna na informação do Ouvinte (Foco Novo) ou de corrigir as informações do Ouvinte (Foco Corretivo). Essa função é atribuída apenas quando as línguas usam meios linguísticos para indicar que alguma parte da Expressão Linguística é a nova informação relevante. Quando a informação não é atribuída, o Foco constitui o *Background* ou Plano de Fundo. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 89), “[...] A informação não atribuída à função Foco constitui o Plano de Fundo. A marcação linguística de Plano de Fundo, ao contrário da informação nova, parece ser muito rara. Em Smit (fc), Foco é definido como uma instrução de atualização para o Ouvinte”³⁶.

A função Foco, na GDF, em relação aos subatos, pode ser atribuída a um Subato Referencial (39), a um Subato Atributivo (40) e a muitos Subatos (41):

- | | |
|--|--|
| (39) <i>I saw a heron.</i>
(Eu vi <i>um herói</i>) | (C _I : [(T _I) (R _I) (R _J) _{Foc}] (C _I)) |
| (40) <i>The wind is blowing.</i>
(O vento <i>está soprando</i>) | (C _I : [(T _I) _{Foc} (R _I)] (C _I)) |
| (41) <i>Peter had bought a book for Mary.</i>
(<i>Peter</i> comprou <i>um livro</i> para <i>Mary</i>) | (C _I : [(T _I) (R _I) _{Foc} (R _J) _{Foc} (R _K)] (C _I)) |

³⁶ [...] *The information not assigned the Focus function constitutes the Background. The linguistic marking of Background rather than new information seems to be very rare. In Smit (fc.) Focus is defined as an update instruction to the Addressee.*

Com base em Dik (1997), os autores consideram que a designação de Foco para um elemento do Nível Interpessoal depende da presença de um ou mais tipos de “tratamento especial” (Dik 1997a: 141, *apud* Hengeveld e Mackenzie 2008) de expressão deste elemento:

- a) adaptação da forma;
- b) a presença de um marcador de Foco (e.x. uma partícula);
- c) uma posição não comum na sequência dos constituintes;
- d) uma construção especial de Foco;
- e) um contorno prosódico especial (e.x. acentuação tônica).

Já a dicotomia Tópico-Comentário, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 92), é a outra dimensão da organização da estrutura informacional. A função Tópico, quando é importante numa língua, não é complementar ao Foco, mas parte desta segunda dimensão, e sua informação é dada (ou inferíveis a partir do) no Componente Contextual:

[...] A função Tópico será atribuída ao Subato que tem uma função especial dentro do Ato Discursivo, que é de sinalizar como o Conteúdo Comunicado refere-se ao registro gradualmente construído no Componente Contextual. A informação não atribuída à função de Tópico constitui o Comentário. A marcação linguística do Comentário, ao contrário da informação topical, parece ser muito rara. Em Smit (fc.), o Tópico é definido como a reflexão linguística de uma instrução “de recuperação” (*retrieve*) para o Ouvinte.³⁷

Em relação ao subatos, afirmam os autores que, onde há mais de um Subato, há a possibilidade da atribuição Tópico para um dos Subatos. Contudo, assim como acontece com o Foco atribuído, isto só se realizará quando esta função tem alguma repercussão sobre a realização do Ato Discursivo.

De acordo com Keizer (2015, p. 88-89), o que há de especial sobre a abordagem da GDF sobre as funções pragmáticas é que as definições de Foco e Tópico dadas permitem aos constituintes realizar ambas as funções ao mesmo tempo. Foco e Tópico, em outras palavras, afirma a autora, não são vistos como estando em distribuição complementar, mas como pertencentes a diferentes dimensões no domínio de estrutura de informação.

³⁷ [...] *Topic function will be assigned to a Subact which has a special function within the Discourse Act, that of signalling how the Communicated Content relates to the gradually constructed record in the Contextual Component. The information not assigned the Topic function constitutes the Comment. The linguistic marking of the Comment rather than the topical information seems to be very rare. In Smit (fc.) Topic is defined as the linguistic reflection of a ‘retrieve’ instruction to the Addressee.*

3.8 O nome próprio

Abrimos esta seção sobre o nome próprio, pois esta categoria é muito comum nas posições restritivas. Para melhor entendermos a categoria nome próprio, foi necessário analisarmos as duas principais posições sobre assunto assumidas na GDF, a de Hengeveld e Mackenzie (2008) e a de Keizer (2007), assim, poderemos propor a nossa posição sobre a posição restritiva em língua portuguesa.

3.8.1 O nome próprio segundo Hengeveld e Mackenzie (2008)

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 117), embora muitos nomes próprios sejam derivados historicamente de material semântico (ex.: *Baker, Le Havre, Dances with Wolves*), eles não apresentam nenhum conteúdo semântico³⁸ e, por conta disso, esses substantivos, ocorrerão no Nível Interpessoal em Subatos Referenciais como em (42):

(42) *John was at the party. / John estava na festa.*

(43) (+id R_i: *John* (R_i))

Para a GDF, em geral, o nome é marcado pelo operador ‘+id’ e esta marca é refletida em certas línguas através do uso de um marcador de definitude identificável. Isso ocorre, por exemplo, na língua portuguesa europeia (e pode também acontecer no português brasileiro). Essa língua, segundo Hengeveld e Mackenzie, pode usar do artigo definido para marcar a definitude de forma identificável antes dos nomes próprios quando esses forem usados referencialmente, como o exemplo “*O João vem hoje*”. No entanto, quando esses não são usados dessa forma, como nos vocativos (*João, vem aqui*), não serão considerados referenciais, portanto, não serão núcleo de um Subato Referencial.

A ocorrência a seguir, tirada de nosso *corpus* (PEMLD), ilustra ainda mais a relação do nome próprio, em língua portuguesa, com um marcador de definitude identificável e com a sua ausência:

(44) “Mulher - Moço, tem um Pedro aqui?”

Feirante 1 - Que Pedro a senhora quer?

Feirante 2 - Pedro, aqui, tem mais de um!

³⁸ Iremos tratar melhor desse assunto nas próximas seções.

Mulher - O meu inda é moço novo. É bem vivo e falador. Tem um gênio buliçoso que não deixa ele parar.

Feirante 1 -Então não vive aqui, não. Um daqui é bem criança, inda se abrindo pra vida. O outro é velho e mastigado, entrando já pelos trinta.

Mulher - Estou cansada de andar e perguntar pro povo. Viu meu filho? conhece meu Pedro? ... e todo mundo me diz: " Já veio e foi ". ... Saiu inda agorinha "... "Brincou, fez e aconteceu! " . .. E eu sempre no rasto dele, sozinha por esse mundo...

Feirante 2 - Espera! O Pedro que fala é o tal de Malazarte?

Mulher - É assim que estão chamando... Diz depressa: ele está aqui?"

Como podemos perceber, o nome *Pedro* vai mudando sua definitude (-def/+def) e recebendo diferentes atribuições. Em outras palavras, dentro do texto esse nome começa sendo tratado como uma informação não definida (-def) - Moço, tem um *Pedro* aqui? -, pois é antecedido pelo artigo indefinido; depois passa a ser definido (+def) pelo artigo definido, ancorando a informação no discurso, podendo, portanto, ser seguido por um co-indexador, o pronome possessivo *meu*, uma vez que está no papel de *Pedro*, como na passagem – “*O meu inda é moço novo. [...]*”. Nos dois casos, devemos ressaltar que o uso do nome próprio é referencial

Uma outra questão importante relacionada aos nomes próprios, segundo Hengeveld e Mackenzie, é o esforço que tem sido feito para que formas como de (45)-(46) (Dik 1997a: 141, *apud* Hengeveld e Mackenzie 2008) tenham seu comportamento gramatical igualado ao comportamento dos substantivos comuns:

(45) *There were three Johns at the party.* / Há três Johns na festa.

Exemplos como esses podem em alguns casos até ser usados em forma de predicativo, como no exemplo a seguir (Clark e Clark 1979, *apud* Hengeveld e Mackenzie 2008):

(46) *My sister Houdini'd her way out of the locked closet.* / Minha irmã Houdinizou-se³⁹ para sair do armário trancado.

³⁹ Harry Houdini, ("O Grande Houdini") nome artístico de Ehrich Weisz de 1874 a 1926, foi um dos mais famosos escapistas e ilusionistas da história.

O resultado dessas conversões tem como consequência, para a GDF, a formação de metonímias. A representação cognitiva subjacente de (45), portanto, será “*three persons called John*” (há três pessoas chamadas John) e de (46) “*act in a way typical of a person called Houdini*” (agia tipicamente como uma pessoa chamada Houdini): nestes usos *John* e *Houdini* aparecerão, excepcionalmente, segundo os autores, no Nível Representacional. Entendemos, portanto, que, nesses casos excepcionais, os nomes próprios serão representados como núcleo de Subatos Atributivos no Nível Interpessoal, e como propriedades (f_1) no Nível Representacional. Vejamos a seguir:

(47) há três Johns

(48) NI: (C_i: [(R_i: (T_i)])

(49) NR: (e_i: [(3x_j: (f_j: Johns))])

(50) NM: (C_i: [(V_{p_i}: (N_{p_j}) C_i])

(51) minha irmã *Houdinizou- se*

(52) NI: (C_i: [(R_i: (T_i) (R_j) (R_i) (T_j) (R_j)])

(53) NR: (e_i: [(x_i: (f_i: irmã) (x_i: (x_j: eu (x_j))_{Pos} (x_i) (f_j: houdinizou (f_j))] (e_i))

(54) NM: (C_i: [(N_{p_i}: (X_{w_i}: minha) (X_{w_i}: irmã)) (V_{p_i}: houdinizou) (N_{p_j}) C_i])

Retornando ao uso normal do nome próprio, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 117-118) afirmam que a posição do Nível Representacional que corresponde ao nome próprio permanecerá lexicalmente vazio, mas deve conter a informação semântica recuperada do Componente Contextual, por exemplo sobre o gênero. Isto assegurará que um adjetivo mostre uma concordância apropriada com o nome feminino ou masculino. Esse tipo de relação morfossintática, como sabemos, é comum em línguas de origem latina como o francês e também o português:

(55) *Marie est belle.*

(56) *Marie be.PRS.3.SG beautiful.F*

(57) *Marie ser.Pres.3.SG bonito.Fem*

(58) ‘*Marie is beautiful.*’ / Marie é bonita (adjetivo concordando com o gênero do substantivo próprio “Marie”)

3.8.2 A teoria de Keizer sobre o nome próprio (2008)

Um dos nomes dentro da própria GDF que não é totalmente a favor da ideia de considerar o nome próprio completamente vazio de conteúdo semântico é Keizer (2008) em *Reference and Ascription in Functional Discourse Grammar*. A autora afirma, em seu artigo, que é verdade que os nomes próprios não atribuem uma propriedade, mas, em construções copulares, eles têm um conjunto de extensão (todas as entidades conhecidas pelo nome *Peter* em *Eu sou Peter*). Além disso, assim como Hengeveld e Mackenzie (2008), a autora considera que os nomes próprios suprem o Ouvinte com informação semântica sobre o referente intencional (como o sexo). A falta de significado descritivo do nome próprio é refletida, para Keizer, no fato de eles não serem providos de uma f-variável, ou seja, de uma propriedade.

Para a formalização proposta por Hengeveld e Mackenzie (2005, p. 16) da frase *I am Peter/Eu sou Peter* em (60 e 61), Keizer (2008, p. 196) propõe uma formalização alternativa (63 e 64) nos níveis Interpessoal e Representacional⁴⁰:

(59)	eu	sou	Peter
(60)	NI:	(R _I)	(R _J : Peter)
(61)	NR:	(x _i)∅	(x _i)∅
(62)	eu	sou	Peter
(63)	NI:	(R _I)	(T ₁)
(64)	NR:	(x ₁)∅	(x ₂ : Peter)∅

Através da formalização de (63)-(64), a autora procura demonstrar que a intenção do Falante, ao produzir esse enunciado, não é igualar as duas entidades (*Peter, eu*) de primeira ordem, pois não se trata de uma declaração de identidade da referência; nem a expressão *predicativa*, segundo a autora, é usada para atribuir uma propriedade para o referente do

⁴⁰ Os exemplos originais em inglês são:

Representação de Hengeveld e Mackenzie (2005, p. 16)

(31)	<i>I</i>	<i>am</i>	<i>Peter</i>
	IL:	(R ₁)	(R ₂ : Peter)
	RL:	(x ₁)∅	(x ₁)∅

Reformulação de Keizer da representação de Hengeveld e Mackenzie (2005, p. 16)

(32)	<i>I</i>	<i>am</i>	<i>Peter</i>
	IL:	(R ₁)	(T ₁)
RL:	(x ₁)∅		(x ₂ : Peter)∅

sujeito. Em vez disso, afirma Keizer que *Peter* é usado como um tipo especial de atribuição que, ao invés de instruir o Ouvinte a atribuir uma propriedade, ele o instrui a anexar o rótulo *Peter* a uma entidade de discurso já existente. Em outras palavras, esse tipo especial de atribuição expande o conjunto de extensão mental⁴¹ do lexema *Peter* para incluir o referente de *eu*. Se as variáveis, no Nível Representacional, representam o conjunto de extensão de uma expressão, isto significa que as variáveis das duas expressões nominais em (61) não deveriam ser co-indexadas – NR: $(x_I)\emptyset (x_I)\emptyset$ onde $(x_I)\emptyset$ é *eu* e o outro $(x_I)\emptyset$ é *Peter*-, pois os conjuntos de extensão das duas expressões não são idênticos.

Segundo Keizer (2008, p. 197), para melhor entendermos a construção do conjunto de extensão mental do Ouvinte, devemos considerar que este, ao anexar o rótulo *Peter* a uma entidade de discurso já existente, terá que lidar com a existência de três mundos: um mundo real, um mundo fictício e um mundo do discurso. O mundo real e o fictício são independentes do discurso, ou seja, estão, na GDF, no Conteúdo Conceitual. São as informações que estão nesses mundos que irão desencadear as ações no Componente Gramatical e Contextual dessa gramática; a partir de então, as informações desses mundos terão suas representações mentais no discurso dos participantes a partir do Nível Interpessoal.

Já o mundo do discurso, que, também, pode receber informações e compartilhar informações com o Nível Interpessoal, é representado, na GDF, pelo Componente Contextual⁴², que, entre outras coisas, é constituído por entidades presentes na situação do discurso imediato e de entidades trazidas para o discurso por meios textuais, através dos primitivos do Nível Representacional. É o mundo do discurso, juntamente com o Nível Interpessoal que influenciarão o Nível Representacional na construção do conjunto de extensão mental do Ouvinte:

Para tentar resolver (parte de) o quebra-cabeça, vamos distinguir vários tipos de “mundo”, primeiramente um mundo real, ou algum mundo ficcional ou mítico – alguma coisa que “existe” independentemente de qualquer situação de discurso ou qualquer discurso particular dos participantes. Segundo, há as representações

⁴¹ Salientamos que Keizer, ao falar da existência de um conjunto de extensão mental, considera que este conjunto não é um conjunto de entidades externas, extralinguísticas. Em vez disso, o conjunto de extensão mental pode ser visto, segundo a autora, como uma entidade linguística, na medida que forma parte do conhecimento linguístico de longa duração de um discurso do participante, sendo determinado pelas definições significativas dos elementos linguísticos em questão no léxico mental do Falante. Isto, para Keizer, não significa que esta informação é completamente invariável. Primeiro de tudo, de acordo com a autora, os significados dos lexemas podem mudar, os lexemas podem obter significados adicionais, e os novos lexemas serão introduzidos dentro do léxico. Como parte do conhecimento linguístico do discurso de um participante, o conjunto de extensão mental forma um fator relativamente constante.

⁴² Sobre mais detalhes sobre o Conteúdo Contextual ver Hengeveld e Mackenzie (2008, p.248).

mentais destes mundos no discurso dos participantes. Na maioria dos casos, estas mostrarão uma sobreposição, mas serão sempre diferentes entre elas. Terceiro, há o mundo do discurso (ou domínio do discurso, Vet 1986), constituído (entre outras as coisas) de entidades introduzidas no discurso por meios textuais, assim como entidades presentes na situação do discurso imediato.⁴³

Essa posição de Keizer tem importante reflexo no nosso trabalho sobre aposição restritiva, pois, na aposição restritiva *o poeta Manuel Bandeira*, por exemplo, evidenciamos as funções pragmáticas de tópico *poeta* e foco *Manoel Bandeira*, uma vez que é o nome próprio *Manoel Bandeira*, que informa ao Ouvinte de que poeta estamos falando, eliminando, assim, outras possibilidades; comportando-se, portanto, como um Subato atributivo, e não um Subato Referencial:

- | | | |
|--|--------------------------------------|---|
| (65) o poeta | Manoel Bandeira | |
| (66) NI: (R _i : (T _i)) | (T _j) |) |
| (67) NR: (x _i : [f _i : poeta]) | (x _j : [Manoel Bandeira]) | |

3.9 Síntese conclusiva

No presente capítulo, tratamos da noção de referência, importante função a que servem as aposições restritivas. Iniciamos o capítulo expondo o estudo da referência nas três principais perspectivas semânticas (Semântica Formal, Semântica da Enunciação e Semântica Cognitiva) e na Toria da Representação Discursiva, de Michel Adam. Em seguida, apresentamos o tratamento da referência na Gramática Discursivo-Funcional. Conclui-se, nessa revisão teórica, que o tratamento da referência na GDF distingue-se do recebido nas teorias anteriores, porque esse modelo introduz, junto à noção de referência, a de atribuição,

⁴³*To try and solve (part of) the puzzle, let us begin by distinguishing various kinds of “world”. First, there is the real world, or some fictional or mythical world - something that “exists” independently of any discourse situation or any particular speech participants. Secondly, there are the speech participant’s mental representations of these worlds. In most cases these will show considerable overlap, but there will always be differences between them. Thirdly, there is the discourse world (or discourse domain, Vet 1986), consisting (among other things) of entities introduced into the discourse by textual means, as well as entities present in the immediate discourse situation. In the model of FDG this discourse world is represented by the contextual component (see Connolly 2004: 103; Hengeveld 2004b: 369). In what follows, I hope to show that a further distinction has to be made between the discourse world (consisting of entities introduced into the discourse by linguistic means) and the immediate situation (perhaps better regarded as part of the real or some fictional or mythical world).*

considerando ambas acionais, pois, para a GDF, tanto a referência quanto a atribuição envolvem uma tentativa do Falante de influenciar a “informação pragmática” do Ouvinte.

Para tornar a explicação a respeito da referência e da atribuição mais completa, fizemos uma resenha da gramática de Hengeveld e Mackenzie (2008) com as principais características do Subato Atributivo e do Subato Referencial.

Uma das características importantes do Subato Atributivo, para os autores, é o fato de que um Subato Atributivo, ao ser realizado pelo Falante num Ato Discursivo, não está, obrigatoriamente, atribuindo uma Propriedade a algum referente, pois quando uma Propriedade é evocada, não necessariamente essa Propriedade está sendo atribuída a um referente, por isso é possível haver Conteúdos Comunicados com Subato Atributivo sem referente. Outra característica importante desse subato é o fato de seu núcleo ser, em princípio, vazio.

O Subato de Referência caracteriza-se por evocar uma entidade. Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que essa entidade será de uma categoria semântica particular. Portanto, no Nível Interpessoal, as distinções que são feitas refletem o estatuto da referência como uma atividade interpessoal.

O núcleo desse subato pode conter um ou mais Subatos Atributivos (e possivelmente um ou mais Subatos Referenciais), um nome próprio ou um lexema fictício e uma combinação abstrata de características para o Falante e o Ouvinte – os pronomes pessoais.

Observam também os autores que o Subato Atributivo pode vir dentro de um Subato Referencial, pois o núcleo não é predicado do Subato Referencial, mas indica como o Subato Referencial é apoiado pelos Subatos Atributivos. É também possível que um Subato Referencial possa vir dentro de outro Subato Referencial. Esse tipo de fenômeno é mais comum em construções possessivas.

Tratamos também, nesse capítulo, das funções pragmáticas Foco e Tópico que podem ser realizadas pelos subatos. De acordo com a GDF, a função Foco é caracterizada como a função que sinaliza a seleção estratégica de conceder informação nova pelo Falante e a função Tópico é função que, quando é importante numa língua, não é complementar ao Foco, mas parte da dimensão dicotômica Tópico-Comentário e sua informação é dada (ou inferíveis a partir do) no Componente Contextual. Segundo Keizer (2015, p. 88-89), o que há de especial sobre a abordagem da GDF sobre as funções pragmáticas é que as definições de

Foco e Tópico dadas permitem aos constituintes, ou seja, os subatos, realizarem ambas as funções ao mesmo tempo.

As explicações feitas, até agora, têm seu reflexo direto na análise das posições restritivas e, em particular, do nome próprio, que foi tratado de maneira apenas introdutória neste capítulo.

O nosso estudo do comportamento do nome próprio se restringiu às construções copulares e às posições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo. Para essa reflexão, partimos do posicionamento de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 16), que consideram que o nome próprio, por ser vazio de conteúdo semântico, será sempre um Subato Referencial, o que é negado, em parte, por Keizer (2008, p. 197), para quem os nomes próprios de pessoas, nas construções copulativas, são Subatos de Atribuição, pois, embora não atribuam propriedades, eles têm um conjunto de extensão que é construído pelo Ouvinte com base nos três mundos apresentados pela autora: real, fictício e o mundo do discurso.

Assim como Keizer, entendemos que o nome próprio, no português brasileiro, especialmente nas construções copulares e nas posições restritivas, comporta-se como um Subato de Atribuição, e, no caso da posição restritiva em língua portuguesa, isso é evidenciado através das relações pragmáticas entre os elementos que a compõem.

No próximo capítulo, trataremos da análise da posição restritiva com base na GDF, no entanto, antes de trazermos esta abordagem, apresentaremos um apanhado de importantes posições sobre a posição restritiva que foram relevantes para o desenvolvimento de nossa proposta.

4 A APOSIÇÃO RESTRITIVA À LUZ DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

Keizer (2007) que trabalhou, dentro da Gramática Discursivo-Funcional, com as posições restritivas em língua inglesa, considerou, assim como Nogueira (2011), de fundamental importância a definição dos traços prototípicos dessas construções para poder, assim, saber diferenciá-las de construções semelhantes. Para isso, a autora analisou, dentro do discurso e de forma detalhada, o comportamento pragmático, semântico e morfossintático dessas construções.

Na busca de definir os traços definidores de uma construção apositiva restritiva escrita no português brasileiro contemporâneo, consideramos, na nossa análise, as propriedades que Keizer (2007) levantou para fazer o seu estudo sobre a posição restritiva na língua inglesa. Portanto, trataremos, neste capítulo, da análise das posições restritivas do inglês feita por Keizer. Contudo, nas duas primeiras seções, fizemos um breve histórico do estudo das posições restritivas, trazendo importantes posicionamentos sobre o assunto, tanto da Gramática Tradicional da língua portuguesa como da Linguística em geral.

4.1 A posição em gramáticas tradicionais da língua portuguesa e em gramáticas descritivas

A posição restritiva é um assunto que está presente em qualquer gramática tradicional e vem sempre sendo foco de estudo para linguistas e gramáticos devido, principalmente, à complexidade de sua caracterização. Bechara (2003, p. 456), por exemplo, ao tratar do assunto, começa fazendo comparação entre o que ele denomina de aposto especificativo⁴⁴ e o adjunto adnominal. Segundo o gramático (2003, p. 458), uma das diferenças entre as duas funções é que os apostos especificativos, especialmente os que vêm introduzidos pela preposição *de*, vão estar ligados à denominação de instituições, de logradouros, de acidentes geográficos.

⁴⁴ Observamos que o aposto especificativo, trabalhado por Bechara, equivale à posição restritiva da GDF; ex: *rua 13 de maio, rio Jaguaribe, jornal O Povo* etc.

Bechara (2003), para tornar mais claro o seu pensamento, vale-se de uma explicação com base semântica. Há diferença, para ele, por exemplo, entre *Ilha de Marajó* e *casa de Pedro*. Em *casa de Pedro*, *casa* e *Pedro* são duas realidades distintas, enquanto em *Ilha de Marajó* trata-se de uma só realidade, pois ambos se referem a um só conteúdo de pensamento designado. Também o fato de os nomes na construção *Ilha de Marajó* virem escritos em maiúscula reflete a diferença de conteúdo. Este caso, portanto, é considerado pelo autor como sendo exemplo de aposto especificativo.

Contudo, baseado nos estudos de Augusto Epifânio da Silva Dias, Bechara (2003, p. 458) ressalta que construções como *a cidade de Lisboa* e *o rio Tejo* podem ou não serem tratadas como aposições:

[...] alguns escritores consideram que há aposição nos dois casos e a preposição *de* é mera partícula de realce ou expletiva. Outros preferem classificar as expressões iniciadas por *de* como adjunto adnominal. Ambas as análises são perfeitamente aceitáveis.

Já Júlio Ribeiro considera que os tipos de construções, com denominações de instituições, de logradouros, de acidentes geográficos, seguidas ou não da preposição *de*, não caracterizam um caso de aposto, mas de adjunto adnominal:

Omite-se muitas vezes a preposição antes de um substantivo em relação atributiva de possessão, Ex: Rio Amazonas – O nome Pedro – A casa de Garraux.

Em Lima (s/d, p. 44), encontramos uma análise bastante discutível também, visto que considera que, no exemplo, *cidade de Roma*, os termos *Roma* e *cidade* apresentam conceitos idênticos, contudo, em *cidade de São Paulo*, os termos *São Paulo* e *cidade* não se identificam:

Examinando-se a designação *cidade de Roma* vê-se que os dois substantivos encerram um só conceito, são uma só e mesma coisa: Roma é verdadeiramente a cidade e a *cidade* é exatamente Roma. O mesmo, porém, não se dá em *cidade de São Paulo*, pois aqui os dois termos não se identificam, mas traduz cada um deles seu conceito próprio. *São Paulo* dá o seu nome a uma cidade, mas não é ele próprio a cidade. Também Pedro II não é em si mesmo um colégio, nem *Santa Catarina* um hospital, nem *Liberdade* uma praça. E é por isso que, sendo diferentes os casos, cumpre analisá-los diversamente: lá um complemento apositivo, aqui um complemento restritivo⁴⁵.

⁴⁵“Complemento restritivo é um substantivo (ou equivalente) que, ligado a outro pela preposição *de*, designando cada um deles um objeto diferente, encerra uma ideia de qualidade, de atribuição ou de posse. Ex: amor de mãe, livro de Pedro, cidade de São Paulo, praça da Liberdade[...]” LIMA, M. P. de Sousa.

Rocha Lima faz, assim como Bechara (2003), a diferença, com base semântica, entre as construções que tratamos como apositivas restritivas com preposição e as construções assemelhadas:

Repare-se em que, na construção “A cidade de Londres”, os dois termos (*cidade e Londres*) se identificam, pois que ambos designam o mesmo ser. Não se confundam, portanto, com estruturas do tipo de “A neblina de Londres”, “A população de Londres”, etc., em que *de Londres* tem valor de adjetivo funcionando como adjunto adnominal. (ROCHA LIMA, 2011, p. 316).

Para Rocha Lima (2011, p. 316-317), construções como *o poeta Manoel Bandeira* são formadas por um elemento fundamental e um aposto ou, no caso de *o enclave de Cabina*, por um elemento fundamental mais a preposição *de* que antecede o aposto (o segundo elemento) em português:

Mas há um tipo de aposto em que não se usa a vírgula: aquele com o qual se dá a denominação do ser, individualizando-o dentro do seu gênero:

Exemplo:

O padre *Anchieta* foi o primeiro professor do Brasil.

Do mesmo modo:

a) O poeta *Olavo Bilac*...

b) O marechal *Rondon*...

c) O romance *Dom Casmurro*...

d) O rio *Tejo*...

Neste último caso, pode o aposto prender-se ao fundamental pela preposição *de*:

a) A cidade *de Londres*...

b) O mês de março...

[...].

Salientamos que tanto a posição de Bechara (2003) como de Rocha Lima (2011), ao tratarem a caracterização da aposição com preposição *de* com base no critério semântico, parece-nos bastante coerente.

É importante acrescentar ainda que Cunha e Cintra (2001, p. 156), em sua gramática, buscam também uma maneira de diferenciar a aposição precedida da preposição *de* do adjunto adnominal, para isso, eles prescrevem uma fórmula: quando for possível transformar um sintagma preposicionado em um sintagma adjetival, pode-se ter certeza que este sintagma preposicionado está exercendo a função de adjunto adnominal.

Esta fórmula foi também trabalhada de forma exaustiva por Macambira (2001). O problema dessa estratégia de análise é que, para ser considerada produtiva, foi necessário, para Macambira (2001, p. 297), testá-la com adjetivos desconhecidos pela grande maioria dos falantes, por exemplo: *casa de palha* = casa palhaça; *animal sem orelha* = animal anoto. Deve-se ressaltar também que, ao tentarmos modificar a escolha do falante em relação às

estruturas presentes em seu discurso, estamos interferindo de forma pragmática na mensagem que este falante pretende passar. *Uma casa palhaça* ou *uma casa de palha* vão trazer informações pragmáticas diferentes para o ouvinte.

A construção apositiva tratada por Macambira (2001, p. 345) são as que não trazem pausa, por isso denominadas, pelo autor, de “aposto independente”: *a cachoeira de Paulo Afonso, rio São Francisco, a torre Eiffel*. Não fica claro, porém, se o gramático, realmente, considera tais formações como aposto ou como adjunto adnominal, pois, em um determinado parágrafo, ele afirma que se deve considerá-las adjuntos adnominais, mas, já no parágrafo seguinte, afirma que é mais preciso analisá-las como apostos, dada à equação de transformação em predicativo.

Em relação ao elemento principal da aposição ou o aposto, termo usado pelos gramáticos tradicionais, Rocha Lima (2011), Bechara (2003), Celso e Cunha (2005) e Gama Kury (1987) - autores mais modernos-, em *a cidade de Petrópolis, o mês de julho*, consideram que o elemento aposto é o segundo elemento.

Otoniel Mota (1926, p. 23), embora aceite como aposto o segundo elemento, sugere uma terceira análise que é baseada no conceito de lexia, pois leva em consideração que exemplos como *a ilha Marajó, o Doutor Eusébio, o rio Amazonas* já estão na língua há muito tempo, portanto, tem a sua estrutura já fundida:

Nas expressões – *a ilha Marajó, o Doutor Eusébio, o rio Amazonas* – os nomes próprios estritamente falando, são *apostos*: *Marajó* é aposto explicativo de *ilha*. Mas a aposição é tão fraca, os dois substantivos já se fundiram por tal forma, que o melhor é considerá-los um todo, como uma única expressão, e assim os colocar em diagrama: isto é – um ao lado do outro. O mesmo acontece com a expressão *a cidade de Lisboa*.

De acordo com Bechara (2003, p. 351-353), a lexia ou *lexia* complexa (termo criado por Bernardo Pottier), também chamada de *sinapsia* (Emílio Benveniste) – em grego “junção”, “conexão”, “coleção de coisas juntas” – é formada de sintagmas complexos que podem ser formados por mais de dois elementos: *negócio da China* (transação comercial vantajosa), *pé-de-chinelo* (diz-se de pessoas de pouco):

A sinapsia, cujo resultado é sempre um substantivo ou adjetivo, tem grande vitalidade, especialmente na linguagem científica e técnica, e, por isso mesmo, cria problemas na dicionarização dessas unidades léxicas, já que dicionários e gramáticas, no seu levantamento, se guiam pela ortografia (BECHARA, 2003, p. 352).

Uma outra característica da léxia complexa, de acordo com Bechara, é a relação sintática entre os elementos que a compõem. Em geral, a lexia complexa traz como um de seus elementos uma preposição: *de*, a mais recorrente neste tipo de estrutura, *em* ou *a*, esta última é usada “quando a unidade designa um artefato, em que o determinante indica o agente motor; *barco à vela, motor à explosão, fogão a gás*, ou uma característica distinta *televisão a cores /televisão em cores*” (Bechara, 2003, p.352).

Portanto, considerar apenas a longevidade das palavras ou construções que formam um sintagma nominal não é suficiente para definir se estamos diante de uma lexia ou não, como fez Otoniel Mota (1926).

Como vimos até agora, há muitas posições diferentes em relação ao assunto e todas muito presas a uma análise prescrita de exemplos descontextualizados como as propostas por Cunha e Cintra (2001) e por Macambira (2001) e, dessa forma, levando-se em conta, na maioria das vezes, apenas o comportamento morfossintático das construções. As propostas que nos parecem mais coerentes com a nossa proposta de análise é a de Bechara (2003) e a de Rocha Lima (2011), contudo seus exemplos são descontextualizados, não levando em conta, assim, a intenção do falante ao produzir um enunciado.

4.2 Aposição na Linguística: processo e construção

Muitos linguistas e gramáticos consideram como critério para a identificação de uma estrutura apositiva a relação semântico-pragmática de correferência entre os termos. Como exemplo desses autores, temos Rodriguez (1989), que vê a correferência como característica inerente à aposição.

Contudo, o linguista Bloomfield (1979, p. 186) e os gramáticos Quirk *et al.* (1985, p. 1303) e consideram que, no caso da aposição restritiva, os elementos apositivos têm como uma das características inerentes constituírem uma única unidade de informação, pois não há, entre eles, uma pausa na fala ou sinal de pontuação na escrita.

Rodriguez (1987), posicionando-se contra o ponto de vista de Quirk *et al.* (1985) e Bloomfield (1979), afirma que a ausência da pausa entre os elementos, na verdade, faz com que estes não tenham uma relação de correferência, portanto, o que conhecemos como aposição restritiva não pode existir como tal. Para a autora, a natureza suprasegmental é responsável por codificar a relação de correferência, e, sem essa condição, uma construção

não pode ser identificada como apositiva. Há, dessa forma, entre os elementos desse tipo de construção, conclui Rodriguez, uma relação de atribuição.

Essa posição de Rodriguez é reafirmada quando a autora não aceita também o tratamento dado por Martinez (1987) a exemplos como *a cidade (de) Lisboa* ou *ilha de Marajó*, citados anteriormente. Para Martinez, esses tipos de exemplos não podem ser tratados como aposições restritivas, mas como composição⁴⁶, tal como em *bebê de proveta*, *sofá-cama*. Rodriguez, nesses casos, no entanto, vê, mais uma vez, uma relação de atribuição e não de correferência.

Outro critério apontado nos estudos linguísticos para determinar a identificação de uma aposição é a identidade funcional.

Segundo Câmara Jr. (1986, p. 57-58), na aposição restritiva, temos uma sequência e não um sintagma:

APOSIÇÃO: Substantivo ou locução substantiva, que ao lado de outro ou outra tem a mesma função sintática e se reporta ao mesmo ser [...].

Rodriguez (1989, p. 232) concorda com Câmara Jr. ao afirmar que, em relação à identidade funcional, se os termos que, em princípio, estão em aposição restritiva, puderem ser intercambiados, eles serão equifuncionais, e esta equifuncionalidade será sintática e não decorrente da relação de correferência entre esses termos. Daí, mais uma vez, o autor procura justificar a não existência da aposição restritiva.

Tesnière (1976) não considera que os dois termos em aposição restritiva exercem a mesma função na oração a que pertencem. Segundo o Tesnière (1976, p. 163), o substantivo em aposição restritiva não está em conexão com o verbo, mas com o substantivo que exerce o papel de um de seus actantes. Embora admita que, do ponto de vista estrutural, esses dois

⁴⁶ De acordo com Bechara (2003, p. 355):

A COMPOSIÇÃO consiste na criação de uma palavra nova de significado único e constante, sempre e somente por meio de dois radicais relacionados entre si. Isto não impede que um dos elementos compostos seja ele mesmo já um composto, contado como um termo único, pelo princípio de constituintes imediatos.

Ainda segundo Bechara (idem), a composição do tipo substantivo + substantivo pode ser de coordenação ou de subordinação. A composição por coordenação é caracterizada pela criação de uma palavra nova de significado único e constante:

OBSERVAÇÃO: Os compostos com o determinado antes do determinante são tipicamente portugueses. Nos compostos coordenativos um dos substantivos funciona como aposto de outro, em geral, o segundo: *peixe-espada* (peixe que se parece com uma espada). Compostos deste tipo em que o determinante vem antes do determinado, como em *mãe-pátria*, são mais raros [...].

Já a composição por subordinação, para Bechara (2003, p.356), caracteriza-se quando há subordinação de um elemento:

OBSERVAÇÃO: Nesse tipo de subordinação, os elementos se unem por uma relação de complemento de substantivo, do adjetivo ou do verbo [cf.VK.3, 42 n. 5]. É muito natural no português a omissão da preposição *de*, como acontece com *arco-íris* (por arca da íris), *Íris* é nome mitológico). Assim, *porco-espinho* (= porco de espinho), *beira-mar* (beira do mar), *pontapé* (ponta do pé), etc. [...].

substantivos sejam iguais entre si e estejam em conexão semântica direta e horizontal, afirma que eles não são necessariamente idênticos: o substantivo nuclear ou principal é um actante do verbo, e o substantivo em aposição é apenas um atributo desse substantivo principal. Tesnière, também, lembra-nos de que, por ser uma conexão horizontal, a aposição restritiva distingue-se, por exemplo, do epíteto, que mantém uma relação vertical com o substantivo centro do nó substantival.

A expressão *conexão horizontal* empregada por Tesnière para descrever a aposição restritiva, de acordo com Carone (1988, p. 66), parece contraditória, pois Tesnière (1976), ao empregar a palavra *conexão* para designar uma relação horizontal, está falando de subordinação. Essa contradição, acaba reforçando a posição de Carone, que atribui à aposição restritiva, bem como ao epíteto, o estatuto de subordinação. A autora justifica seu posicionamento, afirmando que, nessa aposição, há um resíduo de uma oração subordinada.

Taboada (1978) não compartilha da posição de Tesnière (1976), pois considera a identidade funcional como um critério definidor da aposição restritiva, contudo, o autor, para dar base a essa sua assertiva, leva em consideração o comportamento semântico dos elementos que a constui. Portanto, segundo Taboada, os termos, em uma estrutura apositiva restritiva, devem:

- a) constituir um elemento funcional único em relação à oração;
- b) ser intercambiáveis sem alterar a estrutura e as funções da construção apositiva;
- c) ser capazes de sofrer supressão, sem modificar a estrutura oracional e sem que o seu sentido contextual seja modificado.

Já para Lago (1991, p. 501), os dois elementos em aposição restritiva pertencem ao mesmo nível de estrutura hierárquico, mas, quando considerados em relação à estrutura apositiva, exercem funções diferentes, um é o elemento principal e o outro, modificador. A relação semântica que se estabelece entre os dois elementos em aposição não é nem de coordenação, nem de subordinação, mas de interdependência.

De acordo com Nogueira (1999, p. 38), o cenário que encontramos em relação ao que é dito sobre o que é uma aposição demonstra muito bem (como nós podemos também constatar) que não há consenso entre os estudiosos quanto à caracterização de uma construção apositiva restritiva, especialmente, com base na identidade funcional:

Não há, entretanto, consenso entre os estudiosos quanto à identidade funcional nas construções ditas apositivas. Hockett (1958), por exemplo, ao estudar os principais

tipos de construção endocêntrica, vê a aposição como variedade muito particular de construção coordenada. Ele afirma que, em alguns exemplos de aposição, fica claro que a construção é endocêntrica e é razoável supor a existência de uma atribuição; mas afirma, também, que é difícil dizer qual dos termos é o núcleo. Assim, para Hockett, uma construção como *Queen Mary* é constituída por dois núcleos mutuamente atributivos.

Em nossa tese, na busca de melhor entender os traços que marcam uma aposição restritiva, procuramos provar que muitos dos fenômenos que acontecem nesse processo de construção restritiva não conseguiram ser suficientemente explicados por não levarem em consideração as características pragmáticas, semânticas, morfossintáticas das aposições.

As consequências da desconsideração dessas características para o entendimento desses traços levaram autores como Rodriguez (1989) e Câmara Jr. ((1986) a afirmarem, erroneamente, que a identidade funcional dos elementos de uma aposição pode apenas ser explicada com base na sintaxe; ou a defender a teoria de que os dois termos em aposição restritiva exercem a mesma função na oração a que pertencem, como Taboada (1978). Ou, ainda, já com relação à correferência, a afirmar, como fez Rodriguez (1989), que a natureza suprasegmental é responsável por codificar a relação de correferência, e, sem essa condição, uma construção não pode ser identificada como apositiva, portanto, entre os elementos desse tipo de construção haveria uma relação semântica de atribuição, não podendo existir, assim, a aposição restritiva. Através de uma análise com base na Gramática Discursivo-Funcional, no entanto, fica fácil entender que a atribuição, assim como a referência, é usada para descrever atos executados no Nível Interpessoal (pragmática), não no Representacional.

Concordamos, entretanto, com Carone (1988) em relação a sua crítica a Tesnière (1976). Uma vez que o estudioso considera que os dois substantivos sejam iguais, não poderão ter uma *conexão* horizontal, pois o termo *conexão* é tipicamente usado para marcar as relações de subordinação. Contudo, assim como Lago (1991), entendemos que a relação semântica que se estabelece entre os dois elementos em aposição é de interdependência, embora, em alguns casos, esta relação não seja fácil de ser percebida.

Para tornar, portanto, a questão da correferência e da identidade funcional mais clara, seguimos, na nossa tese, a posição de Nogueira (1999) que afirma haver a necessidade de se distinguir função sintática de processo de construção. Desta forma, deve-se empregar a palavra *aposição* como designativa de uma construção e não de uma função sintática, principalmente pela vantagem de ser possível analisar como apositivas algumas construções em que não se pode afirmar a existência de função sintática exercida por um dos elementos ou por ambos.

De acordo ainda com Nogueira (2011, p. 6), no estudo das posições não restritivas, as construções mais típicas de uma posição são aquelas que mostram um maior número de traços característicos e podem, dessa forma, ser consideradas como protótipo da categoria. Supõe-se, segundo a autora, que a maioria das construções apositivas exiba um grande número de traços, procurando parecer, assim, com o protótipo, enquanto que outras que apresentam menos traços, afastando-se da similaridade com o protótipo. É o grau de semelhança, portanto, que faz com que uma construção faça parte ou não dessa categoria: quanto mais próxima for do protótipo, mais central é seu estatuto dentro da categoria. Na discussão sobre os fundamentos conceituais da posição, Nogueira (1999) considerou como fronteiras conceituais dessa categoria de construção as posições restritivas.

4.3 A posição restritiva na língua inglesa e a sua análise

Segundo Keizer (2007, p. 22), as diferenças sintáticas, semânticas e pragmáticas são importantes nas construções apositivas até mesmo entre aquelas que estão justificadamente sob o mesmo princípio geral de posição restritiva. Na verdade, essas diferenças revelam subtipos, tais como os que a autora trata a seguir em (1)⁴⁷:

- (1)
- | | |
|---|-----------------------------|
| a. <i>The actor Orson Welles</i>
(o ator Orson Welles) ⁴⁸ | Tipo 1a: det + N + NP |
| b. <i>The word recession</i>
(a palavra recessão) | Tipo 1b: det + N + N |
| c. <i>Orson Welles the actor</i>
(Orson Welles o ator) | Tipo 2: NP + det + N |
| d. <i>Actor Orson Welles</i>
(Ator Orson Wells) | Tipo 3: N + NP |
| e. <i>My friend Orson Welles</i>
(meu amigo Orson Welles) | Tipo 4a: poss + N + NP |
| f. <i>My friend the actor</i> | Tipo 4b: poss + N + det + N |

⁴⁷ Onde temos:
det = determinante;
N = nome;
NP: nome próprio;
poss = possessivo.

⁴⁸ A tradução deste e dos demais exemplos aqui citados são de nossa responsabilidade.

(meu amigo o ator)

Para Keizer (2007, p. 22-23), preliminarmente, todas as construções em (1) são caracterizadas da seguinte forma:

- a) contêm dois elementos nominais;
- b) não há nenhum elemento de ligação entre os elementos (em oposição às construções do tipo *the city of Roma* (a cidade de Roma), *the name of Algernon* (o nome de Algernon))
- c) um elemento é um nome próprio (tipos 1a, 2, 3 e 4a) ou algum outro elemento que é normalmente tomado para ser o único denotado (tipo 1b) e o outro elemento é um nome ou substantivo contável.
- d) na fala, os dois elementos formam uma unidade de entonação; e, na escrita, os dois elementos não são separados pela vírgula.

Além disso, os seguintes traços semânticos são frequentemente mencionados:

- e) os dois elementos se referem a mesma entidade;
- f) há uma relação semântica (de modificação, predicação ou especificação)⁴⁹ entre os dois elementos.

Chamamos a atenção ao fato de que Keizer, em nenhum momento de seu trabalho sobre aposição restritiva em inglês, explicita a diferença entre as relações de modificação, especificação ou predicação.

4.3.1 Traço fonológico ou suprasegmental da construção apositiva restritiva na aposição restritiva em inglês

Keizer (2007, p. 25), com base em gramáticos e linguistas que trataram da aposição restritiva na língua inglesa, considera que os dois elementos de uma aposição restritiva formam uma unidade de entonação, e, assim, não são separados por uma pausa na fala ou por uma vírgula na escrita. Além disso, para a autora, o acento secundário, não marcado, cai sobre o primeiro elemento, e o acento principal é dado ao segundo elemento:

Entonação é provavelmente a propriedade menos controversa das aposições restritivas. Todos os linguistas concordam que os dois elementos de uma aposição restritiva formam uma unidade de entonação, e, como tal, não são separados por uma pausa na fala ou por uma vírgula na escrita. Além disso, o acento secundário

⁴⁹ *There is a semantic relation (of modification, predication or specification) between the two elements* (Keizer, 2007, p. 23).

não marcado cai no primeiro elemento, já o acento primária é dado ao segundo elemento (cf. construções adjetivo-substantivo).⁵⁰

Vejamos os exemplos a seguir:

(2)

- a. *This is a really big home in win for Jaguar and indeed for Silverstone because **the Jaguar boss Tom Walkenshaw** is of course the uh managing director of Silverstone Circuits the BRDC* <ICE-GB: S₂A₋₀₁₂ #₉₀:6:A>

(Isto é realmente uma grande vitória em casa para Jaguar e de fato para Silverstone, pois *o chefe da Jaguar Tom Walkenshaw*, é, naturalmente, o uh diretor-executivo do Circuito Silverstone).

- b. *I asked the conciliation director at the National Family Conciliation Council, **Thelma Fisher*** <ICE-GB: S₂B₋₀₁₉ #₁₀₁:1: A>

(Perguntei a diretora de conciliação do Consulado Nacional de Conciliação familiar, *Thelma Fisher*).

As duas posições (*the Jaguar boss Tom Walkenshaw* / *Thelma Fisher*), de acordo com Keizer (2007, p. 26), exibem padrões de entonação completamente diferentes. Para a autora, a posição restritiva do tipo 1a det + N + NP, em (2a) - *the Jaguar boss Tom Walkenshaw* -, é pronunciada como uma unidade, sem uma pausa antes do nome próprio. Além do mais, afirma a autora, o acento principal recai somente sobre o nome próprio (NP), já o secundário está atado ao N₁. Já nas construções não restritivas, em (2b), para Keizer, há uma pausa bem clara entre o N₁ e o nome, assim, os dois elementos recebem o acento primário⁵¹:

A posição restritiva (Tipo 1a) em (2a) “*o chefe da Jaguar Tom Walkenshaw*” é pronunciada como uma unidade, sem uma pausa antes do nome próprio. Além disso, o acento primário é dado apenas ao nome próprio, com o acento secundário sendo anexado a N₁. Na construção não restritiva em (2b) “a diretora de conciliação do Consulado Nacional de Conciliação familiar, **Thelma Fisher**”, por outro lado, há uma clara pausa entre N₁ e o nome próprio, enquanto em ambos os elementos é dado o acento primário.⁵²

⁵⁰ *Intonation is probably the least controversial of the properties of close appositions. All linguists agree that the two elements of a close apposition form one intonation unit, and, as such, are not separated by a pause in speaking or a comma in writing. In addition, in the unmarked case secondary stress falls on the first element, with primary stress being given to the second element (cf. adjective-noun constructions).*

⁵¹ Todos os exemplos da posição restritiva em inglês apresentados por nós nessa seção são oriundos de exemplos do *corpus* analisado por Keizer (2007). Esses, segundo a autora, foram checados, exibindo claramente padrões de uma posição restritiva.

⁵² *The close apposition (Type 1a) in (2a) “the Jaguar boss Tom Walkenshaw” is pronounced as one unit, without a pause before the proper noun. Moreover, primary stress is given to the proper noun only, with secondary*

4.3.2 A classe dos elementos da aposição restritiva em inglês

Em relação à classe dos elementos dentro de uma aposição restritiva, Keizer (2007, p. 27) afirma que os dois elementos de uma aposição restritiva, em inglês, não fazem parte da mesma subclasse de substantivo. Para a autora, os substantivos podem ser divididos em três subclasses: a dos substantivos próprios, a dos substantivos não contáveis e a dos substantivos contáveis. Os substantivos, em inglês, que pertencem à subclasse dos substantivos próprios e/ou a dos substantivos não contáveis ocupam a posição do segundo elemento dentro de uma construção apositiva restritiva e em outros contextos não podem ser precedidos pelo artigo. Já os substantivos que pertencem à subclasse dos substantivos comuns contáveis ocupam a posição do primeiro elemento e, em outros contextos, podem ser precedidos pelo artigo:

Geralmente falando, no entanto, os dois elementos de uma aposição restritiva não pertencem à mesma subclasse de substantivo. A partir dos exemplos apresentados até agora, torna-se claro que uma das características das aposições restritivas é que um dos elementos é um substantivo próprio, não-contável ou nome substantivo, enquanto que o outro elemento é um substantivo contável; a distinção de traço entre os dois elementos é que o segundo elemento geralmente ocorre sem artigo em outros contextos, enquanto que o primeiro elemento deve ter um artigo em outros contextos. Então, os exemplos, como em (5), são aceitáveis como aposições, uma vez que o nome *Turandot* e o substantivo comum *seroglycerin* não são normalmente precedidos por um artigo definido; nas expressões em (6), por outro lado, isso não ocorre, pois estas construções combinam duas classes de nome⁵³.

Vejamos a seguir os exemplos:

(3)

a. *This story appears to be the origin of the opera Turandot* <ICE- GB:S2A-059 #82:1:A>

(Esta história parece ser a origem da ópera *Turandot*).

*stress being attached to the N1. In the non-restrictive construction in (2b) “[...] the conciliation director at the National Family Conciliation Council, **Thelma Fisher**”, on the hand, there is a clear pause between the N1 and the name, while (parts of) both elements are given primary stress.*

⁵³ *Generally speaking, however, the two elements of a close apposition do not belong to the same subclass of noun. From the examples given so far it will have become clear that one of the characteristics of close appositions is that one of the elements is a proper noun, mass noun or substance noun, while the other element is a count noun; the distinguishing feature between the two elements being that the second element usually occurs without an article in other contexts, while the first element must have an article in other contexts. Thus the examples in (5) are acceptable as appositions, since the names *Turandot* and the substance noun *seroglycerin* are normally not preceded by a definite article; the expressions in (6), on the other hand, do not occur, since these constructions combine two class nouns. (KEIZER, 2007, p. 27)*

- b. *Incidentally at the time I published the thyroxin essay Burt and Galloway in the States published a similar procedure exactly identical for the measurement of **the insulin seroglycerin** using an antibody as the binding agent* <ICE-GB:S₂A₋₀₄₂ #_{91.1}:A>
(Incidentalmente, no momento em que eu publiquei o ensaio thyroxin, Burt e Galloway nos EUA publicaram um procedimento similar, exatamente idêntico, para a medição da *insulina seroglycerin*, usando um anticorpo como agente de ligação).

Como podemos perceber o exemplo de aposição restritiva (3a), *the opera Turandot* (a ópera *Turandot*) é formado por um substantivo comum (*opera*) e por um substantivo próprio (*Turandot*) e o exemplo (3b), *the insulin seroglycerin* (*insulina seroglycerin*), é formado por um substantivo comum (*insulin*) contável e por um substantivo comum não contável (*seroglycerin*).

No entanto, os exemplos em (4) têm o seu sintagma nominal formado apenas por dois substantivos comuns contáveis, daí a possibilidade de intercambiarmos suas posições. Ou seja, no exemplo em (4), em vez de *the sword weapon* (a arma espada) ou *the vehicle wagon* (o veículo vagão), temos *the weapon sword* (a espada arma) e *the vehicle wagon* (o vagão veículo).

- (4)
a. **the weapon sword* / *a espada arma
b. **the vehicle wagon* / *o vagão veículo

Na grande maioria dos casos, esta previsão acaba por se concretizar, mas, não surpreendentemente, há exceções. Um contraexemplo, em inglês⁵⁴, aparentemente trivial é aquele com construções contendo nomes de dois navios, rios etc., que, embora funcionando como nomes próprios, exigem um artigo definido em outros contextos. Segundo Keizer (2007)⁵⁵:

Esta é mais uma das características destas expressões. Pode-se afirmar aqui que o artigo é parte do nome próprio; neste caso, entretanto, é de se esperar que o artigo faça parte das construções apositivas, que, como mostra os exemplos em (5), não é o caso. Alternativamente, as construções não apositivas como **O Missouri** e **O Gardogne** podem ser vistas como uma redução de aposições restritivas.

⁵⁴ Podemos perceber, através das traduções, que em língua portuguesa o mesmo fenômeno acontece.

⁵⁵ *This is rather an interesting feature of these expressions. One could claim that the definite article here is part of the proper noun; in that case, however, one would expect the article also to turn up in appositional constructions, which, as shown in the examples in (7), is not the case. Alternatively, non-appositional constructions like **The Missouri** and **The Gardogne** may be seen as reduced close appositions.*

(5)

a. *The position of the World War Two battleship Missouri has not been disclosed*
 ...<ICE-GB:S₂B-001 #_{33.1}:B>

(A posição do encouraçado Missouri da Segunda Guerra Mundial não foi divulgada [...]).

b. *This marvel of architecture was built from blocks of stone each weighing many tons and hoisted a hundred and fifty feet above the river Gardogne* <ICE-GB:S₂B-027 #_{13.1}:A>

(Esta maravilha da arquitetura foi construída a partir de dois blocos de pedra, cada um pesando muitas toneladas, e içado a cento e cinquenta metros acima do rio Gardogne).

4.3.3 A omissão sintática e o núcleo na aposição restritiva em inglês

Segundo Keizer (2007, p. 30), a análise da omissão sintática determina o comportamento interno das construções apositivas em inglês, podendo definir o núcleo desta construção⁵⁶. Keizer informa que quatro estruturas no tratamento desta questão têm sido sugeridas:

- a) N_p⁵⁷ Núcleo + N_p Mod
- b) N_p Mod + N_p Núcleo
- c) N_p Núcleo/Mod + N_p Núcleo/Mod
- d) Det [N_{Mod} + N_{Núcleo}]

A autora faz um breve histórico a respeito destas três análises. A primeira análise é baseada na suposição, de acordo com Keizer (2007, p. 30), intuitiva, de que, em uma aposição restritiva do tipo *the poet Burns* (*o poeta Burns*), o segundo elemento restringe o significado do primeiro:

Vamos considerar brevemente cada uma dessas quatro análises. A primeira análise é baseada na suposição (intuitiva) de que na aposição restritiva do tipo **o poeta Burns**, “o segundo elemento é restritivo e é necessário limitar ou restringir, ou definir o significado do primeiro” (Lee 1952; cf. Francisco 1958).⁵⁸

⁵⁶*In most existing treatments of close appositions, the notion of headedness plays an important role in determining the internal structure of these constructions.*

⁵⁷ N_p, nessa seção, trata-se da abreviação para sintagma nominal em inglês (Noun Phrase).

⁵⁸ *Let us briefly consider each of these four analyses. The first analysis is based on the (intuitive) assumption that in close appositions of the type the poet Burns ‘the second element is restrictive and is necessary to limit, or restrict, or define the meaning of the first’ (Lee 1952; cf. Francis 1958).*

Haugen (1953), um dos autores citados pela autora, no seu breve histórico sobre as teorias a respeito da constituição das posições restritivas, rejeita, contudo, tal análise. Sua rejeição é baseada, segundo Keizer (2007, p.30), no teste de substituição por zero (*replacement-by-zero*):

Haugen (1953), todavia, rejeita tal análise. Ele baseia-se no teste de substituição por zero, argumentando que a função relativa de qualquer um dos dois elementos linguísticos deveria ser determinada pela omissão de um deles, por sua vez, cada um deles poderia ficar sozinho sem prejudicar o entendimento da informação pretendida pelo Falante. Porém, numa construção como **o poeta Burns**, isso não é possível, uma vez que a ausência do substantivo próprio, ao ser substituído por zero, prejudicará a compreensão da informação por parte do Ouvinte, pois apenas elemento **o poeta** não dará informação suficiente de quem é este poeta, especialmente no início de um discurso, pois pode ser que o Ouvinte nunca tenha ouvido falar sobre ele, não conseguindo inferir de quem se está tratando. Contudo, ao omitirmos **o poeta**, segundo Haugen (1953: 166), temos “uma sentença perfeitamente satisfatória”. Conclui, assim, Haugen que, em vez do primeiro nome, deve ser o segundo nome o núcleo da construção.⁵⁹

Keizer (2007, p.30), no entanto, chama-nos a atenção para a seguinte reflexão: o que é “uma frase perfeitamente satisfatória”:

A questão que se coloca, no entanto, é o que se entende por uma “sentença perfeitamente satisfatória”. Do ponto de vista sintático, a omissão de qualquer elemento leva a um resultado aceitável, enquanto semanticamente, também, as construções resultantes parecem ser aceitáveis, não importa que elemento está sendo omitido.⁶⁰

Inconclusiva também, afirma Keizer (2007, p. 31), é a análise de Hockett (1955), segundo autor citado na sua revisão da literatura sobre o tema, pois este considera que tanto o primeiro elemento como o segundo elemento podem restringir ou ser restringido, contudo não especifica os fatores que o levaram a essa conclusão:

A alternativa que ele nos oferece, contudo, não é totalmente convincente. Hockett admite que, na maioria das construções endocêntricas, a evidência aponta tanto para interpretação de A como atributo e B como elemento principal, como para a interpretação de A como elemento principal e B como atributo. Há, contudo, casos,

⁵⁹ Haugen (1953), however, rejects such an analysis. He does so on the basis of the ‘replacement-by-zero test’, arguing that the relative function of any two linguistic elements can be determined by omitting each one of them in turn and seeing which one of them can stand alone. Thus, in a construction such as the poet Burns it is not possible, Haugen claims (1953: 165–6), for the proper noun to be replaced by zero, as the element the poet cannot be used in the same context, e.g. to start a discourse by talking about a poet the hearer may be assumed never to have heard of; this being irreconcilable with the use of the definite article. If, on the other hand, we omit the poet, Haugen (1953: 166) continues, we have ‘a perfectly satisfactory sentence’. Haugen concludes that, rather than the first noun, it must be the second noun which functions as the head of the construction.

⁶⁰ The question that arises, however, is what is meant by a ‘perfectly satisfactory sentence’. From a syntactic point of view, omission of either element leads to an acceptable result, while semantically, too, the resulting constructions seem to be acceptable, no matter which element is being omitted.

que de acordo com Hockett (1955, p. 101), em que há “evidência convincente para essas alternativas atributivas. Quando achamos este tipo de construção, estamos diante de uma ‘aposição’. Há, contudo, alguma coisa distintamente estranha sobre dois Nps serem mutuamente atributivos; além do mais, Hockett, na verdade, não especifica qualquer evidência para apoiar seu ponto de vista.”⁶¹

Em relação à última construção Det [$N_{Mod} + N_{Núcleo}$] que é defendida por Burton-Roberts (1975, p. 393), esta traz uma construção apositiva restritiva formada não por dois N_{ps} , mas por um único sintagma nominal constituído por dois nomes, sendo que o primeiro nome, um substantivo comum, é o modificador, e o segundo nome, um substantivo próprio, é núcleo. Essa proposta também é defendida por Acuña-Fariña (1996, p. 28–38).

Segundo Keizer, a análise de Burton-Roberts é um relato transformacional, de acordo com o qual, *the poet* é derivado de uma estrutura subjacente *Burns Burns the poet* da seguinte forma:

(6)

- a. [det] *Burns* [det] *Burns be poet* \implies
- b. [det] *Burns WH be poet* (relativização, obrg.) \implies
- c. *the Burns who is a poet* \implies
- d. *the Burns poet* (redução optativa, opt) \implies
- e. *the poet Burns* (por atributo *preposing*⁶², obrg.)

Acuña-Fariña, de acordo com Keizer (2007, p. 32), tenta justificar este relato transformacional afirmando que os nomes próprios, em inglês, podem somente coocorrer com dois elementos (um determinante e um modificador) e conclui que o nome próprio deve funcionar como núcleo da construção, pois ele é o elemento que impõe restrições aos tipos de determinantes e modificadores que podem coocorrer:

- (15) a. *Burns*
- b. *this Burns* / este Burns
- c. **the Burns* / o Burns
- d. **poet Burns* / poeta Burns
- e. *the poet Burns* / o poeta Burns
- f. *the excellent Burns* / o excelente Burns

⁶¹ *The alternative he offers, however, is not altogether convincing. He concedes that in most endocentric constructions the evidence points either to interpreting A as attribute and B as head, or to interpreting A as head and B as attribute. There are, however, cases, according to Hockett (1955: 101), where there ‘is cogent evidence for both of these attributive alternatives. When we find this to be the case, we speak of ‘apposition’.’ There is, however, something distinctly odd about two NPs being mutually attributive; moreover, Hockett does not actually specify any evidence to support this claim.*

⁶² *Preposing*: processo sintático no qual um componente se move para o início de uma frase.

g. *the Burns who came here yesterday* / o Burns que veio ontem aqui

Com base nos exemplos acima, Acuña-Fariña conclui que os nomes próprios podem somente coocorrer com dois outros elementos (um determinante e um modificador, como é ilustrado de (15e)–(15g)), exceto quando a construção é deítica (exemplo (15b)). Todavia, em construções como de (15e)–(15g), o determinante em questão é invariavelmente o artigo definido. De acordo com Acuña-Fariña, isso é de se esperar: uma vez que os nomes próprios denotam referentes únicos, é natural que suas expansões possam ser apenas definidas. Isso, ele continua, é confirmado pelo fato de que os nomes próprios nunca podem ser usados em combinação com o artigo indefinido.⁶³

De acordo com Keizer (2007, p. 34), os exemplos negligenciados por Acuña-Fariña são perfeitamente aceitáveis em inglês e há um grande número de exemplos de construções com nome próprio que podem vir sem o artigo definido:

Se, por um lado, a informação adicional não possa ser assumida para guiar o ouvinte na identidade do referente (quer porque a descrição não denota (algo especificamente ou porque um novo referente ou um nome desconhecido é introduzido), por outro lado, as construções usadas com artigo indefinido tais como (16b), (16d) - (16o) e, em uma forma ligeiramente modificada, (16c), contrariamente ao que pretende Acuña-Fariña, podem ser perfeitamente aceitáveis.

[...]

Finalmente, há um grande número de casos em que um nome próprio coocorre com apenas um adjetivo modificador não-restritivo (sem o artigo definido). Mais uma vez, o nome próprio será suficiente para permitir que o destinatário possa escolher o referente a que se destina, que tende a ser dado dentro do contexto, ou pelo menos inferível a partir do contexto do discurso.⁶⁴

- a. ***Shocked Tony Blair*** *blasted the murder as “wicked in the extreme”*. (*The Sun*, 15 Jan 2003, front page) /
(Um *chocado Tony Blair* criticou o assassinato como “perverso ao extremo”).
- b. *How are you keeping yourself back in **sunny Paris** where the food is good?*
<ICE-GB:WIB-008 #163:6>?

⁶³ (15) a. *Burns*

b. *this Burns*

c. **the Burns*

d. **poet Burns*

e. *the poet Burns*

f. *the excellent Burns*

g. *the Burns who came here yesterday*

On the basis of these examples Acuña-Fariña concludes that proper nouns only can co-occur with two other elements (a determiner and a modifier, as illustrated in (15e)–(15g)), except where the construction is deictic (example (15b)). Moreover, in constructions like (15e)–(15g), the determiner in question is invariably the definite article. According to Acuña-Fariña, a, this is to be expected: since proper nouns denote unique referents, it is natural that their expansions can only be definite. This, he continues, is confirmed by the fact that proper nouns can never be used in combination with the indefinite article.

⁶⁴ If, on the other hand, the additional information cannot be assumed to guide the hearer to the identity of the referent (either because the description is not uniquely denoting or because a new, unfamiliar referent or name is introduced), the indefinite article is used, resulting in such constructions as (16b), (16d)–(16f) and, in a slightly modified form, (16c), all of which, contrary to Acuña-Fariña’s claim, may be perfectly acceptable.

[...]

Finally, there are plenty of instances where a proper noun co-occurs with a non-restrictive modifying adjective only (without the definite article). Again, the proper noun itself would have been enough to allow the addressee to pick out the intended referent, which tends to be given in, or at least inferrable from, the discourse context.

(Como você está mantendo a sua forma em *uma ensolarada Paris*, onde a comida é boa?).

4.3.4 A Definitude

Segundo Keizer (2007, p. 40), o artigo definido, em inglês, que está presente na aposição restritiva prototípica tem seu escopo sobre toda a construção:

A maioria das teorias existentes analisa as aposições restritivas como formadas por dois Np_s (correferenciais). Em uma reflexão mais aprofundada, esta análise “Np + Np” acaba por ser inerentemente contraditória. Se a presença de um determinante definido serve para indicar a singularidade ou a identificabilidade do referente de um Np, esse referente deve ser assumido como sendo exclusivamente identificável com base nas informações dadas nesse Np. Em outras palavras, não é lógico sugerir que a definitude de um Np dependa da informação que está fora do escopo do determinante definido. Isto significa que, em construções do tipo “o poeta Burns” ou “a palavra recessão”, as duas partes (poeta, Burns; palavra, recessão) estão se referindo aos Np_s definidos (o poeta Burns; a palavra recessão), então os referentes destes Np_s deverão ser identificáveis sem recorrer às informações fora dos Np_s. Contudo, claramente podemos ver que este não é o caso. Nas construções mencionadas, os Np_s “o poeta” e “a palavra” não podem, em um mesmo contexto, referir-se, (de forma igual) com sucesso, ao referente da construção como um todo, enquanto em uma construção como “meu amigo, o poeta”, é improvável que qualquer elemento possa, por si só, identificar, exclusivamente, o referente destinado ao ouvinte.

A partir disto, para uma feliz utilização do artigo definido, este precisará ter os dois elementos sob seu escopo. Eu, portanto, proponho a análise dessas construções em conformidade, isto é, com os Np_s definidos constituídos por dois elementos, os quais estão sob o escopo do determinante definido. Construções com o artigo definido (tipos 1a e 1b - det + N + N_(S) “*the colour red* / a cor vermelha”) podem então ser representadas como em (30a) “*the actor Orson Wells* / “o ator Orson Wells”). Será dada às outras construções uma representação ligeiramente diferente; em todos os casos, contudo, será assumido que os dois elementos em conjunto formam um Np, mas eles mesmos não são Np_s, pois não são referenciais, portanto, não são definidos.⁶⁵

⁶⁵ *Most existing theories, we have seen, analyse close appositions as consisting of two (co-referential) NPs. On further reflection, however, this ‘NP ⊃ NP’ analysis turns out to be inherently contradictory. If the presence of a definite determiner serves to indicate uniqueness or identifiability of the referent of an NP, this referent must be assumed to be uniquely identifiable on the basis of the information given in this NP. In other words, it is not logical to suggest that the definiteness of an NP depends on information which falls outside the scope of the definite determiner. This means that if in constructions like the poet Burns or the word recession both parts of the close appositions are independently referring definite NPs, then the referents of both these NPs should be identifiable without resort to information outside these NPs. Clearly, however, this is not the case. In the constructions mentioned, the definite NPs the poet and the word cannot, in the same context, by themselves refer (equally) successfully to the referente of the construction as a whole, while in a construction like my friend the poet, it is unlikely that either element can by itself uniquely identify the intended referent for the hearer. From this we may conclude that, as a felicitous use of the definite article depends on the presence of both nominal elements, it must have both these elements in its scope. I therefore propose to analyse these construction accordingly, i.e. as definite NPs consisting of two nominal elements, both of which are in the scope of the definite determiner. Constructions with the definite article (Types 1a and 1b - det + N + N_(p) “the colour red”) can thus be represented as in (30a). The other constructions will be given a slightly different underlying representation; in all cases, however, it will be assumed that the two elements together form one NP, but are not themselves NPs.*

Outro ponto importante em relação à definitude em inglês a ser tratado é a presença do pronome possessivo (e do pronome demonstrativo)⁶⁶ como elemento de definição ou não na estrutura da aposição restritiva.

Segundo Keizer (2007, p. 46-47), o pronome possessivo não pode ser considerado um elemento que marque a definitude na aposição restritiva, pois a posse é uma característica semântica, refletindo a propriedade do referente destinado, enquanto a definitude é basicamente uma característica pragmática, refletindo a suposição do falante a respeito da possibilidade ou não de o ouvinte identificar o referente:

A alternativa que eu gostaria de oferecer contém elementos de ambas as abordagens. Vou seguir Burton-Roberts na atribuição de ambas as construções a mesma representação subjacente. Ao mesmo tempo, no entanto, concordo com Acuña-Fariña que, em construções como *my friend the poet/meu amigo o poeta*, é o primeiro nome que funciona como o núcleo, com o segundo elemento executando uma função modificadora. A solução para analisar os dois tipos de construção como construções núcleo-modificador é atribuir a diferença entre eles à diferença de função entre um pronome possessivo e o artigo definido. Assim, como Burton-Roberts (1975: 104), eu acredito que é importante para diferenciar entre as características de definitude e possessividade. Para que isto ocorra, deve-se analisar o pronome possessivo não como um determinante (como o escopo sobre o Np como um todo), mas como um modificador ou especificador do primeiro nome. Afinal, definitude e posse são traços de natureza diferente: a definitude é basicamente uma característica pragmática, refletindo a suposição do falante a respeito da possibilidade ou não do ouvinte identificar o referente, enquanto a posse é uma característica semântica, refletindo a propriedade do referente destinado – ou, mais precisamente, a relação entre este referente e alguma outra entidade; uma relação que pode, mas não necessariamente, resultar na identificabilidade do referente. Parece, portanto, plausível que estas duas funções sejam realizadas por diferentes tipos de elementos linguísticos.⁶⁷

Outro tipo de aposição restritiva em que há a presença do pronome possessivo é o Tipo 4a: poss + N + NP, nas construções apresentadas. Keizer, em seu *corpus*, encontrou

⁶⁶ Segundo a GDF, há, em cada nível da gramática, modificadores e operadores. Os modificadores, no caso, os pronomes possessivos, são estratégias lexicais, e os operadores, no caso, os pronomes demonstrativos, estratégias gramaticais.

⁶⁷ *The alternative I would like to offer contains elements of both these approaches. I will follow Burton-Roberts in assigning both constructions the same underlying representation. At the same time, however, I agree with Acuña-Fariña that in constructions such as my friend the poet, it is the first noun which functions as the head, with the second element performing a modifying function. The solution is to analyse both types of construction as head-modifier constructions and to attribute the difference between them to the difference in function between a possessive pronoun and the definite article. Thus, like Burton-Roberts (1975: 104), I believe that it is importante to differentiate between the features of definiteness and possessiveness This will be achieved by analysing the possessive pronoun not as a determiner (with scope over the NP as a whole), but as a modifier or specifier of the first noun only. After all, definiteness and possessiveness are features of a different nature: definiteness is primarily a pragmatic feature, reflecting a speaker's assumptions concerning the (un)identifiability of the referent for the hearer, while possessiveness is a semantic feature, reflecting a property of the intended referent – or, more accurately, relation between this referent and some other entity; a relation which may, but need not, result in the identifiability of the referent. It seems therefore plausible to assume that these two functions are performed by different types of linguistic elements.*

várias ocorrências com um determinante possessivo e, ocasionalmente, ocorrências com um demonstrativo. Além disso, o uso de construções com genitivos foi muito comum:

(7)

- a. *Well that's like **your friend Ruth** who lives with someone* <ICE- GB:S1A-019 #361:1:A> b
(Bem, isto é como *a sua amiga Ruth* que vive com alguém).
- b. *We had a lecture by **that guy Rene Weis over there*** <ICE-GB:S1A- 006 #20:1:B>
(Tivemos uma palestra com *aquele cara Rene Weis (lá)*).
- c. *this was used as a pretext by **Mohammed Ali's successor Abaz Pasha**, to retire him on quarter pay from all active service* <ICE- GB:S2A-026 #31:1:A>
(Isto foi usado como um pretexto pelo *sucessor de Mohammed Ali Abaz Pasha* [...]).

No caso da presença do marcador de definitude para a existência das construções, Keizer (2007, p. 42) argumenta que não se pode ter aposições restritivas apenas se a construção trazer o artigo definido introduzindo a sua estrutura. As aposições restritivas podem sim ser também indefinidas:

Existem, no entanto, dois problemas com esta explicação. Primeiro de tudo, é obviamente válido somente se o nome próprio é analisado como o núcleo da construção. Em segundo lugar, na linha Burton-Roberts de raciocínio, qualquer coocorrência de um nome próprio e um determinante indefinido deve ser impossível. É verdade que os nomes próprios são inerentemente definidos; é, no entanto, igualmente verdade que em um uso não-exclusivo esta definitude inerente pode ser anulada. Isto é evidente não apenas a partir de construções definidas, tais como (34b), mas também a partir da aceitabilidade das construções indefinidas em (35):
(34b) *the ingenious_A Chomsky_{PN}* / o gênio_{O_{adj}} Chomsky_{NP}
(35) *a true Forsyte; a triumphant Tony Blair; a confident Burns* /
um verdadeiro Forsyte; um triunfante Tony Blair; um confiante Burns
Não há, portanto, nenhuma razão para supor que as aposições restritivas não podem ser indefinidas.⁶⁸

Vejamos os exemplos abaixo:

(8)

- a. *I have **a friend John** who's in Linguistics with me* <ICE-GB:S1A-032 #294:2:B>
(Eu tenho *um amigo John* que está na Linguística comigo)
- b. *He also has to put up with **a sappy elder brother Robert** who is forever mooning about some girl or other and a sister Ethel who has all the brisk no-nonsense superiority of a true Wodehouse gel* <ICE-GB:S2B-026 #14:1:A>

⁶⁸ *There are, however, two problems with this explanation. First of all, it is obviously only valid if the proper noun is analysed as the head of the construction. Secondly, on Burton-Roberts's line of reasoning, any cooccurrence of a proper noun and an indefinite determiner should be impossible. It is true that proper nouns are inherently definite; it is, however, equally true that on a non-unique use this inherent definiteness can be overruled.*

(Ele também tem que tolerar *um irmão Robert mais velho e sentimental* que [...], e *uma irmã Ethel* que [...].)

- c. *Oh I remember I was talking to this bloke Mark some sort of . . . this really old friend of mine* <ICE-GB:S1A-015.
(Ah, eu me lembro eu estava falando para *este cara Mark* algum tipo de [...])

Keizer (2007, p. 36), ao finalizar sua análise sobre as características que definem uma construção como apositiva restritiva em inglês, sugere uma solução mais precisa reformulando as propriedades formais e os traços semânticos preliminares. De acordo com a autora, a alternativa para a análise destas construções é a seguinte:

Propriedades formais:

- a) contêm dois elementos nominais;
- b) os dois elementos formam uma unidade de entonação;
- c) não há nenhum elemento de ligação entre os elementos (em oposição às construções do tipo *the city of Roma, the name of Algernon*)
- d) um elemento é um nome próprio ou algum outro elemento que é normalmente tomado para ser o único denotado, e o outro elemento é um nome ou substantivo contável.

Traços semânticos:

- e) nenhum dos dois elementos é referencial; contudo, ambos os elementos podem ser usados de forma independente para se referir a mesma entidade (apesar de que em alguns casos isso não será oportuno no contexto em questão);
- f) há relação semântica entre os dois elementos é de restrição.

A sugestão de Keizer (2007, p. 38) tem como base o pressuposto de que somente a aposição como um todo é referencial. Além disso, a autora considera que a função semântica de cada um dos elementos que formam a aposição restritiva é de predicado:

A base desta caracterização modificada encontra-se no pressuposto de que somente a aposição como um todo é referencial, com cada um dos elementos cumprindo uma função predicativa.⁶⁹

⁶⁹ *At the basis of this modified characterization lies the assumption that it is only the apposition as a whole that is referential, with each of the elements fulfilling a predicative function.*

4.4 As aposições restritivas e a sua relação com a preposição em inglês

Nesta seção, trabalhamos com um subtipo de construções apositivas restritivas que se caracteriza por apresentar uma estrutura contendo dois elementos nominais, separados pela preposição *de*.

Os três aspectos considerados por Keizer (2007, p. 61) como cruciais para as construções de aposições restritivas, em inglês, com a preposição *de* (*of*), formalizadas como N_1 (Adpp⁷⁰ (N_2)), são:

- b) que elemento funciona como o elemento principal da construção em *de*;
- c) o estatuto do segundo elemento nominal;
- d) o estatuto do elemento *de*.

Encontram-se, a seguir, exemplos de aposições restritivas no inglês:

(9) N_1 (Adpp (N_2))

- a. *the Borough of Islington* / o município *de* Islington
- b. *the principle of uniformity* / o princípio *da* uniformidade
- c. *the role of president* / o papel *do* presidente

Segundo Keizer (2007, p. 61-62), numa aposição restritiva, em inglês, não há, entre os elementos N_1 e N_2 , uma relação de posse ou de restrição em que N_2 modifica ou complementa o N_1 , como acontece com os exemplos em (10) e (11), respectivamente; e nem, muito menos, são construções partitivas, exemplos em (12), como veremos depois:

Embora haja uma similaridade superficial, os exemplos em (1) são diferentes dos exemplos de (2) a (3), que são geralmente analisados como sendo construções que trazem o elemento principal (N_1) no lado esquerdo, contendo um sintagma preposicionado (Adpp (N_2)) modificando ou complementando o nome principal anterior.⁷¹

(10) N_1 (Adpp (N_2))

- a. *a sigh of contentment* / um sinal *de* contentamento.
- b. *a hoarder of books* / um acumulador *de* livros / um colecionador de livros.
- c. *a boat of fiberglass* / um barco *de* fibras de vidro.

⁷⁰ Adpp: Sintagma Preposicional ou Sintagma Adposicional.

⁷¹ *Despite a superficial similarity, these constructions are different from those in (2)–(3), which are generally analysed as left-headed constructions, containing a prepositional of-phrase modifying or complementing the preceding head noun.*

(11) N₁ (Adpp (N₂))

- a. *the mosaics of Venice* / o mosaico *de* Veneza.
- b. *the cover of that book* / a capa *daquele* livro.
- c. *the writer of this book* / o escritor *deste* livro.
- d. *the production of penicillin* / a produção *de* penicilina.
- e. *the cheering of the crowd* / os aplausos *da* multidão.
- f. *a picture of me* / uma imagem *de* mim (uma imagem *minha*).

Já em relação à diferença entre os exemplos em (10) e em (11), Keizer (2007, p.62) considera que, em (11), há uma relação de posse entre o N₁ principal e o N₂ contido no Adpp, enquanto que, nos exemplos em (10), há, entre estes dois elementos, uma relação de especificação ou restrição, que achamos melhor denominá-la de modificação, para não confundir com a relação entre os elementos da aposição restritiva:

Os exemplos em (11) são geralmente analisados como contendo um nome principal seguido por um sintagma preposicionado contendo um N₂ referencial (específico ou não específico). A relação entre o N₁ principal e o N₂ contido no Adpp é geralmente caracterizada como uma relação de posse (no sentido sociocultural / biológico). Os exemplos em (10) são levemente diferentes. Neste caso, o segundo elemento nominal (N₂) não tem uma função referencial, em vez disso o Adpp modificador serve para especificar ou restringir a denotação do primeiro elemento (N₁): os dois elementos juntos podem ser quase considerados como um composto de atribuição de propriedade.⁷²

Outro subtipo de aposição com características semelhantes aos exemplos em (9), segundo Keizer (2007, p.62), são as construções partitivas, como já foi dito anteriormente, exemplificadas em (12).

(12) N₁ (Adpp (N₂))

- a. *one of my friends* / um *de* meus amigos.
- b. *some of the cheese* / alguns (dos) queijos.
- c. *any of his ideas* / qualquer uma *de* suas ideias.

⁷² *The examples in (11) are usually analysed quite straightforwardly as containing a nominal head followed by a prepositional phrase containing a referential (specific or non-specific) NP. The relation between the head and the NP contained in the PP is usually characterized as one of 'possession' (in a broad, socio-cultural/biological sense). The examples in (10) are slightly different, as here the second nominal element does not have a referential function. Instead, the modifying PP serves to specify or restrict the denotation of the first element: the two elements together can almost be regarded as assigning one compound property.*

A relação semântica entre as duas partes que formam essa construção é caracterizada como uma relação entre um subconjunto de um conjunto ou uma parte de um todo; e, assim, como acontece nos exemplos (10) e (11), o primeiro elemento, (N₁) é considerado como o principal, e o segundo elemento, N₂, é considerado como o elemento referencial:

As construções no exemplo (12) são construções partitivas; a relação semântica entre as duas partes é um subconjunto de um conjunto ou uma parte de um todo. O primeiro elemento (N₁) toma a forma de um numeral ou quantificador. Nos exemplos em (9) e em (11), o primeiro elemento (N₁) será considerado como o principal, enquanto que o segundo (N₂), do sintagma preposicionado, será assumido como referencial.⁷³

Devemos salientar que, em língua portuguesa, embora possamos estabelecer as diferenças entre as relações semânticas que acontecem nos exemplos em (10) e (11), ou seja, considerar a relação de modificação diferente da relação de posse; numa análise sintática, o segundo elemento desses exemplos, N₂, juntamente com o Adpp do qual faz parte, (Adpp (N₂)), exercem a função sintática de adjunto adnominal.

Outra fronteira de semelhança e diferença considerada por Keizer, e aqui considerada para a análise da aposição restritiva em língua portuguesa, encontra-se com as construções em (10) *a sigh of contentment* / um sinal *de* contentamento; *a hoarder of books* / um acumulador *de* livros / um colecionador de livros; *a boat of fiberglass* / um barco *de* fibras de vidro. Em língua portuguesa fazemos a diferença entre as funções sintáticas de complemento nominal e de adjunto adnominal, portanto, não podemos pôr num mesmo paradigma o exemplo “um acumulador *de* livros / um colecionador de livros” e “um sinal *de* contentamento” ou “um barco *de* fibras de vidro”. Em *acumulador* ou *coleccionador*, as duas palavras têm o sufixo *-dor* que é um sufixo de agente, portanto, consideramos que, em *um acumulador ou colecionador de livros*, temos um complemento nominal, diferente do que acontece em “um sinal *de* contentamento” ou “um barco *de* fibras de vidro” em que o Adpp (*de* contentamento/ *de* fibras de vidro) exerce a função sintática de um adjunto adnominal e não um complemento, pois apenas modificam/qualificam o N₁, ou seja, o primeiro elemento da aposição.

Ainda a respeito da diferenciação entre as funções sintáticas de adjunto adnominal e complemento nominal, nos exemplos em (11) dados por Keizer, não podemos por no

⁷³ *The constructions in example (12) are partitive constructions; the semantic relation between the two parts is one of subset-set or of partwhole. The first element takes the form of a numeral or quantifier. As in (10) and (11), the first noun will be regarded as the head, while the second NP will be assumed to be referential.*

paradigma de construções com relações semânticas de posse, em língua portuguesa, o exemplo “os aplausos *da* multidão”, pois, embora o Adpp (*da* multidão) seja considerado como adjunto adnominal pela maioria das gramáticas tradicionais, analisamos como complemento nominal agentivo, pois *aplausos* não é algo a ser possuído, como acontece numa relação de posse (o segundo elemento da aposição possui o primeiro elemento como acontece em “a capa *daquele* livro” ou em “o escritor *deste* livro”). A relação que temos em “os aplausos *da* multidão” é, na verdade, de complemento entre um agente, aquele que aplaude – *a multidão*, e o termo o qual complementa o sentido - *os aplausos*, portanto esta relação se diferencia não só da relação que ocorre entre os elementos de uma aposição, como também da relação constituída por substantivo e modificador.

Portanto, em língua portuguesa, sugerimos os seguintes paradigmas para as construções acima analisadas. Observamos que esse paradigma leva em conta tanto as relações semânticas como a função sintática entre o primeiro e o segundo elemento da aposição do subtipo N₁ (Adpp (N₂)):

- (13) Construções com Adpp com relação semântica de modificação e com função sintática de adjunto adnominal N₁ (Adpp (N₂)):
- a. um sinal *de* contentamento
 - b. um barco *de* fibras de vidro
- (14) Construções com Adpp com relação semântica de posse e com função sintática de adjunto adnominal N₁ (Adpp (N₂)):
- a. o mosaico *de* Veneza
 - b. a capa *daquele* livro
 - c. o escritor *deste* livro
 - d. uma imagem *de* mim
- (15) Construções com Adpp com relação semântica de complemento argumental N₁ (Adpp (N₂)):
- a. um colecionador *de* livros
 - b. os aplausos *da* multidão
 - c. a produção *de* penicilina
- (16) Construções com Adpp com relação semântica de meronímia ou parte pelo todo N₁ (Adpp (N₂)):

- a. um *de* meus amigos
- b. alguns (*dos*) queijos
- c. qualquer uma *de* suas ideias

Como resultado dessa comparação feita por Keizer e com o resultado de sua análise feita sobre as aposições restritivas sem preposição, pode-se concluir que as aposições restritivas em inglês com a preposição *de* (*of*), representadas pela estrutura N_1 (Adpp⁷⁴ (N₂)), apresentam as seguintes características formais, semânticas:

Propriedades formais:

- g) contêm dois elementos nominais;
- h) os dois elementos formam uma unidade de entonação;
- i) um elemento é um nome próprio ou algum outro elemento que é normalmente tomado para ser o único denotado, e o outro elemento é um nome ou substantivo contável.

Traços semânticos:

- j) nenhum dos dois elementos é referencial; contudo, ambos os elementos podem ser usados de forma independente para se referir a mesma entidade (apesar de que em alguns casos isso não será oportuno no contexto em questão);
- k) há relação semântica entre os dois elementos é de restrição.

4.5 A aposição restritiva em inglês e suas funções discursivas

Segundo Keizer (2005, p. 449), as aposições restritivas da língua inglesa podem ser analisadas de acordo com as seguintes funções discursivas: Identificação, por meio de uma informação mais específica (*uso funcionalmente identificador*), Identificação por meio de uma descrição (*uso descritivamente identificador*), Identificação contextualmente nova (*uso apresentativo*) e Identificação por contraste de propriedades ou papéis diferentes (*uso contrastivo*); definidas de acordo com a função do discurso em causa.

A função semântica *uso funcionalmente identificador* ocorre quando as informações fornecidas pelo elemento descritivo ou elemento restringido (núcleo) da aposição

⁷⁴ Adpp: Sintagma Preposicional ou Sintagma Adposicional.

serve para indicar ao ouvinte que o elemento singularmente definido não está sendo usado na sua função original ou prototípica. Vejamos os exemplos de Keizer (2005, p. 451) a seguir:

(17) *The number four is my lucky number* / *O número quatro é o meu número de sorte.*

(18) *I've always liked **the colour blue*** / *A cor azul é a preferida de minha mãe.*

(19) ***The letter 'E'** stands for euro* / *A letra E representa a moeda Euro.*

(20) *I don't care much for **the name Algernon*** / *Eu não ligo muito para o nome Algernon.*

(21) *I don't like to use **the word 'drop-out'*** / *Não gosto de usar a expressão "cair fora".*

Num primeiro momento, segundo a autora, essas construções podem parecer redundantes, uma vez que é claro, para qualquer usuário da língua, que a palavra *quatro* denota um número, *azul* denota uma cor e a palavra *Amanda* denota um nome próprio, não havendo, assim, a necessidade de adicionar um elemento para explicitar essas informações. Um olhar mais atento, afirma Keizer (2005, p. 449-451), para estes exemplos, no entanto, mostra que essa aparente redundância se justifica, uma vez que o elemento singularmente definido dentro da aposição restritiva (*quatro*, *azul*, *E*, *Amanda* e *cair fora*) não está exercendo sua função original, prototípica:

À primeira vista, essas construções podem parecer redundantes: uma vez que pode ser assumido que todos nós sabemos que "quatro" é um número, "azul" uma cor e 'Algernon' um nome, não parece haver razão para adicionar um elemento declarando explicitamente esta informação. Um olhar mais atento a estes exemplos, no entanto, mostra que esta redundância aparente se justifica, uma vez que, em todas essas frases, o elemento que denota exclusividade (*quatro*, *azul*, *E*, *Algernon*, *cair fora*) não aparece em sua função prototípica. Assim números cardinais são normalmente usados como quantificadores, não como substantivos. O mesmo é, claro, acontece com as cores, que são tipicamente utilizadas como adjetivos; com as letras, que não funcionam normalmente como substantivos; com os nomes próprios, que são normalmente utilizados para se referir a uma pessoa, em vez de ser usado como nome que é; e similarmente com os substantivos regulares, uma vez que estes são normalmente utilizados para se referir a alguma outra entidade, não a si mesmos.⁷⁵

A explicação que Keizer (2005, p.452) dá-nos para o uso destas formas em uma função não prototípica é que as informações trazidas por elas orientam o Ouvinte a fazer uma interpretação correta “sem muito custo adicional”:

⁷⁵ *At first sight these constructions may seem redundant: since we can all be assumed to know that 'four' is a number, 'blue' a colour and 'Algernon' a name, there seems no reason to add an element explicitly stating this information. A closer look at these examples, however, shows that this apparent redundancy is justified, since in all of these sentences the uniquely denoting element (four, blue, E., Algernon, drop-out) does not appear in its prototypical function. Thus cardinal numbers are typically used as quantifiers, not as nouns. The same is, of course, true for colours, which are typically used as adjectives; for letters, which do not normally function as nouns; for proper names, which are normally used to refer to a person rather than to the name itself; and similarly for regular nouns, as these are typically used to refer to some other entity, not to themselves.*

Como mencionado antes, a ambiguidade nem sempre aparece. Ainda assim, devido ao papel não-prototípico de algum elemento (tipicamente saliente) no discurso, o falante age de acordo com o Princípio de Cooperação mesmo em exemplos como em (8), em que as informações adicionais em N_1 não têm uma função de eliminação direta da ambiguidade, mas serve para orientar o ouvinte à interpretar de forma correta sem muito custo adicional.

Exemplo (8)

a... e o declive do que seria **a distância L**, a distância que a luz viaja.

[...]

h. O senhor deputado disse que ele estava prestes a anunciar *uh* ele estava prestes a fazer uma declaração referindo-se **as iniciais C S**.⁷⁶

Considerada por Keizer (2005, p. 453), a função discursiva mais provavelmente comum entre as construções apositivas restritivas em inglês, o *uso descritivamente identificador* caracteriza-se por ocorrer quando o elemento descritivo fornece informações que permitem ao ouvinte ancorar um referente (linguístico ou extralinguístico) na situação do discurso. Desta forma, as informações fornecidas pelo elemento restringido da aposição se destinam a evitar perguntas por parte do destinatário do tipo “quem é ele/ ela?” ou “fale mais sobre ele / ela”:

O *uso descritivamente identificador* é provavelmente a relação mais comum das aposições restritivas. O termo, como, aliás, a própria noção, é tomada a partir Declerck (1988) na classificação de sentenças copulares. Nesse uso, o elemento descritivo fornece informações que permitem o ouvinte, para relacionar o referente da construção ao seu conhecimento básico, ancorar este referente (linguístico ou extralinguístico) na situação do discurso. Como tal, as informações fornecidas no elemento descritivo da aposição destina-se a evitar perguntas por parte do ouvinte como "Quem é ele / ela?" Ou "Diga-me mais sobre ele / ela."⁷⁷

Vejamos os exemplos a seguir:

⁷⁶ As mentioned before, ambiguity does not always arise. Still, due to the non-prototypical role of some (typically salient) element in the discourse, the speaker is acting in accordance with the Cooperative Principle even in such examples as in (8), where the additional information in N_1 does not have a direct disambiguating function, but serves to guide the hearer to the correct interpretation at very little extra cost.

Exemple (8):

a. ... and the slope of that would be the distance L the distance the light has travelled < ICE-GB:S2A-053 #107:1:A>

[...]

h. The honourable member said that he was about to announce *uh* he was about to make a statement referring to the initials C S < ICE-GB:S1B-051 #117:1:H>.

⁷⁷ The descriptively identifying use is probably the most common use of close appositions. The term, as indeed the notion itself, is taken from Declerck's (1988) classification of copular sentences. On this use, the descriptive element provides information which allows the hearer to relate the referent of the construction to his/her 'knowledge base' by anchoring this referent in the (linguistic or extra-linguistic) discourse situation. As such, the information provided in the descriptive element of the apposition is meant to forestall questions on the part of the hearer of the type 'Who is he/she?' or 'Tell me more about him/her'.

(22) *This is a really big home in win for Jaguar and indeed for Silverstone because **the Jaguar boss Tom Walkenshaw** is of course the uh managing director of Silverstone Circuits the BRDC* <ICE-GB: S₂A₋₀₁₂ #90:6:A>

(Isto é realmente uma grande vitória em casa para Jaguar e de fato para Silverstone, pois *o chefe da Jaguar Tom Walkenshaw*, é, naturalmente, o uh diretor-executivo do Circuito Silverstone).

(23) *Here is **the uhm goddess Isis** leading Queen Nefertari there safely to meet **the Sun God uh Hekri*** <ICE-GB:S₂A-052 #38:1:A>

(Aqui é *a deusa Isis* uhm conduzindo a Rainha Nefertari lá com segurança para encontrar o *Deus Sol uh Hekri*).⁷⁸

De acordo com Keizer (2005, p. 454), o ouvinte médio ao se deparar com a informação dada pelo exemplo (22) pode estar ciente ou não do fato de que Tom Walkenshaw é *o chefe Jaguar*. Portanto, ao omitirmos, a parte *o chefe Jaguar*, poderemos deixar o ouvinte querendo saber quem é essa pessoa e por que ela é mencionada; na verdade, afirma a autora, é a descrição *o chefe Jaguar* que torna a passagem coerente.

No exemplo (23), acontece a mesma coisa, “[...] a informação do primeiro elemento é essencial para o entendimento do nome próprio, até nos casos em que o nome próprio pode ser considerado familiar”⁷⁹. KEIZER (2005, p. 454-455).

Contudo, ressalta Keizer (2005, p. 455) que também a ausência do nome próprio pode trazer prejuízos para o entendimento da mensagem por parte do ouvinte:

Ao mesmo tempo, é claro que, sem o nome próprio, o resultado não é muito satisfatório também: se o ouvinte estiver familiarizado com o nome, a forma mais inequívoca de se referir a uma pessoa será usando o nome dessa pessoa; se o destinatário não estiver familiarizado com o nome, faz sentido introduzir esse nome, só para facilitar a futura referência a essa pessoa.⁸⁰

Enquadram-se também nessa função, segundo Keizer (2005, p. 455), as construções apositivas em inglês contendo um pronome possessivo, como em (24), ou a forma genitiva, como em (25):

⁷⁸Neste exemplo, devemos considerar um contexto em que alguém tenta explicar uma situação retratada num quadro de pintura.

⁷⁹ *the information in the first element is essential for a proper understanding of the sentence; even in those cases where the proper noun may be assumed to be familiar”.*

⁸⁰ *At the same time it will be clear that, without the proper noun, the result is not quite satisfactory either: if the addressee is familiar with the name, the most unequivocal way of referring to a person will be by using this person’s name; if the addressee is not familiar with the name, it makes sense to introduce that name, if only to facilitate future reference to this person.*

(24) *Well that's like your friend Ruth who lives with someone* < ICE-GB:S1A-019 #361:1:A>.

[...] *a sua amiga Ruth que vive com alguém*).

(25) *This was used as a pretext by Mohammed Ali's successor Abaz Pasha, to retire him on quarter pay from all active service* < ICE-GB:S2A-026 #31:1:A>.

(Isto foi usado com um pretexto pelo *sucessor de Mohammed Ali Abaz Pasha* [...]).

Com relação à unção discursiva denominada de *uso apresentativo*, Keizer (2005, p.460) define esta função como sendo um uso em que o elemento descritivo fornece informações que são contextualmente novas, por isso o elemento descritivo não pode ser antecedido por um pronome possessivo, uma vez que este sempre estará se referindo a uma informação já dada no discurso:

O uso apresentativo nas posições restritivas está intimamente relacionado com o uso descritivamente identificador. Mais uma vez a informação descritiva é dada para facilitar ou fazer o processo de identificação mais completa. Na função uso apresentativo, no entanto, esta informação descritiva dada não vincula o nome ou faz referência ao discurso anterior, mas, em vez disso, fornece informações relevantes sobre um referente recém introduzido. Esta função, portanto, difere do uso descritivamente identificador no estado pragmático do elemento descritivo: enquanto no uso descritivamente identificador esse elemento contém informações constantes ou inferidas a partir do contexto, no uso apresentativo as informações fornecidas, como já foi dito, são contextualmente novas.

[...]

Construções com um primeiro elemento contendo um pronome possessivo não apresentam um uso introdutório, uma vez que o pronome sempre vai fazer referência, no discurso, à propriedade denotada no primeiro elemento.⁸¹

Vejamos o exemplo abaixo:

(26) < on a plaque > The poet Burns lived here from 1786 to 1788.

(< em uma placa > O poeta Burns viveu aqui de 1786 a 1788).

Nesse exemplo, segundo Keizer (2005, p. 455), a descrição *poeta* não está relacionada a nenhum discurso anterior, dessa forma, o fato de *Burns* ter sido um poeta não é

⁸¹ *The introductory use of close appositions is closely related to the descriptively identifying use. Once again the descriptive information is given to facilitate identification or make the identification process more complete. On the introductory use, however, this descriptive information given does not link the name or referent to the previous discourse, but instead provides relevant background information about a newly introduced referent. This use therefore differs from the descriptively identifying use in the pragmatic status of the descriptive element: whereas in the descriptively identifying use this element contains information given in or inferable from the context, in the introductory it provides contextually new information.*

[...]

Constructions with a first element containing a possessive pronoun cannot have an introductory use, since the pronoun will always relate the property denoted in the first element to the discourse.

tido como um pressuposto, nem muito menos essa relação é afirmada. Na verdade, esclarece a autora, a aposição em (26) apenas fornece informação suficiente e relevante para aqueles que não sabem que a pessoa *Burns* foi um *poeta*. Já para aqueles que já ouviram falar de *Burns*, a informação pode desencadear uma identificação parcial.

A última função discursiva proposta por Keizer (2005, p. 462) é o *uso contrastivo*. Nessa função, as informações do elemento descritivo são usadas para contrastar o referente de uma aposição restritiva do referente de outra aposição restritiva. De acordo com a autora há os seguintes tipos de contrastes:

a) o contraste entre duas entidades do mesmo tipo:

(27) *Who are you referring to? The CRITIC Paul Jones or the AUTHOR Paul Jones?*

A quem você está se referindo? Ao CRÍTICO Paul Jones ou ao AUTOR Paul Jones?

b) o contraste entre as entidades de um tipo diferente, em que um nome, propriamente dito, distingue-se do nome de uma pessoa:

(28) *It is Algernon the NAME I don't like, not Algernon the PERSON.*

(Eu não gosto do NOME Algernon, e não da PESSOA Algernon).

c) o contraste caracterizado pelo fato de que as duas construções parecem referir-se à mesma entidade (pessoa), contrastando propriedades (papéis) diferentes desta pessoa:

(29) (Em uma conversa sobre Orson Welles:)

The ACTOR Welles is fascinating; the DIRECTOR Welles is absolutely brilliant.

(O ATOR Welles é fascinante; o DIRETOR Welles é absolutamente brilhante).

4.6 Síntese conclusiva

Neste capítulo da aposição, há dois momentos distintos. Nas duas primeiras seções, trouxemos um recorte com os posicionamentos teóricos que consideramos mais relevantes para o estudo da aposição restritiva. Para isso, revisitamos as principais contribuições dos gramáticos tradicionais da língua portuguesa e constatamos, como já era esperado, uma visão sobre o assunto bastante descritiva, mas, na maioria das vezes, puramente intuitiva, baseando-se, muitas vezes, apenas no comportamento morfossintático da aposição como um todo.

Revisitamos, também, as posições dos principais linguistas que tratam de aposição e constatamos que a sua grande maioria não analisa este tipo de construção dentro do

discurso, desconsiderando, portanto, vários fatores que influenciam no seu comportamento, como as funções pragmáticas na sua formação.

Nogueira (1999), contudo, deu-nos um diferente rumo para o estudo das aposições, uma vez que a linguista analisa a aposição a partir da distinção entre função sintática e processo de construção, considerando a aposição como uma construção da qual a aposição restritiva consiste numa de suas fronteiras conceituais.

No segundo momento de nosso capítulo, para tratar da análise da aposição restritiva com base na GDF, trouxemos a proposta de Keizer (2005) para a análise das aposições restritivas em inglês. A autora, antes de fazer a análise das aposições restritivas da língua inglesa encontradas em seu *corpus* de acordo com a Gramática Discursivo-Funcional, preocupou-se em fazer inicialmente um apanhado dos principais tipos de construções apositivas em inglês e das características formais e semânticas que mais comumente são levadas em consideração pelos linguistas ao se debruçarem sobre o assunto.

Com base, portanto, nesse apanhado, a autora inicia a sua análise sempre focada na necessidade de averiguar se as características formais e semânticas de suas aposições distanciam-se ou são equivalentes às levantadas por ela.

A primeira característica a ser tratada pela autora é o traço fonológico ou suprasegmental da aposição restritiva em inglês. Segundo Keizer, as aposições restritivas em inglês são pronunciadas como uma unidade, sem uma pausa antes do nome próprio. Além do mais, afirma a autora, o acento principal recai somente sobre o nome próprio (NP), já o secundário está atado ao N₁. A segunda característica estudada por Keizer é a da classe dos elementos da aposição restritiva em inglês. De acordo com sua análise, a autora concluiu que as aposições restritivas em inglês são constituídas por substantivos de subclasse diferentes.

Outra característica importante tratada por Keizer é a possibilidade da omissão sintática, pois isso determina o comportamento interno das construções apositivas em inglês, podendo definir o núcleo desta aposição.

Na análise dessa característica, Keizer trouxe para o seu trabalho o ponto de vista de Haugen (1953), que considera que, numa “frase perfeitamente satisfatória”, a ausência do substantivo comum contável não prejudica o entendimento da informação por parte do ouvinte, e é, segundo o autor, o nome próprio o núcleo da aposição.

Outro ponto de vista trazido pela autora sobre esse assunto é o de Hockett (1955) que defende a ideia de que tanto o primeiro elemento como o segundo elemento podem restringir ou ser restringido, contudo não especifica os fatores que o levaram a essa conclusão.

Já Burton-Roberts (1975) e Acuña-Fariña (1996), segundo Keizer, consideram que uma aposição restritiva pode somente coocorrer com dois elementos (um determinante e um modificador) e concluem que o nome próprio deve funcionar como núcleo da aposição, pois ele é o elemento que impõe restrições aos tipos de determinantes e modificadores que podem coocorrer. Keizer rebate essa posição provando que não é necessário a uma aposição restritiva, para ser caracterizada como tal, vir precedida de um determinante.

Continuando a discussão sobre as características da aposição restritiva no inglês, Keizer trata de um traço pragmático que pode marcar uma aposição restritiva em inglês, que é a definitude representada pelo artigo definido que, segundo a autora, tem seu escopo sobre toda a aposição restritiva.

A partir das conclusões dessa discussão Keizer sugere sua alternativa para a análise destas construções apositivas restritivas em língua inglesa, que se diferencia das características de seu apanhado por, nas propriedades formais, fazer a diferença entre as subclasses dos elementos que constituem uma aposição restritiva inglesa; nas características semânticas, considerar que nenhum dos dois elementos é referencial; contudo, ambos os elementos podem ser usados de forma independente para se referir a mesma entidade, e que a relação semântica entre os dois elementos é de restrição, e a função semântica de cada um dos elementos é de propriedade.

Fizeram também parte da análise de Keizer (2007), embora a autora considere como uma das características formais das apositões restritivas em inglês a não existência de um elemento de ligação entre os elementos, as apositões restritivas com preposição, no caso, a preposição *de (of)*.

Os três aspectos considerados por Keizer como cruciais para as construções de apositões restritivas, em inglês, com a preposição *de (of)*, formalizadas como Np_1 (Adpp (Np_2)), são: o elemento que funciona como o elemento principal da aposição em *de*; o estatuto do segundo elemento nominal; o estatuto do elemento *de*.

Para tratar desses aspectos, a autora comparou as apositões restritivas com a preposição *de (of)* com construções assemelhadas como a construção constituída por dois elementos que apresentam uma relação semântica de especificação ou restrição, que achamos melhor denominá-la de modificação, para não confundir com a relação entre os elementos da aposição restritiva; com a construção constituída por dois elementos que apresentam uma relação semântica de posse; e com as construções partitivas.

Como resultado dessa comparação feita por Keizer e com o resultado de sua análise feita sobre as posições restritivas sem preposição, pode-se concluir que as posições restritivas em inglês com a preposição *de (of)*, representadas pela estrutura N_1 (Adpp (N_2)), caracterizam-se por apresentar N_1 como elemento principal e restringido, N_2 como elemento restritivo, o sintagma preposicional Adpp introduzido por uma preposição sem conteúdo semântico e a relação semântica de restrição entre os constituintes desta posição.

Para finalizar a nossa resenha sobre a análise de Keizer das posições restritivas em inglês, tratamos das suas funções discursivas: Identificação, por meio de uma informação mais específica (*uso funcionalmente identificador*), Identificação por meio de uma descrição (*uso descritivamente identificador*), Identificação contextualmente nova (*uso apresentativo*) e Identificação por contraste de propriedades ou papéis diferentes (*uso contrastivo*); definidas de acordo com a função do discurso em causa.

Destas funções, a que foi considerada por Keizer como provavelmente a mais comum entre as construções entre as construções afirmativas restritivas em inglês, foi a função discursiva *uso descritivamente identificador*, que se caracteriza por ocorrer quando o elemento descritivo fornece informações que permitem ao ouvinte ancorar um referente (linguístico ou extralinguístico) na situação do discurso.

No capítulo seguinte, apresentamos a metodologia que nos serviu de plano para a análise das posições restritivas do português brasileiro escrito contemporâneo. Em seguida, faremos uma discussão teórica bastante detalhada, com várias fases, para englobar, nas nossas análises, três dos quatro níveis do Componente Gramatical que formam a Gramática Discursivo-Funcional: Interpessoal, Representacional e Morfosintático e, assim, caracterizar as posições restritivas do português brasileiro contemporâneo.

5 ANÁLISE DA APOSIÇÃO RESTRITIVA NOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO ESCRITO CONTEMPORÂNEO

A nossa tese, ao propor a análise das aposições restritivas no português brasileiro, tem como ponto de partida a categorização dos traços dessas aposições restritivas, pois entendemos, assim como Nogueira (1999, 2011), que as construções apositivas, como o resultado de um processo de construção, devem ser definidas não apenas por um traço, mas, antes, por um conjunto de traços característicos.

Na busca de determinar os traços definidores de uma aposição restritiva, consideramos, na nossa análise, as propriedades que Keizer (2007) levantou em seu estudo sobre a aposição restritiva na língua inglesa. Nossa opção por essa perspectiva se justifica pelo fato de a autora trabalhar com os princípios da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), que, como já vimos em capítulos anteriores, tem como objetivo compreender como as unidades linguísticas são estruturadas em termos do mundo que descrevem e das intenções comunicativas com que são produzidas, e modela isso em uma implementação dinâmica da gramática (BAKKER; SIEWIERSKA, 2004 *apud* HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

5.1 Metodologia

A pesquisa que desenvolvemos durante o curso de Doutorado teve como objetivo principal descrever e analisar, com base na Gramática Discursivo-Funcional, as aposições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo, levando em conta as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas, analisadas de forma integrada. Para isso, propomos uma representação da aposição restritiva da nossa língua formada por construções contendo dois ou mais elementos nominais separados ou não por preposição.

5.1.1 Procedimentos

No início de nossa análise, trouxemos os principais traços pragmáticos, semânticos e morfossintáticos sugeridos por Keizer (2007) para a caracterização da aposição

restritiva no inglês. A partir daí, passamos a analisar as ocorrências de posições restritivas do português brasileiro contemporâneo, buscando observar os traços pragmáticos, semânticos e morfossintáticos sugeridos por Keizer.

Analisando as posições restritivas com base nos níveis do Componente Gramatical da GDF, verificamos, no primeiro nível, o Interpessoal, os subatos que caracterizam uma posição restritiva (Subato de Referência (R) e Subato Atributivo (T)) para, em seguida, distinguir qual a função pragmática dos elementos principais que a constituem: Tópico ou Foco. Verificamos também se há ou não a exigência de um marcador de definitude na caracterização da posição restritiva do português brasileiro.

Para a análise do segundo nível, o Representacional, averiguamos se a relação semântica que ocorre entre o primeiro e o segundo elemento que formam a posição restritiva é de dependência ou não, como também averiguamos qual dos elementos é o restringido (núcleo) e qual o restritivo. Ainda nesse nível, identificamos as categorias semânticas de cada elemento da posição restritiva: Indivíduo (x), Lugar (l), Propriedade (f), Tempo (t) etc.

No último nível de nossa análise, o Morfossintático, examinamos, inicialmente, a possibilidade de ocorrer ou não a omissão sintática entre os elementos que formam a posição restritiva do português brasileiro. Em seguida, identificamos a classe e a subclasse (substantivo próprio, substantivo comum contável e substantivo comum não contável) dos elementos que formam uma posição restritiva no português brasileiro.

Já com base tanto na análise do nível Representacional como do Nível Morfossintático, delimitamos a fronteira entre uma construção apositiva restritiva do português brasileiro e construções assemelhadas, como as construções com a função sintática de adjunto adnominal.

Analisamos, também, as funções discursivas, dentro de um contexto, que podem ser assumidas pelas posições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo.

Depois de definirmos os tipos da posição restritiva no português brasileiro, passamos a tratar da posição restritiva com a preposição *de*. Para isso, seguimos os mesmos passos da análise da construção apositiva sem preposição, analisando nossas ocorrências dentro de três dos quatro níveis do Componente Gramatical da GDF.

5.1.2 *Constituição, caracterização e delimitação do corpus*

As ocorrências para análise foram obtidas do mesmo recorte utilizado por Nogueira (1999) do banco de dados no Centro de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras, Campus da UNESP de Araraquara-SP, constituído de 36 (trinta e seis) textos escritos, sendo 12 (doze) do gênero oratória, 12 (doze) do gênero dramático e 12 (doze) do gênero técnico.

5.1.3 *Caracterização dos textos constituintes do corpus*

Segundo Nogueira (1999), a sua escolha dos textos de literaturas técnica, oratória e dramática teve como base o fato de que exibem características formais e funcionais que os particularizam, de modo inequívoco, enquanto gênero textual.

Conforme Nogueira (1999, p. 118), os textos técnicos utilizados em sua pesquisa formaram um subgrupo do subgênero técnico-didático da área de humanidades. Esses textos se caracterizam por seu caráter introdutório, de divulgação de conhecimentos, o que os distingue de textos técnico-científicos, marcadamente mais complexos e abstratos e de linguagem bastante especializada. Em sua maioria, de acordo com a autora, tais textos foram extraídos de livros como os da série Princípios e Fundamentos, da Editora Ática, e da coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense.

Quanto aos textos de oratória, segundo Nogueira (1999, p. 119), consistem de discursos políticos, sermões e discursos proferidos na Academia Brasileira de Letras:

Esses textos parecem identificar-se com os *discursos preparados* descritos por Biber. Embora sejam distintos quanto ao fato de os textos de oratória serem previamente escritos, ao passo que os *discursos preparados* são um gênero de fala caracterizado por rigorosas restrições de tempo real, eles se aproximam segundo alguns parâmetros situacionais, relacionados, principalmente, aos propósitos primários de comunicação. Pode-se dizer que, no caso dos textos de oratória, o contexto de produção e o contexto de uso, ou seja, a situação de recepção (Nystrand, 1986, *apud* Nystrand e Wiemelt, 1991), não coincidem, enquanto nos *discursos preparados* tais contextos são coincidentes, ou seja, produção e uso ocorrem simultaneamente. São as características associadas ao contexto de uso que parecem aproximar os textos de oratória dos *discursos preparados* que Biber descreve.

Já os textos dramáticos escolhidos pela autora foram formados por peças teatrais que se constituem de diálogos entre os personagens, em *conversações face-a-face*:

Os textos dramáticos constituem-se de peças teatrais em que foram consideradas apenas as passagens relativas aos diálogos entre os personagens. Esses textos se

aproximam das *conversações face-a-face* descritas por Biber. Embora sejam textos escritos, eles traduzem a concepção de um autor sobre os padrões da modalidade oral, tipicamente representados em uma conversação (NOGUEIRA, 1999, p. 119).

5.1.4 *Descrição e análise dos dados*

A descrição das ocorrências do nosso *corpus* ocorreu à luz das categorias de cada nível e camada da Gramática Discursivo-Funcional.

As ocorrências com propriedades comuns a esses níveis e camadas constituíram tipos ou padrões de posições restritivas para os quais propomos formalizações com as representações de cada nível existente, ou seja, de acordo como as opções do Nível Interpessoal, Representacional e Morfossintático, dando, assim, condições de se verificar, durante a análise, as particularidades de nossas ocorrências.

5.1.5 *Categorias de análise*

a) Nível Interpessoal:

- tipos de Subato: Referencial ou Atributivo;
- funções discursivas: Identificação por meio de uma informação mais específica, Identificação por meio de uma descrição, Identificação contextualmente nova e Identificação por contraste de propriedades ou papéis diferentes.

b) Nível Representacional;

- categorias semânticas: Indivíduo (x), Localização (l), Lugar (l), Tempo (t) e Propriedade (f).

c) Nível Morfossintático;

- categoria morfossintática;
- presença da preposição: **Sim** ou **Não**;
- tipo de elemento principal: substantivo comum ou substantivo próprio;
- tipo de restritivo: substantivos comuns ou próprios;
- presença de marcadores de definitude: **Sim** ou **Não**;
- tipo de marcadores: artigos definidos;
- presença de modificadores: **Sim** ou **Não**;
- tipo de modificadores: pronomes possessivos e demonstrativos.

5.1.6 *As convenções de notações da Gramática Discursivo-Funcional usadas para as formalizações*

Embora já tenhamos trabalhado com formalizações antes do capítulo de análise do *corpus*, achamos conveniente, para o melhor entendimento do leitor, trazer, para o capítulo de metodologia, as convenções de notações específicas utilizadas na formalização das posições restritivas da língua portuguesa.

a) Nível Interpessoal (NI)

No Nível Interpessoal, os Subatos Referencias e Atributivos são representados, respectivamente, como (R) e (T). De acordo com a GDF, a sequência deles é marcada por letras maiúsculas (R_I) e (T_I). Exemplo:

(1) *o mar Jônico*
 NI: + def (R_I: (T_I (T_J)))

Neste exemplo, o Nível Interpessoal é formado por um único Subato Referencial (R_I), *o mar Jônico*. Contudo, dentro do Subato Referencial há dois Subatos Atributivos *mar* (T_I), *Jônico* (T_J) que dão suporte ao Subato Referencial. Além disso, há a presença do artigo definido que é marca de definitude (+def).

b) Nível Representacional (NR)

No Nível Representacional, as categorias semânticas, como Indivíduo (x) e Propriedade (f), são representadas por letras minúsculas e têm a sua sequência marcada por letras minúsculas. Usam-se os colchetes [], nessa formalização, para representar o núcleo das categorias de primeira ordem, como o Indivíduo em (x_k: [Marques Rebelo (x_k)]), contudo esse núcleo pode ser expandido por outras propriedades e/ou modificadores, como os pronomes possessivos e os demonstrativos. Dentro de um núcleo expandido, o que está à direita do núcleo é ou são o(s) modificador(es), e este(s), quanto mais distante(s) do núcleo, maior o seu escopo, vejamos este exemplo: “meu inesquecível amigo” (x_i: [(f_i: amigo (f_i)): (f_j: inesquecível (f_j)): (x_j: eu (x_j))_{Pos} (x_i)] (x_k: [Marques Rebelo (x_k)])).

c) Nível Morfossintático (NM)

No Nível Morfossintático, trabalhamos com o Np (Sintagma Nominal) e as seguintes categorias que podem compô-lo: Gw (Palavra gramatical), no caso o artigo definido e o indefinido, a preposição e os pronomes possessivos e demonstrativos; Ap_i (Sintagma Adjetival) que tem como núcleo a Aw_i (Palavra adjetiva) e a Nw (Palavra nominal), que pode ser o substantivo próprio ou o substantivo comum. Vejamos o seguinte exemplo:

(2) *o rótulo convencional de crônica*

Np_i: *o rótulo convencional de crônica*

(Np_i: [(Gw_i: o (Gw_i))

rótulo convencional

(Nw_i: rótulo) (Ap_i: (Aw_i: convencional)

de crônica

(Adpp_i: (Adpw_i: de (Adpw_i) (Nw_j: crônica)

(Adpp_i))] Np_i)

A partir da próxima seção, passamos a tratar diretamente da análise da aposição restritiva no português brasileiro escrito contemporâneo. Para tanto, voltaremos a falar da proposta de Keizer (2007) para as posições restritiva no inglês.

5.2 A aposição restritiva à luz da Gramática Discursivo-Funcional

Segundo Keizer (2007, p. 22), as diferenças pragmáticas, semânticas e morfossintáticas são importantes nas posições, até mesmo entre aquelas que estão justificadamente sob o mesmo princípio geral de aposição restritiva. Na verdade, essas diferenças revelam subtipos que foram elencados pela autora em seu trabalho e trazidos por nós em (3)⁸².

⁸² Onde temos:
det = determinante;
N = nome;
NP: nome próprio;
poss = possessivo.

- (3)
- | | |
|--|-----------------------------|
| a. <i>The actor Orson Welles</i>
(o ator Orson Welles) | Tipo 1a: det + N + NP |
| b. <i>The word recession</i>
(a palavra recessão) | Tipo 1b: det + N + N |
| c. <i>Orson Welles the actor</i>
(Orson Welles o ator) | Tipo 2: NP + det + N |
| d. <i>Actor Orson Welles</i>
(Ator Orson Welles) | Tipo 3: N + NP |
| e. <i>My friend Orson Welles</i>
(meu amigo Orson Welles) | Tipo 4a: poss + N + NP |
| f. <i>My friend the actor</i>
(meu amigo o ator) | Tipo 4b: poss + N + det + N |

Na análise desses tipos e subtipos, Keizer (2007) constatou que algumas características pragmáticas, semânticas e morfossintáticas, nas aposições restritivas no inglês, eram mais recorrentes e pertinentes que outras e, com base nas suas observações, sugeriu as seguintes características pragmáticas, semânticas e morfossintáticas para os tipos e subtipos de aposição restritiva em língua inglesa:

- a) características pragmáticas:
 - a construção apositiva restritiva apresenta seus elementos constituintes como não correferenciais, pois são atributivos, e estes podem ser marcados ou não pela definitude;
- b) característica semântica
 - a relação semântica entre os dois elementos é de restrição;
- c) características morfossintáticas:
 - a aposição restritiva contém dois elementos nominais/substantivos;
 - a aposição restritiva não apresenta nenhuma preposição entre os elementos que a formam;
 - a aposição restritiva é constituída por um nome próprio ou algum outro elemento que é normalmente tomado para ser o único denotado, e por um substantivo contável.

De acordo, portanto, com as características pragmáticas, semânticas e morfossintáticas das aposições restritivas no inglês, lançamos as bases para definir os traços

que caracterizam a aposição restritiva no português escrito brasileiro contemporâneo e seus subtipos. Na próxima seção, passamos, então, a analisar nossas ocorrências levando também em conta a sequência de organização hierárquica dos níveis da Gramática Discursivo-Funcional: Nível Interpessoal, Representacional e Morfossintático.

5.2.1 *Nível Interpessoal*

Como já vimos, Keizer (2007) traz como uma das características pragmáticas das aposições restritivas em inglês o fato de que “a construção apositiva restritiva apresenta seus elementos constituintes como não correferenciais”, a autora também traz a seguinte proposta para as aposições restritivas em inglês “Eu, portanto, proponho a análise dessas construções em conformidade, isto é, com os N_ps definidos constituídos por dois elementos, os quais estão sob o escopo do determinante definido”⁸³ (KEIZER, 2008, p. 40). Portanto, no Nível Interpessoal, interpretamos, a partir do que foi dito, acima, por Keizer, que uma construção apositiva restritiva em inglês, dentro de um Ato Discursivo, é constituída por um Subato de Referência que, por sua vez, apresenta em seu interior os dois elementos principais da aposição formalizados como Subatos Atributivos.

Por considerarmos, também, que as aposições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo são constituídas por elementos não correferenciais e esses dois elementos fazem parte de um único sintagma nominal, concluímos que, nesta língua, os mesmos subatos das aposições restritivas da língua inglesa são encontrados, ou seja, encontramos nas aposições restritivas do português brasileiro um Subato de Referência que apresenta em seu interior os dois elementos principais da aposição formalizados como Subatos Atributivos.

Vejamos algumas ocorrências encontradas no nosso *corpus*:

- (4) *Dá-me cem homens e atirarei os teleboanos dentro do mar Jônico [...]* (TEGL)

o mar Jônico

NI: + def (R_i: (T₁) (T₁))

- (5) *Sim, como quem ia para a casa do Doutor Abdias, na estrada do Teixeira.* (PELLD)

o Doutor Abdias

⁸³ [...] *I therefore propose to analyse these construction accordingly, i.e. as definite NPs consisting of two nominal elements, [...].*

NI: + def (R_i: (T₁) (T_j))

- (6) Gostaria de destacar neste instante que, na última segunda-feira, em São Paulo, estando presente *o Senador Albano Franco* e o Secretário-Executivo do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Dr. Luís Antônio, ouvimos dos dirigentes empresariais a manifestação de expectativa quanto [...] (FOR- OLO)

o Senador Albano Franco

NI: + def (R_i: (T₁) (T_j))

- (7) *A palavra latina ars*, matriz do português arte, está na raiz do verbo articular, que denota a ação de fazer junturas entre as partes de um todo (Ref).

A palavra latina ars

NI: + def (R_i: (T₁) (T_j) (T_k))

Observemos que as quatro ocorrências (4), (5) (6) e (7), analisadas dentro do Nível Interpessoal, têm sua estrutura, como um todo, comportando-se como um Subato de Referência (R_i) (*mar Jônico, Doutor Abdias, Senador Albano Franco, palavra latina ars*), pois não há um elemento suprasegmental entre as partes que a constituem e, além do mais, o Falante, em seu Ato Discursivo, não tem a intenção, por exemplo, de fazer referência apenas a *Senador* ou a *Albano Franco*, mas, sim, ao conjunto *Senador Albano Franco*. Esse Subato de Referência, no entanto, é formado por dois outros subatos, os Subatos Atributivos (T₁) e (T_j): (T₁) (*mar, Doutor, Senador, palavra*) e (T_j) (*Jônico, Abdias, Albano Franco, ars*).

Em relação às funções pragmáticas dos elementos que compõem a aposição restritiva no português brasileiro, antes de analisá-las, trouxe-mos, mais uma vez, a seguir, o conceito dado às funções Foco e Tópico na GDF:

A função Foco sinaliza a seleção estratégica do Falante da nova informação, por exemplo, a fim de preencher uma lacuna na informação do Ouvinte, ou para corrigir as informações do Ouvinte. A função Foco é atribuído apenas aos casos em que seja linguisticamente relevante, isto é, só quando as línguas usam meios linguísticos para indicar que alguma parte de uma expressão linguística constitui a informação nova relevante. A informação não atribuída à função Foco constitui o *Background / fundo*. A marcação linguística do *Background / fundo*, ao contrário das informações novas, parece ser muito rara. Em Smit (fc.), Foco é definido como uma instrução de atualização para o Ouvinte. ⁸⁴ HENGEVELD E MACKENZIE (2008, p. 89).

⁸⁴ *The Focus function signals the Speaker's strategic selection of new information, e.g. in order to fill a gap in the Addressee's information, or to correct the Addressee's information. The Focus function is assigned only in those cases in which this is linguistically relevant, i.e. when languages use linguistic means to indicate that some part of a Linguistic Expression constitutes the relevant new information. The information not assigned the Focus function constitutes the Background. The linguistic marking of Background rather than new information seems to be very rare. In Smit (fc.) Focus is defined as an update instruction to the Addressee.*

A função Tópico será atribuída ao Subato que tem uma função especial dentro do Ato Discursivo, que é de sinalizar como o Conteúdo Comunicado refere-se ao registro gradualmente construído no Componente Contextual. A informação não atribuída à função de Tópico constitui o Comentário. A marcação linguística do Comentário, ao contrário da informação tópica, parece ser muito rara. Em Smit (fc.), o Tópico é definido como a reflexão linguística de uma instrução “de recuperação” (*‘retrieve’*) para o Ouvinte.⁸⁵ (HENGEVELD E MACKENZIE 2008, p. 92).

De acordo com as citações, podemos dizer que a função Foco, na GDF, é uma estratégia usada pelo Falante para preencher uma lacuna na informação do Ouvinte (Foco Novo) ou para corrigir as informações do Ouvinte (Foco Corretivo). E a Função Tópico, quando importante numa língua, não é complementar ao Foco, é parte da dimensão Tópico-Comentário, e sua informação é dada (ou inferível a partir do) no Componente Contextual.

Ao aplicarmos esses conceitos aos elementos constituintes da aposição restritiva no português brasileiro, julgamos que a função pragmática Foco é desempenhada pelo segundo elemento, pois é ele que traz a informação nova, já a função de Tópico é exercida pelo primeiro elemento, visto que traz a informação dada e compartilhada com o Ouvinte a partir de seu Componente Contextual. Contudo, essa informação passa a ser mais precisa quando delimitada através da restrição feita pelo Foco.

Devemos considerar também, nessa análise no Nível Interpessoal, a questão da definitude, que tem como marca principal o artigo definido. Segundo Keizer (2007, p. 40), como já foi visto, o artigo definido, em inglês, que está presente na aposição restritiva, tem seu escopo sobre toda a construção apositiva restritiva dessa língua:

[...] A partir disto, para uma feliz utilização do artigo definido, este precisará ter os dois elementos sob seu escopo. Eu, portanto, proponho a análise dessas construções em conformidade, isto é, com os N_{ps} definidos formados por dois elementos, os quais estão sob o escopo do determinante definido. Construções com o artigo definido (tipos 1a e 1b - det + N + $N_{(s)}$ “*the colour red* / a cor vermelha”) podem então ser representadas como em (30a) “*the actor Orson Welles* / “o ator Orson Welles”). Será dada às outras construções uma representação ligeiramente diferente; em todos os casos, contudo, será assumido que os dois elementos em conjunto formam um N_p , mas eles mesmos não são N_{ps} , pois não são referenciais, portanto, não são definidos.⁸⁶

⁸⁵ *Topic function will be assigned to a Subact which has a special function within the Discourse Act, that of signalling how the Communicated Content relates to the gradually constructed record in the Contextual Component. The information not assigned the Topic function constitutes the Comment. The linguistic marking of the Comment rather than the topical information seems to be very rare. In Smit (fc.) Topic is defined as the linguistic reflection of a ‘retrieve’ instruction to the Addressee.*

⁸⁶ [...] *From this we may conclude that, as a felicitous use of the definite article depends on the presence of both nominal elements, it must have both these elements in its scope. I therefore propose to analyse these construction accordingly, i.e. as definite NPs consisting of two nominal elements, both of which are in the scope of the definite determiner. Constructions with the definite article (Types 1a and 1b - det + N + $N_{(p)}$ “the colour red”) can thus be represented as in (30a). The other constructions will be given a slightly different underlying representation; in all cases, however, it will be assumed that the two elements together form one NP, but are not themselves NPs.*

Em nossa tese, consideramos que o artigo definido, nas posições restritivas em língua portuguesa, tem o mesmo comportamento que o artigo em inglês. Vejamos mais uma vez a ocorrência (4), representada agora como (8), em que a definitude é formalizada como + def:

(8) *Dá-me cem homens e atirarei os teleboanos dentro do mar Jônico [...]* (TEGL)

o mar Jônico

NI: + def (R_I: (T_I) (T_I))

Outro ponto importante em relação à definitude em português a ser tratado é a presença do pronome possessivo⁸⁷ como elemento de definição ou não na posição restritiva.

Para Keizer (2007, p. 46-47), em inglês, o pronome possessivo, como foi dito anteriormente, não pode ser considerado um elemento que marque a definitude na posição restritiva, pois a posse é uma característica semântica, refletindo a propriedade do referente destinado, enquanto a definitude é basicamente uma característica pragmática, refletindo a suposição do Falante a respeito da possibilidade ou não de o Ouvinte identificar o referente:

[...] Assim, como Burton-Roberts (1975: 104), eu acredito que é importante para diferenciar entre as características de definitude e possessividade. Para que isto ocorra, deve-se analisar o pronome possessivo não como um determinante (com o escopo sobre o Np como um todo), mas como um modificador ou especificador do primeiro nome. Afinal, definitude e posse são traços de natureza diferente: a definitude é basicamente uma característica pragmática, refletindo a suposição do falante a respeito da possibilidade ou não de o ouvinte identificar o referente, enquanto a posse é uma característica semântica, refletindo a propriedade do referente destinado – ou, mais precisamente, a relação entre este referente e alguma outra entidade; uma relação que pode, mas, não necessariamente, resultar na identificabilidade do referente. Parece, portanto, plausível que estas duas funções sejam realizadas por diferentes tipos de elementos linguísticos.⁸⁸

⁸⁷ Segundo a GDF, há, em cada nível da gramática, modificadores e operadores. Os modificadores, no caso, os pronomes possessivos, são estratégias lexicais, e os operadores, no caso, os pronomes demonstrativos, estratégias gramaticais.

⁸⁸ [...] *Thus, like Burton-Roberts (1975: 104), I believe that it is importante to differentiate between the features of definiteness and possessiveness This will be achieved by analysing the possessive pronoun not as a determiner (with scope over the NP as a whole), but as a modifier or specifier of the first noun only. After all, definiteness and possessiveness are features of a different nature: definiteness is primarily a pragmatic feature, reflecting a speaker's assumptions concerning the (un)identifiability of the referent for the hearer, while possessiveness is a semantic feature, reflecting a property of the intended referent – or, more accurately, relation between this referent and some other entity; a relation which may, but need not, result in the identifiability of the referent. It seems therefore plausible to assume that these two functions are performed by different types of linguistic elements.*

Conclusões semelhantes podemos tirar dos pronomes possessivos no português brasileiro: os pronomes possessivos são estratégias lexicais, portanto não podem ser tratados como marcadores de definitude.

Um tipo de aposição restritiva na língua inglesa, representada formalmente no exemplo em (3), em que há a presença do pronome possessivo, é o tipo 4a: poss + N + Np. Em português brasileiro, o tipo 4a: poss + N + Np precisa ser desdobrado numa segunda formalização, o tipo 4c: det + poss + N + Np, para poder dar conta das ocorrências que trazem o pronome possessivo antecedido pelo artigo definido. Essa formalização sugerida por nós não é necessária na língua inglesa, pois, nesta língua, o pronome possessivo não pode ser antecedido por um artigo.

Portanto, como exemplos dos tipos 4a: poss + N + Np e 4c: det + poss + N + Np, no português brasileiro, temos as seguintes ocorrências do nosso *corpus*:

- (9) [...] eu o surpreendi lendo atentamente uma pequena brochura de capa amarela, que *meu irmão Fernando* tão amante dos livros quanto ele, recebera pelo serviço de reembolso postal, [...] (CAR-OLO)

meu irmão Fernando

NI: (R_f: (R_j) (T_i) (T_j))

- (10) [...] ele fazendo uma cartilha escolar, de colaboração com *o meu inesquecível amigo Marques Rebelo* (CAR-OLO)

o meu inesquecível amigo Marques Rebelo

NI: + def (R_f: (R_j) (T_i) (T_j) (T_k))

- (11) Está esquecido do *seu amigo Benedito*? (PELLD).

o seu amigo Benedito

NI: (R_f: (R_j) (T_i) (T_j))

Devemos chamar a atenção para o fato de que, nas ocorrências anteriores (9), (10) e (11), o pronome possessivo é formalizado como um Subato de Referência, pois ele tem seu referencial preso aos pronomes pessoais e estes, por sua vez, são representados, no Nível Interpessoal, como Subatos de Referência por serem essencialmente semelhantes, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p.118), aos nomes próprios.

Há também presente, na representação em (3), das aposições restritivas em inglês, o tipo 4b: poss + N + det + N, como em *my friend the poet* (*meu amigo o poeta*). Esse tipo de

aposição não é considerado por nós, uma vez que, primeiramente, julgamos haver, no português brasileiro, uma pausa que deve corresponder, na escrita, a uma vírgula, tornando a construção não restritiva (*meu amigo, o poeta*); segundo, a estrutura que melhor reflete a nossa língua é a estrutura: det + poss + N, det + N (*o meu amigo, o poeta*); que, devido à pausa, de forma alguma pode ser caracterizada como uma aposição restritiva no português brasileiro.

Ainda em relação ao marcador de definitude, precisamos chamar a atenção sobre a necessidade ou não deste para a existência das construções apositivas restritivas. Keizer (2007, p. 42) argumenta que não se pode ter aposições restritivas apenas se a construção trouxer o artigo definido introduzindo a sua estrutura. Concordamos com a autora, uma vez que, no português brasileiro, as aposições restritivas podem, sim, vir sem o marcador de definitude⁸⁹, como na ocorrência (9), representada abaixo como ocorrência (12):

- (12) [...] eu o surpreendi lendo atentamente uma pequena brochura de capa amarela, que
meu irmão Fernando tão amante dos livros quanto ele, recebera pelo serviço de
 reembolso postal, [...] (CAR-OLO)
meu irmão Fernando
 NI: (R_i: (R_j) (T_i) (T_j))

Devemos não esquecer, também, que a não exigência da presença do marcador de definitude faz com que a construção do tipo 3: N + Np (*Actor Orson Welles / ator Orson Welles*), no exemplo em (3), seja analisada como construção apositiva restritiva. Em nosso *corpus*, encontramos a seguinte ocorrência que ilustra as estruturas com essa representação:

- (13) Tião: O que eu ganhei? (tira um cartão do bolso) Esse cartão! - *Cineasta Antônio Di Rocca* - Escritório, av. Getúlio Vargas [...] (ENLD.DOC)
Cineasta Antônio Di Rocca
 NI: (R_i: (T_i) (T_j))

Há também no português brasileiro, casos em que o artigo indefinido introduz uma aposição restritiva como acontece no inglês. Como não encontramos nenhuma ocorrência em nosso *corpus* de aposição restritiva introduzida com o artigo indefinido, resolvemos pesquisar na internet e encontramos a seguinte ocorrência:

⁸⁹ Não encontramos no nosso *corpus* nenhuma ocorrência de aposição restritiva introduzida co.

(14) Eu tenho *uma amiga Rafaela* (orkut.google.com/c35554397.html)

Em resumo, podemos dizer que as características que podem marcar uma aposição restritiva no português escrito brasileiro contemporâneo no Nível Interpessoal são:

- a) construção formada por um Subato de Referência que, por sua vez, apresenta, no seu interior, os elementos principais da aposição formalizados como Subatos Atributivos, não podendo, por isso, ser correferenciais;
- b) construção cuja função pragmática de Foco é desempenhada pelo segundo elemento, por trazer a informação nova, e a função de Tópico, pelo primeiro elemento;
- c) construção marcada ou não pela definitude.

Finalizada nossa análise das aposições restritivas do português brasileiro escrito contemporâneo no Nível Interpessoal, passamos, na próxima seção, a tratar das relações e funções que ocorrem no Nível Representacional nessa língua.

5.2.2 *Nível Representacional*

Defendemos, em nossa tese, que a relação semântica entre os elementos que formam a construção apositiva restritiva é de interdependência. Essa nossa posição baseia-se, inicialmente, na teoria de Halliday (1985) sobre aposição. Para Halliday (1985, p. 203), a aposição enquadra-se no tipo de relação lógico-semântica de expansão por elaboração (=), diferente de uma relação de extensão (+), como acontece com a relação de coordenação. Nessa relação lógico-semântica, entendemos que os dois elementos que constituem uma aposição restritiva se identificam, pois ambos se referem a um só conteúdo do pensamento designado.

Outro ponto importante que nos levou a essa conclusão são as funções pragmáticas que pode assumir cada elemento de uma aposição restritiva no português brasileiro no Nível Interpessoal. Como já foi visto, numa aposição restritiva como *o romancista José Cândido de Carvalho*, o primeiro elemento (*romancista*) é a informação compartilhada (Tópico) e, conseqüentemente, é a informação restringida pelo segundo elemento, ou seja, o Foco, *José Cândido de Carvalho*. Nas construções em que há a relação de dependência, os elementos que a constituem, núcleo + modificador não podem assumir funções pragmáticas diferentes, uma vez que a informação trazida pelo modificador tem uma relação semântica de dependência com a informação trazida pelo seu núcleo.

Dessa forma, a relação de interdependência, assim como a de dependência, é uma consequência do comportamento dos elementos que constituem uma determinada estrutura, no caso, nominal, no Nível Interpessoal.

Em relação às categorias semânticas dos elementos que constituem as posições restritivas no português brasileiro, concluímos que estas podem ser de Indivíduo (x), Propriedade (f) e Localização (l). Vejamos a análise de nossas ocorrências abaixo:

- (15) [...] eu o surpreendi lendo atentamente uma pequena brochura de capa amarela, que *meu irmão Fernando* tão amante dos livros quanto ele, recebera pelo serviço de reembolso postal, [...] (CAR-OLO).

meu irmão Fernando

NI: (R_i: (R_j) (T_l) (T_j))

NR: (x_i: [(f_i: irmão (f_i)) (x_i): (x_j: eu (x_j))_{Pos} (x_i)] (x_k: [Fernando (x_k)]))

- (16) Eu fui jantar no *restaurante Pastasciuta* e cada casal que entrava, eu jurava que era você acompanhado de uma moca [...] (FLD).

o restaurante Pastasciuta

NI: + def (R_i: (T_l) (T_j))

NR: (l_i: [(f_i: restaurante (f_i)) (l_i)] (x_j: [Pastasciuta (x_j)]))

- (17) Por onde andara *o romancista José Cândido de Carvalho* (CAR-OLO).

o romancista José Cândido de Carvalho

NI: + def (R_i: (T_l) (T_j))

NR: (x_i: [(f_i: romancista (f_i)) (x_i)] (x_j: [José Cândido de Carvalho (x_j)]))

- (18) A *palavra latina ars*, matriz do português arte, está na raiz do verbo articular, que denota a ação de fazer juntas entre as partes de um todo (Ref).

A palavra latina ars

NI: + def (R_i: (T_l) (T_j) (T_k))

NR: (x_i: [(f_i: palavra (f_i): (f_j: latina (f_j)) (x_i)] (Nw_i: [ars (Nw_i)]))

- (19) A *palavra latina ars*, matriz do português arte, está na raiz do *verbo articular*, que denota a ação de fazer juntas entre as partes de um todo (Ref).

o verbo articular

NI: + def (R_i: (T_l) (T_j))

NR: (x_i: [(f_i: verbo (f_i)) (x_i)] (Nw_i: [articular (Nw_i)]))

A ocorrência (15), por exemplo, no Nível Representacional (NR), apresenta as categorias semânticas de Indivíduo (x), entidade de primeira ordem, e de Propriedade (f), entidade de ordem zero. Dessa forma, temos a categoria Indivíduo (x_i) que representa a designação *irmão* e que apresenta a Propriedade (f_i) - ser um *irmão*. O pronome possessivo *meu* e o nome próprio *Fernando* também são categorizados como Indivíduos, (x_j) e (x_k) respectivamente, contudo não apresentam nenhuma Propriedade.

Observemos também que, quando uma aposição restritiva é marcada pela metalinguagem, ou seja, uma mensagem sobre o código, como em (18) e (19), temos a menção da palavra, destacando-a sob uma análise linguística. Ressaltamos que a informação com base linguística será a mesma em qualquer contexto.

Como consequência desse destaque da palavra apresentada através da menção, o elemento restritivo, no Nível Representacional, apresenta-se como um reflexo de sua representação no Nível Morfossintático, ou seja, como Palavra Substantiva (Nw):

[...] Uma vez estocadas lá (Componente Contextual), todas as unidades podem ser acessadas pelo Formulador e ser re-utilizadas em mensagens posteriores. Desta forma, unidades do Nível Interpessoal, do Morfossintático e do Fonológico podem acabar no Nível Representacional, pois, uma vez produzidas, tornam-se entidades que podem ser faladas metalinguisticamente. O termo "linguagem reflexiva" (ver por exemplo Lucy, 1993) é particularmente apropriado ao uso da linguagem para falar sobre a linguagem.

Em princípio, todas as unidades interpessoais, morfossintáticas e fonológicas podem, assim, entrar no Nível Representacional [...].⁹⁰ (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008, p. 275).

É importante, ainda, esclarecer que, nas nossas análises das categorias semânticas no Nível Representacional, trabalhamos, em geral, com designações resultantes do uso comum e real da palavra que, ao contrário da menção da palavra, não está sob análise linguística e pode variar de acordo com o contexto. Na ocorrência (19), por exemplo, temos a seguinte passagem que ilustra bem o uso da palavra: “a raiz do *verbo articular que denota a ação de fazer junturas entre as partes de um todo*”. Nessa passagem, a designação que está sendo dada à raiz do verbo articular pode ser mudada ou variar de acordo com o contexto.

⁹⁰ [...] *Once stored there, all units may be accessed by the Formulator and be re-used in posterior messages. In this way units of the Interpersonal, the Morphosyntactic, and the Phonological Levels may end up at the Representational Level, since once they have been produced, they become entities that can be talked about metalinguistically. The term ‘reflexive language’ (see e.g. Lucy 1993) is particularly appropriate for the use of language to talk about language. In principle, all interpersonal, morphosyntactic, and phonological units may thus enter the Representational Level [...].*

Assim como fizemos na seção anterior, finalizamos esta seção elencando os traços semânticos da aposição restritiva no português brasileiro escrito contemporâneo encontrados na análise de nossas ocorrências. São eles:

- a) a relação semântica é de restrição: núcleo/restringido + restritivo;
- b) a função semântica de cada um dos elementos é de propriedade;
- c) categorias semânticas: Indivíduo (x) ou Lugar (l) com Propriedade (f) caracterizam o elemento com função pragmática de Tópico; Indivíduo (x) ou Lugar (l) sem Propriedade (f) caracterizam o elemento com função pragmática de Foco;
- d) aposição restritiva com metalinguagem em que o elemento restritivo traz uma informação que não é prevista no significado denotativo do termo.

5.2.3 *Nível Morfossintático*

5.2.3.1 *A classe e as subclasses dos elementos da aposição restritiva*

Em relação à classe dos elementos dentro de uma aposição restritiva, como já foi visto, Keizer (2007, p. 27) afirma que os dois elementos de uma aposição restritiva, em inglês, não fazem parte da mesma subclasse de substantivo. Os substantivos, em inglês, que pertencem à subclasse dos substantivos próprios não contáveis e/ou a dos substantivos comuns não contáveis ocupam a posição do segundo elemento (restritivo) dentro de uma construção apositiva restritiva e não podem ser precedidos pelo artigo. Já os substantivos que pertencem à subclasse dos substantivos comuns contáveis ocupam a posição do primeiro elemento (restringido/núcleo) e, em outros contextos, podem ser precedidos pelo artigo:

Geralmente falando, no entanto, os dois elementos de uma aposição restritiva não pertencem à mesma subclasse de substantivo. A partir dos exemplos apresentados até agora, torna-se claro que uma das características das aposições restritivas é que um dos elementos é um substantivo próprio não-contável ou nome substantivo, enquanto que o outro elemento é um substantivo contável; a distinção de traço entre os dois elementos é que o segundo elemento geralmente ocorre sem artigo em outros contextos, enquanto que o primeiro elemento deve ter um artigo em outros contextos. Então, os exemplos, como em (5), são aceitáveis como aposições, uma vez que o nome *Turandot* e o substantivo comum *seroglycerin* não são normalmente precedidos por um artigo definido; nas expressões em (6), por outro lado, isso não ocorre, pois estas construções combinam duas classes de nome⁹¹.

⁹¹ *Generally speaking, however, the two elements of a close apposition do not belong to the same subclass of noun. From the examples given so far it will have become clear that one of the characteristics of close appositions is that one of the elements is a proper noun, mass noun or substance noun, while the other element is*

Considerando a análise das ocorrências da aposição restritiva de nosso *corpus*, podemos dizer que, no português brasileiro, a construção apositiva restritiva também é formada por elementos de subclasses de substantivo diferentes: substantivo próprio, substantivo comum não contável e substantivo comum contável. Contudo, no português brasileiro, o critério do uso ou não do artigo para diferenciar o primeiro elemento/restringido (substantivo comum contável) do segundo elemento/restritivo (substantivo próprio ou substantivo comum não contável) não se aplica, visto que estas regras, nessa língua, não são tão claras. Como exemplos, temos o fato de alguns falantes usarem o artigo como uma marca de familiaridade “O Pedro já voltou do supermercado”, mas, em outras regiões, isso não acontece “Pedro já voltou”. No caso de substantivos comuns não contáveis, também o uso do artigo antes destes substantivos ocorre, especialmente, na linguagem coloquial “Vá comprar o arroz, o feijão e o leite para sua irmã”.

Portanto, embora Keizer (2007) proponha que o critério para identificar o elemento restringido e seu restritivo seja distribucional, sendo aquele o primeiro elemento e este o segundo elemento da construção apositiva restritiva, acreditamos que a determinação das subclasses do elemento restringido e do seu restritivo, na aposição restritiva sem preposição, seja importante na identificação dos elementos que ocupam essas posições.

Em relação à ocorrência de construções apositivas restritivas com base nas subclasses do substantivo, trazemos, de nosso *corpus*, ocorrências de construções formadas por um elemento da subclasse do substantivo comum seguido de um elemento da subclasse do nome próprio, como as ocorrências de (20)-(29), como também, ocorrências formadas por um elemento da subclasse do substantivo comum contável seguido de um elemento da subclasse do substantivo comum não contável como de (30)-(33):

(20) [...] eu o surpreendi lendo atentamente uma pequena brochura de capa amarela, que
meu irmão Fernando tão amante dos livros quanto ele, recebera pelo serviço de
 reembolso postal, [...] (CAR-OLO);

(21) Eu fui jantar no *restaurante Pastasciuta* [...] (FLD);

a count noun; the distinguishing feature between the two elements being that the second element usually occurs without an article in other contexts, while the first element must have an article in other contexts. Thus the examples in (5) are acceptable as appositions, since the names Turandot and the substance noun seroglycerin are normally not preceded by a definite article; the expressions in (6), on the other hand, do not occur, since these constructions combine two class nouns. (KEIZER, 2007, p. 27)

- (22) [...] na *Rua Policarpo Quaresma* (FLD);
- (23) Por onde andara o romancista *José Cândido de Carvalho* (CAR-OLO);
- (24) Escritório, av. *Getúlio Vargas* - (ENLD);
- (25) [...] como fez o insigne professor *Bertolaso Stella* (LE-OLO);
- (26) Está esquecido do seu amigo *Benedito?* (PELLD);
- (27) [...] o nosso general *Anfitrião!* (TEGL);
- (28) Falando por mim e por delegação, também, de meu prezado companheiro e amigo *Ministro Adalberto Pereira dos Santos* (ME-OLO);
- (29) [...] casado com a própria mãe *Jocasta* (TEGL);
- (30) [...] pois a palavra "*presbíteros*" já em Xenofonte (LE-OLO);
- (31) E os termos *artista e artífice* (de *artifex*: o que faz a arte) mantêm hoje a milenar oposição de classe entre o trabalho intelectual e o trabalho manual (Ref);
- (32) A palavra latina *ars*, matriz do português arte, está na raiz do verbo *articular*, que denota a ação de fazer junturas entre as partes de um todo (Ref).
- (33) Sob o lema "*Desenvolvimento e Segurança*" e adotando uma estratégia que se fundamenta no caráter essencialmente integrado (OLO);

Como podemos perceber, em todas as ocorrências acima, independente de virem ou não seguidas de artigo, é o primeiro o elemento / o restringido (substantivo comum contável) que rege a relação morfossintática da construção apositiva restritiva. Como exemplo de ocorrências que deixam bastante clara nossa afirmação temos as ocorrências (21) e (33). Na ocorrência (21), por exemplo, "Eu fui jantar no *restaurante Pastasciuta*" podemos ver que, independente do nome do restaurante, sempre a palavra restaurante será do gênero masculino, dessa forma, o artigo que antecede a aposição restritiva virá no masculino. Já na ocorrência (33) "Sob o lema "*Desenvolvimento e Segurança*" [...]" independente de qual seja o lema, a palavra lema também virá sempre no masculino e, conseqüentemente, o artigo virá no masculino.

Nas ocorrências em que o elemento restritivo é um nome próprio, pode-se pensar que este é o substantivo que rege a relação morfossintática, contudo um nome próprio não traz informação de gênero, mas, sim, supre o Ouvinte com a informação semântica sobre o referente intencional, no nosso caso, o sexo. Julgamos, assim, que a informação sobre o sexo pode até influenciar na escolha do elemento restringido (*professor / professora; irmão / irmã*), mas esse processo deve ocorrer durante a Formulação e, não, no processo de Codificação. Por conseguinte, nas ocorrências como em (25) "[...] como fez o insigne professor *Bertolaso Stella*" é o substantivo comum, *professor*, que determina o gênero e número do artigo que

antecede a aposição restritiva. Já na aposição restritiva da ocorrência (28), o elemento restringindo *Ministro* é o regente dessa construção “[...] *meu prezado companheiro e amigo Ministro Adalberto Pereira dos Santos*”, dessa forma, todos os seus modificadores (*meu, prezado, companheiro, amigo*) estão no singular e no masculino.

5.2.3.2 A aposição restritiva no português brasileiro e as construções assemelhadas

No capítulo IV, vimos que Keizer (2007, p. 30) considera a análise da omissão sintática importante para determinar o comportamento interno das aposições em inglês, podendo até mesmo definir o núcleo dessa aposição. No português brasileiro, essa análise é importante especialmente para diferenciar uma aposição restritiva de construções assemelhadas. Para deixar mais claro, analisamos a seguinte ocorrência de aposição restritiva *o romancista José Cândido de Carvalho*:

- (34) Contudo, muitas vezes me perguntava, numa curiosidade feita de velada esperança: “Por onde andara *o romancista José Cândido de Carvalho*? Estará escrevendo novo romance?”. Um dia, em circunstâncias que são do conhecimento de muitos dos que aqui se encontram, e que *o meu saudoso Marques Rebelo* relatou no discurso com que me recebeu nesta Casa, deixei minha terra natal e vim para o Rio, com armas e bagagem - ainda que bem fracas fossem essas armas para a luta na grande cidade, e a bagagem se reduzisse a um livro, *Cascalho*, meu romance de estréia.
- [...]
- E eu me perguntei, perguntando ao mesmo tempo aos canaviais, que indiferentes e solitários se estendiam até o horizonte: “Por onde anda *José Cândido*? Que é feito do *romancista* de Olha para o céu, Frederico!” [...].(Orat- CAR-OLO)

No trecho acima, a aposição restritiva *o romancista José Cândido de Carvalho* é retomada, em contextos diferentes, pelos elementos *José Cândido* (Por onde andar José Cândido) e *romancista* (Que é feito do romancista [...]). Nesses dois casos, *José Cândido* e *romancista* referem-se à mesma entidade *o romancista José Cândido de Carvalho*. Portanto, podemos retomar uma aposição restritiva no português brasileiro, citando apenas um de seus elementos constituintes.

Esse comportamento não é possível com as construções do tipo substantivo + modificador⁹². Por exemplo, em “*o meu saudoso Marques Rebelo*”, o substantivo próprio *Marques Rebelo* pode ser citado mais adiante no texto sem o seu modificador *saudoso*, retomando a aposição restritiva da qual faz parte. No entanto, o modificador *saudoso*, isolado de seu núcleo, não pode retomar o sintagma nominal do qual faz parte: * [...] saudoso estava esperando *o romancista José Cândido de Carvalho*.

Para finalizar nossa análise no Nível Morfossintático, fizemos a formalização de algumas das nossas ocorrências tanto no Nível Representacional como no Nível Morfossintático. Nossa intenção foi contrastar, com a ajuda da formalização, o comportamento dos elementos que constituem uma construção apositiva restritiva com o comportamento dos elementos que constituem uma construção do tipo substantivo mais modificador. Vejamos a seguir⁹³:

- (35) [...] ele fazendo uma cartilha escolar, de colaboração com *o meu inesquecível amigo Marques Rebelo* (CAR-OLO)
 NR: (x_i : [(f_i : amigo (f_i)): (f_j : inesquecível (f_j)): (x_j : eu (x_j))_{Pos}⁹⁴ (x_i)] (x_k : [Marques Rebelo (x_k)])
 NM: (Np_i: [(Gw_i: o (Gw_i)) (Gw_j: meu) (Ap_i: (Aw_i: inesquecível)) (Nw_j: amigo) (Nw_j: Marques Rebelo)] Np_i)

As formalizações das nossas ocorrências, no Nível Representacional (NR), dão-nos as seguintes informações:

- a) o artigo, operador de definitude, é representado o Nível Interpessoal, mas não no Nível Representacional;
- b) a categoria semântica de *amigo* é de Indivíduo (x_i), pois pode ser localizada no espaço e pode ser avaliada em termos de sua existência, contudo, por não se tratar de um nome próprio, tem Propriedade;

⁹² O termo modificador é usado por Keizer (2007, p. 83) para denominar as palavras da classe dos adjetivos que numa análise, com base nas gramáticas tradicionais, terão a função de adjuntos adnominais.

⁹³ Os colchetes, numa representação da GDF, são usados para manter juntos os elementos que não estão em uma relação hierárquica em relação a outro, ou seja, estão na mesma camada, mas juntos estão subordinados hierarquicamente a uma camada maior. Observamos que a hierarquia tratada pela GDF ocorre entre camadas.

⁹⁴ Na formalização dos pronomes possessivos, na GDF, no nosso caso, o pronome *meu*, deve-se ter o cuidado de mostrar a sua co-indexação à pessoa do discurso, daí, embora esse pronome seja, no Nível Morfossintático, uma Palavra Gramatical (Gw), no Nível Interpessoal ele está ligado à primeira pessoa do discurso (eu), portanto, um ato referencial, e, conseqüentemente, no Nível Semântico sua co-indexação com um ato referencial deve ser levada em conta e, assim, deverá ser formalizado como um Indivíduo (x), embora neste nível ele seja apenas um modificador.

- c) a categoria semântica de *inesquecível* é de Propriedade (f_j), ou seja, uma entidade de ordem zero. Essa categoria não pode ser avaliada em termos de sua existência, uma vez que é construída com base no predicativo. O elemento *inesquecível* tem a peculiaridade de se localizar logo à direita do Indivíduo (x_i) *amigo*, depois dos dois pontos, indicando que a informação trazida por aquele termo é de modificação;
- d) a categoria semântica de *meu* é de Indivíduo (x_j : eu (x_j)) devido a sua relação estreita com o pronome pessoal *eu*, no entanto, por ser um modificador do NR (estratégia lexical), fica também à direita do Indivíduo (x_i) *amigo*, o qual é modificado pelo pronome;
- e) a categorização semântica de *Marques Rebelo* é de Indivíduo (x_k) e este, pelo fato de ser um nome próprio, não apresenta Propriedade. Deve-se salientar que a relação semântica entre *amigo* e *Marques Rebelo* é de restrição.

As informações trazidas pelas formalizações Nível Morfossintático (NM) já são as seguintes:

- a) há um único Sintagma Nominal (Np_i);
- b) há um artigo (Gw_i : o (Gw_i)) que tem seu escopo sobre todo o Sintagma Nominal (Np_i). Esse artigo é denominado, neste nível, de Palavra Gramatical e varia em gênero e número de acordo com o elemento regente das relações morfossintáticas;
- c) há um pronome possessivo (Gw_j : meu) no (Np_i) que é também uma Palavra Gramatical, variando, portanto, em gênero e número de acordo com o elemento regente das relações morfossintáticas;
- d) há um Sintagma Adjetival (Ap_i : (Aw_i : inesquecível)) que tem como núcleo uma Palavra Adjetival (Aw_i : inesquecível), ou seja, um modificador, no (Np_i). Essa Palavra Adjetival varia em número de acordo com o elemento regente das relações morfossintáticas;
- e) há a Palavra Substantiva (Nw_i : amigo) que é o elemento regente das relações morfossintáticas no Nível Morfossintático;
- f) há a Palavra Substantiva (Nw_j : Marques Rebelo) que é o elemento que não sofre nem influencia as relações morfossintáticas da aposição restritiva e se liga ao primeiro elemento, aquele que rege as relações morfossintáticas da

aposição, não havendo entre estes elementos, portanto, uma relação morfossintática de dependência.

(36) [...] festejado nas colunas do *jornal literário Dom Casmurro* (CAR-OLO).

NR: (x_i : [(f_i : jornal (f_i): (f_j : literário (f_j)) (x_i))] (x_j : [Dom Casmurro (x_j)])

NM: (Np_i : [(Gw_i : o (Gw_i)) (Nw_i : jornal) (Ap_i : (Aw_i : literário)) (Nw_j : Dom Casmurro)] Np_i)

As formalizações no Nível Representacional (NR) dão-nos as seguintes informações:

- a) o artigo, operador de definitude, é representado o Nível Interpessoal, mas não no Nível Representacional;
- b) a categoria semântica de *jornal* é de Indivíduo (x_i), pois pode ser localizada no espaço e pode ser avaliada em termos de sua existência, contudo, por não se tratar de um nome próprio, tem Propriedade (f_i);
- c) a categoria semântica de *literário* é de Propriedade (f_j), ou seja, uma entidade de ordem zero, como já foi visto. O elemento *literário*, assim como o elemento *inesquecível* da ocorrência anterior, tem a peculiaridade de se localizar logo à direita do Indivíduo, nesse caso, *jornal*, depois dos dois pontos, indicando, dessa forma, que a informação trazida por aquele termo é de modificação;
- d) a categoria semântica de *Dom Casmurro* é de Indivíduo (x_j) e este, pelo fato de ser um nome próprio, não apresenta Propriedade. Deve-se salientar, assim como fizemos na análise anterior, que a relação semântica entre *jornal* e *Dom Casmurro* é de restrição.

As informações trazidas pelas formalizações do Nível Morfossintático (NM) são as seguintes:

- a) há um único Sintagma Nominal (Np_i);
- b) há um artigo (Gw_i : o (Gw_i)) que tem seu escopo sobre todo o Sintagma Nominal (Np_i). Esse artigo é denominado neste nível de Palavra Gramatical e varia em gênero e número de acordo com o elemento regente das relações morfossintáticas;
- c) há a Palavra Substantiva (Nw_i : jornal) no (Np_i) que é o elemento regente das relações morfossintáticas;

- d) há um Sintagma Adjetival (Ap_i : (Aw_i : literário)) que tem como núcleo uma Palavra Adjetival (Aw_i : literário), ou seja, um modificador, no (Np_i). Essa Palavra Adjetival varia em gênero e número de acordo com o elemento regente das relações morfossintáticas;
- e) há a Palavra Substantiva (Nw_j : Dom Casmurro) que é o elemento que não sofre nem influencia as relações morfossintáticas da aposição restritiva e se liga ao primeiro elemento, aquele que rege as relações morfossintáticas da aposição, não havendo entre estes elementos, portanto, uma relação morfossintática de dependência.

(37) A *palavra latina ars*, matriz do português arte, está na raiz do verbo articular, que denota a ação de fazer junturas entre as partes de um todo (Ref).

NR: (x_i : [(f_i : palavra (f_i): (f_j : latina (f_j) (x_i))] (Nw_i : [ars (Nw_i))

NM: (Np_i : [(Gw_i : a (Gw_i))] (Nw_i : palavra) (Ap_i : (Aw_i : latina)) (Nw_j : ars)] Np_i)

As formalizações no Nível Representacional (NR) dão-nos as seguintes informações:

- a) o artigo, operador de definitude, é representado no Nível Interpessoal, mas não no Nível Representacional;
- b) a categoria semântica de *palavra* é de Indivíduo (x_i) com Propriedade (f_i);
- c) a categoria semântica de *latina* é de Propriedade (f_j) e a sua posição é logo à direita da Propriedade *palavra* (f_i), depois dos dois pontos, indicando que a informação dada por *latina*, como já vimos nas outras ocorrências com propriedades nessa posição, é de modificação do núcleo, no caso, a Propriedade *palavra* (f_i);
- d) a categoria semântica, com denotação linguística, de *ars* é de Palavra Substantiva (Nw_i).

As informações trazidas pelas formalizações Nível Morfossintático já são as seguintes:

- a) há um único Sintagma Nominal (Np_i);
- b) há um artigo (Gw_i : a (Gw_i)) que tem seu escopo sobre todo o Sintagma Nominal (Np_i). Esse artigo é denominado neste nível de Palavra Gramatical (Gw) e varia em gênero e número de acordo com o elemento regente das relações morfossintáticas;

- c) há a Palavra Substantiva (Nw_i : palavra) que é o elemento regente das relações morfossintáticas no Nível Morfossintático;
- d) há um Sintagma Adjetival (Ap_i : (Aw_i : latina)) que tem como núcleo uma Palavra Adjetival (Ap_i : latina), ou seja, um modificador. Essa Palavra Adjetival varia em gênero e número de acordo com o elemento regente das relações morfossintáticas;
- e) há a Palavra Substantiva (Nw_j : ars) que é o elemento que não sofre nem influencia as relações morfossintáticas da construção apositiva restritiva e se liga ao primeiro elemento, aquele que rege as relações morfossintáticas da aposição, não havendo entre estes elementos, portanto, uma relação morfossintática de dependência.

Em resumo, podemos dizer que, dentro do Nível Representacional, a representação da relação de modificação que acontece entre o primeiro elemento e um elemento que, geralmente, está posposto a ele na construção é formalizada dentro de uma única categoria semântica de primeira ordem, no nosso caso, (x_i). Dentro dessa categoria, a Propriedade (f_i) tem, como seu modificador, outra Propriedade (f_j) (*inesquecível, literário, latina*) e/ou um pronome possessivo como em (*meu*) (x_j : eu (x_j))_{Pos}, daí se posicionarem à direita da Propriedade (f_i) / núcleo:

(38) (x_i : [(f_i : amigo (f_i)): (f_j : inesquecível (f_j)): (x_j : eu (x_j))_{Pos} (x_i)])

(39) (x_i : [(f_i : jornal (f_i)): (f_j : literário (f_j)) (x_i)])

(40) (x_i : [(f_i : palavra (f_i)): (f_j : latina (f_j)) (x_i)])

Analisando a formalização no Nível Morfossintático das construções com substantivo mais modificador, percebemos que o substantivo Nw_i (*amigo, jornal, palavra*)⁹⁵ rege o número e gênero da Palavra Adjetivo Aw_i (*inesquecível, literário, latina*), como também, o número e o gênero do artigo Gw_i (*o/a*) e do pronome possessivo (Gw_j (*meu*)) na ocorrência em que este está presente. Concluimos também que todos os elementos regidos são Palavras Gramaticais ou Palavras Adjetivas:

(41) (Np_i : [(Gw_i : o (Gw_i)) (Gw_j : meu) (Ap_i : (Aw_i : inesquecível) (Nw_i : amigo))] Np_i)

(42) (Np_i : [(Gw_i : o (Gw_i)) (Nw_i : jornal) (Ap_i : (Aw_i : literário))] Np_i)

(43) (Np_i: [(Gw_i: a (Gw_i))] (Nw_i: palavra) (Ap_i: (Aw_i: latina)) (Nw_j: ars)] Np_i)

Observamos também que, em exemplos de sintagmas nominais como “a espada arma” ou “o vagão veículo”, não temos uma aposição restritiva, pois, numa análise morfossintática, os primeiros elementos da subclasse dos substantivos comuns, no caso, *espada* e *vagão*, exercem influência, respectivamente, sobre os segundos elementos da subclasse dos substantivos comuns que os precede - *arma*, *veículo*. Esses, portanto, variam em número de acordo com o número do primeiro substantivo (*as espadas armas / os vagões veículos*), pois, nas construções, comportam-se como adjetivos, havendo, assim, uma relação semântica de modificação entre esses elementos, ou seja, uma relação de total dependência.

Os elementos que formam as aposições restritivas, a seguir, estão marcados por nós, no Nível Representacional, da seguinte forma: elemento restringido (núcleo), sublinhado; elemento restritivo, em itálico. Concluimos, inicialmente, a partir das formalizações abaixo, no Nível Representacional, que os elementos que formam a aposição restritiva podem ser representados pela categoria semântica Indivíduo: (x_i) / (x_k); (x_i), com exceção do elemento restritivo de categoria semântica Palavra Substantiva (Nw_i), na ocorrência (46). Outra conclusão a que chegamos foi que, nessas formalizações, os elementos restringidos (núcleos) apresentam Propriedade (f) e os elementos restritivos não apresentam Propriedade (f):

(44) (x_i: [(f_i: amigo (f_i): (f_j: inesquecível (f_j): (x_j: eu (x_j))_{Pos} (x_i))] (x_k: [*Marques Rebelo* (x_k)])

(45) (x_i: [(f_i: jornal (f_i): (f_j: literário (f_j) (x_i))] (x_j: [*Dom Casmurro* (x_j)])

(46) (x_i: [(f_i: palavra (f_i): (f_j: latina (f_j) (x_i))] (Nw_i: (Nw_i))

Já no Nível Morfossintático, as aposições restritivas do português brasileiro encontradas em nosso *corpus* apresentam o elemento que rege as relações morfossintáticas como pertencente à subclasse morfológica substantivo comum contável: *amigo*, formalização (44), *jornal*, formalização (45) e *palavra*, formalização (46).

Em relação ao elemento que não rege as relações morfossintáticas nem é influenciado por estas relações, dentro de uma aposição restritiva, este pode fazer parte da subclasse morfológica do substantivo próprio, *Marques Rebelo*, formalização (44), *Dom Casmurro*, formalização (45); ou da subclasse morfológica do substantivo comum não contável, *ars*, formalização (46). Portanto, a subclasse do elemento que rege as relações morfossintáticas é diferente da subclasse do elemento que não rege nem é influenciado por

estas relações dentro de uma aposição restritiva. Além disso, todos esses elementos são formalizados como Palavra Substantiva (Nw):

(47) NM: (Np_i: [(Gw_i: o (Gw_i)) (Gw_j: meu) (Ap_i: (Aw_i: inesquecível) (Nw_i: amigo) (Nw_j: Marques Rebelo)] Np_i)

(48) NM: (Np_i: [(Gw_i : o (Gw_i)) (Nw_i: jornal) (Ap_i: (Aw_i: literário) (Nw_j: Dom Casmurro)] Np_i)

(49) NM: (Np_i: [(Gw_i: a (Gw_i))] (Nw_i: palavra) (Ap_i: (Aw_i: latina)) (Nw_j: ars)] Np_i)

Outra conclusão a que chegamos é que não se estabelece entre os dois elementos principais da aposição restritiva uma relação de dependência morfossintática.

5.3 Análise das funções discursivas das aposições restritivas

Com base na análise de Keizer (2005, p. 449) das aposições restritivas da língua inglesa, consideramos, na análise de nossas aposições restritivas no português brasileiro, as seguintes funções discursivas: Identificação por meio de uma informação mais específica (*uso funcionalmente identificador*), Identificação por meio de uma descrição (*uso descritivamente identificador*), Identificação contextualmente nova (*uso apresentativo*) e Identificação por contraste de propriedades ou papéis diferentes (*uso contrastivo*).

A função discursiva *uso funcionalmente identificador* ocorre, segundo Keizer (2005, p. 449-451), quando as informações fornecidas pelo elemento descritivo ou elemento restringido (núcleo) da aposição serve para indicar ao Ouvinte que o elemento singularmente definido não está sendo usado na sua função original ou prototípica, ou seja, não há o uso real e comum da palavra, e, sim, o seu uso como objeto de menção:

À primeira vista, essas construções podem parecer redundantes, uma vez que pode ser assumido que todos nós sabemos que "quatro" é um número, "azul" uma cor e 'Algernon' um nome, não parece haver razão para adicionar um elemento declarando explicitamente esta informação. Um olhar mais atento a esses exemplos, no entanto, mostra que essa redundância aparente se justifica, uma vez que, em todas essas frases, o elemento que denota exclusividade (quatro, azul, E., Algernon, cair fora) não aparece em sua função prototípica. Assim, números cardinais são normalmente usados como quantificadores, não como substantivos. O mesmo, claro, acontece com as cores, que são tipicamente utilizadas como adjectivos; com as letras, que não funcionam normalmente como substantivos; com os nomes próprios, que são

normalmente utilizados para se referir a uma pessoa, em vez de ser usado como nome que é; e, similarmente, com os substantivos regulares, uma vez que estes são normalmente utilizados para se referir a alguma outra entidade, não a si mesmos.⁹⁶

Vejamos as nossas ocorrências abaixo:

- (50) E aqui a palavra "judeus" é empregada por João [...] (LE-OLO);
- (51) [...] sim, pois a palavra "presbíteros" já em Xenofonte era usada não apenas no sentido de "anciãos", mas também de "os mais habilitados" (LE-OLO);
- (52) A palavra latina *ars*, matriz do português arte, está na raiz do verbo articular, que denota a ação de fazer juntas entre as partes de um todo (Ref);
- (53) A palavra latina *ars*, matriz do português arte, está na raiz do verbo *articular*, que denota a ação de fazer juntas entre as partes de um todo (Ref);
- (54) Sob o lema "*Desenvolvimento e Segurança*" e adotando uma estratégia que se fundamenta no caráter essencialmente integrado (ME-OLO).

Essas ocorrências ilustram bem a função discursiva *uso funcionalmente identificador*, pois as aposições restritivas trazidas por elas são exemplos de metalinguagem. Concluimos isso, pois as ocorrências apresentam o seu elemento restritivo com uma designação linguística, que não varia com o contexto, dessa forma esses elementos não estão sendo usadas em sua função prototípica.

Devemos salientar que devido a sua construção com base na metalinguagem, essas aposições restritivas apresentam um reflexo do Nível Morfossintático no Nível Representacional, reflexo este representado pela categoria Palavra Substantiva (Nw), componente do Nível Morfossintático.

Com relação à estrutura morfossintática das aposições restritivas que apresentam essa função, essa, de acordo com as ocorrências, é constituída por substantivos comuns, sendo que o primeiro elemento da estrutura é um substantivo comum contável e o segundo, um substantivo comum não contável.

⁹⁶ *At first sight these constructions may seem redundant: since we can all be assumed to know that 'four' is a number, 'blue' a colour and 'Algernon' a name, there seems no reason to add an element explicitly stating this information. A closer look at these examples, however, shows that this apparent redundancy is justified, since in all of these sentences the uniquely denoting element (four, blue, E., Algernon, drop-out) does not appear in its prototypical function. Thus cardinal numbers are typically used as quantifiers, not as nouns. The same is, of course, true for colours, which are typically used as adjectives; for letters, which do not normally function as nouns; for proper names, which are normally used to refer to a person rather than to the name itself; and similarly for regular nouns, as these are typically used to refer to some other entity, not to themselves.*

Considerada por Keizer (2005, p. 453) a função discursiva mais provavelmente comum entre as construções apositivas restritivas, o *uso descritivamente identificador* caracteriza-se por ocorrer quando o elemento descritivo, no caso, o elemento restringido da aposição restritiva, fornece informações que permitem ao Ouvinte ancorar um referente (linguístico ou extralinguístico) na situação do discurso. Desta forma, as informações fornecidas pelo elemento restringido descritivo da aposição se destinam a evitar perguntas por parte do destinatário do tipo “quem é Ele / Ela?” ou “fale mais sobre ele, ela”, e, se houver a omissão do nome próprio, elemento restritivo, é provável que possa haver uma pergunta sobre o nome da pessoa em questão:

O *uso descritivamente identificador* é provavelmente a relação mais comum das aposições restritivas. O termo, como, aliás, a própria noção, é tomada a partir Declerck (1988) na classificação de sentenças copulares. Nesse uso, o elemento descritivo fornece informações que permitem o ouvinte, para relacionar o referente da construção ao seu conhecimento básico, ancorar este referente (linguístico ou extralinguístico) na situação do discurso. Como tal, as informações fornecidas no elemento descritivo da aposição destina-se a evitar perguntas por parte do ouvinte como "Quem é ele / ela?" Ou "Diga-me mais sobre ele / ela".⁹⁷

No *corpus*, algumas das ocorrências de aposição restritivas que se enquadram no uso descritivamente identificador são as seguintes:

- (55) Gostaria de destacar neste instante que, na última segunda-feira, em São Paulo, estando presente o *Senador Albano Franco* e o Secretário-Executivo do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Dr. Luís Antônio, ouvimos dos dirigentes empresariais a manifestação de expectativa quanto às reformas que seriam procedidas [...]. (FOR-O);
- (56) Mas, a segunda lição deste milagre é que todos têm a revelação de Deus, uns mais, outro menos e nós, pela graça de Deus, a temos de uma forma como ninguém mais a tem, pois, como fez o *insigne professor Bertolaso Stella*: "O Cristianismo, quando

⁹⁷ *The descriptively identifying use is probably the most common use of close appositions. The term, as indeed the notion itself, is taken from Declerck's (1988) classification of copular sentences. On this use, the descriptive element provides information which allows the hearer to relate the referent of the construction to his/her 'knowledge base' by anchoring this referent in the (linguistic or extra-linguistic) discourse situation. As such, the information provided in the descriptive element of the apposition is meant to forestall questions on the part of the hearer of the type 'Who is he/she?' or 'Tell me more about him/her'.*

comparado com outras religiões, nada tem a temer pois ele não é uma aurora, nem um sol poente; é sol a pino". (LE-OLO);

(57) Contudo, muitas vezes me perguntava, numa curiosidade feita de velada esperança: Por onde andara *o romancista José Cândido de Carvalho*? Estará escrevendo novo romance? (CAR-OLO);

(58) [...] Entre esses, devem-se contar as orações costumeiras durante *o mês de maio*, em homenagem à Virgem Santíssima Mãe de Deus (MA-LO);

(59) Não, seu bobo. Depois do nosso encontro. Eu fui jantar no *restaurante Pastasciuta* e cada casal que entrava, eu jurava que era você acompanhado de uma moça. (FLD);

(60) [...] há seis meses eu disse a Creonte: “Dá-me cem homens e atirarei os teleboanos dentro do *mar Jônico*”. Ele não quis. (TEGL);

(61) Benedito: Estava de longe? Onde foi que você viu Mateus?

Marieta: Na rua.

Benedito: Tangendo o novilho?

Marieta: Sim, como quem ia para a casa do *Doutor*⁹⁸ *Abdias*, na estrada do Teixeira!

Benedito: Calma! Se foi assim como Marieta disse, foi na *Rua Grande*. Como é que você viu Mateus de longe, se a rua é estreita, João? [...]. (PELLD).

Estamos considerando que essas ocorrências enquadram-se nessa função discursiva, uma vez que as suas aposições restritivas apresentam, como elemento restritivo, um substantivo próprio, mais especificamente, um nome de pessoa como em *Albano Franco* (ocorrência 55), *Bertolaso Stella* (ocorrência 56), *José Cândido de Carvalho* (ocorrência 57), *Abdias* (ocorrência 61) e, como elemento restringido descritivo, um substantivo que nos dá informações sobre o que fazem essas pessoas, pois esse elemento restringido descritivo, *Senador* (ocorrência 55), *insigne professor* (ocorrência 56), *romancista* (ocorrência 57) e *Doutor* (ocorrência 61), denota uma ocupação, papel ou função da pessoa, ancorando o elemento restritivo e vinculando-o ao discurso anterior.

Já as ocorrências (58), (59), (60) e também (61), embora não tragam informação sobre uma pessoa, sua função, papel na sociedade, enquadram-se nessa função, pois o seu

⁹⁸ Nogueira (1999, p. 12) chama-nos a atenção ao fato de que há um caráter gradual na determinação da posição, ou seja, num contexto, não muito bem especificado, um termo como *doutor* pode ser considerado uma fronteira com títulos de tratamento. Na ocorrência que trabalhamos, entendemos não se trata de um título, mas sim de uma designação da profissão, pois outros personagens do texto apresentam também apresentam o seu nome antecedido por uma palavra que designa uma profissão: “*Padre Antônio*, disseram aqui que o senhor vai testemunhar contra mim! O que ha’, *Cabo Rangel*, é que meu *vaqueiro Mateus*, irmão desse sujeito, me roubou um novilho e eu vim dar queixa.”.

elemento restringido traz uma informação que é compartilhada por qualquer falante de língua portuguesa (*mês, restaurante, mar e rua*) e está informação ancora o elemento restritivo no discurso (*maio, Pastasciuta, Jônico e Grande*).

Com já foi dito no capítulo IV, a função discursiva denominada *uso apresentativo* é definida por Keizer (2005, p. 460) como sendo um uso em que o elemento restringido descritivo, assim como na função anterior *uso descritivamente identificador*, fornece informações relevantes sobre o elemento restritivo recentemente introduzido. No entanto, diferente das aposições que apresentam a função discursiva anterior, a informação dada pelo elemento restringido descritivo, na função discursiva, não vincula o elemento restritivo ao discurso anterior, por conta disso, o elemento restringido descritivo, na função discursiva *uso apresentativo*, não pode ser antecedido por um pronome possessivo, uma vez que este pronome sempre estaria se referindo a uma informação já dada no discurso:

O uso apresentativo nas aposições restritivas está intimamente relacionado com o uso descritivamente identificador. Mais uma vez a informação descritiva é dada para facilitar ou fazer o processo de identificação mais completa. Na função uso apresentativo, no entanto, esta informação descritiva dada não vincula o nome ou faz referência ao discurso anterior, mas, em vez disso, fornece informações relevantes sobre um referente recém introduzido. Esta função, portanto, difere do uso descritivamente identificador no estado pragmático do elemento descritivo: enquanto no uso descritivamente identificador esse elemento contém informações constantes ou inferidas a partir do contexto, no uso apresentativo as informações fornecidas, como já foi dito, são contextualmente novas.

[...]

Construções com um primeiro elemento contendo um pronome possessivo não apresentam um uso introdutório, uma vez que o pronome sempre vai fazer referência, no discurso, à propriedade denotada no primeiro elemento.⁹⁹

Vejamos abaixo algumas das ocorrências do nosso *corpus* que apresentam essa função discursiva:

- (62) Às vezes eu lhe perguntava se gostara do livro que acabara de ler, não raro um sucesso do momento, festejado nas colunas do *jornal literário Dom Casmurro*, que episodicamente chegava a Andaraí (CAR-OLO);

⁹⁹ *The introductory use of close appositions is closely related to the descriptively identifying use. Once again the descriptive information is given to facilitate identification or make the identification process more complete. On the introductory use, however, this descriptive information given does not link the name or referent to the previous discourse, but instead provides relevant background information about a newly introduced referent. This use therefore differs from the descriptively identifying use in the pragmatic status of the descriptive element: whereas in the descriptively identifying use this elemento contains information given in or inferable from the context, in the introductory it provides contextually new information.*

[...]

Constructions with a first element containing a possessive pronoun cannot have an introductory use, since the pronoun will Always relate the property denoted in the first element to the discourse.

- (63) A colônia estendia-se mais para o norte do que atualmente, até a embocadura do rio Congo, mas o estabelecimento português na foz do grande rio foi progressivamente reduzido, constituindo, agora, *o enclave de Cabinda* (CAN);
- (64) Tião: [...] uma porção de artista, uns caras correndo de lá prá cá, o diretor da fita de boina na cabeça... de repente, o cara de boina me chama... eu fui, né... ele mandou eu andar na frente da máquina e dizer: "Que beleza". E eu disse.
[...]
Romana: E quanto tu ganhou?
Tião: O que eu ganhei? (tira um cartão do bolso) Esse cartão! - *Cineasta Antônio Di Rocca* - Escritório, av. Getúlio Vargas [...]. (ENLD).

Julgamos as aposições restritivas acima como apresentando a função discursiva *uso apresentativo*, pois os elementos restringidos descritivos *jornal* (ocorrência 29), *enclave* (ocorrência 30) e *cineasta* (ocorrência 31), não só fornecem informações relevantes sobre o elemento restritivo, como também não têm o elemento restringido descritivo antecedido por outro que poderia vincular a referência do primeiro elemento da aposição restritiva no discurso, como o pronome possessivo.

A última função discursiva proposta por Keizer (2005, p. 462) é o *uso contrastivo*. Nessa função, as informações do elemento restringido descritivo são usadas para distinguir, através do contraste, dois referentes pertencentes a duas aposições restritivas diferentes. Esse constrato, segundo a autora, pode ser de três tipos:

- a) o contraste entre duas entidades do mesmo tipo;
- b) o contraste entre as entidades de um tipo diferente, em que um nome, propriamente dito, distingue-se do nome de uma pessoa;
- c) o contraste caracterizado pelo fato de que as duas construções parecem referir-se à mesma entidade (pessoa), contrastando propriedades (papéis) diferentes dessa pessoa.

No nosso *corpus*, não encontramos nenhuma ocorrência que apresenta essa função, no entanto, nós encontramos um exemplo na reportagem "Meu livro ajuda a explicar o fenômeno Roberto Carlos", de Graziela Salomão, da revista *Época* publicada em 12/12/2006:

- (65) *O cantor Roberto Carlos* ficou irritado com o livro **Roberto Carlos em Detalhes**, que conta a sua história, e afirmou que pode processar o autor, o historiador Paulo César de Araújo. O

rei disse estar incomodado com "inverdades, que ofendem a mim e a pessoas queridas, expostas ao ridículo".

[...]

Em entrevista à *Época Online*, Araújo se defende: "Meu livro é uma reflexão sobre o trabalho do artista e ajuda a explicar o *fenômeno Roberto Carlos*" [...].

Consideramos que as passagens acima trazem o contraste caracterizado pelo fato de que as duas construções parecem referir-se à mesma entidade (pessoa), contrastando propriedades (papéis) diferentes desta pessoa, ou seja, as propriedades ou papéis do *fenômeno Roberto Carlos* são considerados pelo historiador como algo de domínio público, pois os acontecimentos que estão ligados a esse fenômeno influenciaram não só a música brasileira como também a vida daqueles que são ou eram seus fãs. Portanto, acaba se criando uma ruptura contrastiva entre o *cantor Roberto Carlos*, aquele que foi à justiça reclamar, e o *fenômeno Roberto Carlos*.

A estrutura morfossintática dessas duas posições restritivas em contraste pode apresentar como classes morfológicas dos elementos que as constituem a subclasse dos substantivos comuns contáveis (elemento restringido descritivo) e a subclasse dos substantivos próprios (elemento restritivo).

Na seção seguinte, concluímos a nossa análise com as funções discursivas das posições restritivas com ou sem preposição no português brasileiro fazendo uma análise dessas posições de acordo com as funções discursivas sugeridas por Keizer na análise das posições restritivas na língua inglesa: *uso funcionalmente identificador*, *uso descritivamente identificador*, *uso apresentativo* e *uso contrastivo*.

A função discursiva *uso funcionalmente identificador* foi a função típica das posições restritivas do português brasileiro escrito contemporâneo que são construídas com base na metalinguagem. É necessário explicar ainda que, por conta da metalinguagem, no Nível Representacional, na formalização dessas construções, como vimos anteriormente, verificamos que há um reflexo do Nível Morfossintático, reflexo este representado pela categoria Palavra Substantiva (Nw), componente do Nível Morfossintático. Com relação à estrutura morfossintática dessas posições, esta é constituída por substantivos comuns, sendo que o primeiro elemento da estrutura é um substantivo comum contável e o segundo, um substantivo comum não contável.

As características das posições restritivas que se enquadram na função discursiva *uso descritivamente identificador* são as seguintes: ter, como elementos constituintes, um

elemento restringido que é descritivo e pertence à classe morfológica dos substantivos comuns contáveis; esse elemento ter a função de ancorar o segundo elemento no discurso e vinculá-lo ao discurso anterior, designando a ocupação, papel ou função do nome próprio, elemento restritivo; e um elemento restritivo pertencer à classe morfológica dos substantivos próprios não contáveis.

Outra função discursiva identificada por nós foi a função de *uso apresentativo*. As posições restritivas que se enquadram nessa função compartilham com as posições restritivas com função discursiva *uso descritivamente identificador* a característica de apresentarem, em sua estrutura, o elemento restringido descritivo, portanto, responsável por fornecer informações relevantes sobre o elemento restritivo, recentemente introduzido. Contudo, diferente das posições que apresentam a função discursiva anterior, a informação dada pelo elemento restringido descritivo não vincula o elemento restritivo ao discurso anterior. A respeito de sua estrutura morfossintática, as posições restritivas com essa função discursiva podem apresentar como classes morfológicas dos elementos que as constituem a subclasse dos substantivos comuns contáveis (elemento restringido descritivo), a subclasse dos substantivos comuns não contáveis (elemento restritivo) e a subclasse dos substantivos próprios (elemento restritivo).

A última função discursiva identificada por nós é a *uso contrastivo*. Nessa função discursiva, as informações do elemento restringido são usadas para distinguir o elemento restritivo de uma posição do elemento restritivo de outra posição restritiva através do contraste. Esse constrato, segundo a autora, pode ser de três tipos: o contraste entre duas entidades do mesmo tipo; o contraste entre as entidades de um tipo diferente, em que um nome, propriamente dito, distingue-se do nome de uma pessoa; o contraste caracterizado pelo fato de que as duas construções parecem referir-se à mesma entidade (pessoa), contrastando propriedades (papéis) diferentes desta pessoa. Por não encontrarmos nenhuma ocorrência que apresentasse esse uso, fizemos uma pesquisa na internet e encontramos um exemplo em que o elemento restringido de uma posição restritiva contrasta com o elemento restringido de outra posição restritiva no mesmo contexto, pois, embora pareçam se referir à mesma entidade, designam propriedades, papéis diferentes.

A respeito da sua estrutura morfossintática, as posições restritivas com essa função discursiva podem apresentar como classes morfológicas dos elementos que as constituem a subclasse dos substantivos comuns contáveis (elemento restringido descritivo) e a subclasse dos substantivos próprios (elemento restritivo).

5.4 Síntese conclusiva

Começamos o capítulo descrevendo a metodologia de análise. Como já deixamos claro, essa não teve o intuito de quantificar dados, pois o nosso trabalho teve como meta entender o comportamento dos elementos que formam a aposição restritiva no português brasileiro escrito contemporâneo dentro de uma perspectiva funcionalista, mais especificamente à luz da Gramática Discursivo-Funcional, para podermos, em seguida, definir suas características pragmáticas, seus traços semânticos e suas propriedades formais, a fim de traçar os limites entre ela e as construções semelhantes, como as construções de adjunto adnominal.

Ao finalizarmos a seção sobre metodologia, passamos para a análise das ocorrências. No Nível Interpessoal, as aposições restritivas do português brasileiro encontradas em nosso *corpus* apresentaram os seguintes traços: construção formada por um Subato Referencial que, por sua vez, apresenta, no seu interior, os elementos principais da aposição formalizados como Subatos Atributivos, não podendo, por isso, ser correferenciais. O segundo Subato Atributivo apresenta a função pragmática de Foco dentro da construção, pois traz a informação nova; e a função de Tópico é desempenhada pelo primeiro elemento da aposição restritiva. Essa aposição pode ser marcada ou não pela definitude.

Já no Nível Representacional, as aposições restritivas foram caracterizadas como tendo seus elementos ligados por uma relação semântica de restrição do tipo: núcleo/restringido + restritivo. A respeito das categorias semânticas, as que se destacaram foram as de Indivíduo (x) e Lugar (l) com Propriedade (f), as de Indivíduo (x) e Lugar (l) sem Propriedade (f), e, nos casos de aposição restritiva com metalinguagem, tivemos o elemento restritivo caracterizado como uma Palavra Substantiva (Nw) sem Propriedade.

O Nível Morfossintático foi analisado em duas subseções. A primeira serviu-nos para definir, a partir das ocorrências, a classe e a subclasse dos elementos da aposição restritiva no português brasileiro. Concluímos que, no português brasileiro, a aposição restritiva é formada por elementos da classe dos substantivos, contudo, apresentam subclasses de substantivos diferentes: substantivo próprio, substantivo comum não contável e substantivo comum contável, sendo que o elemento que rege as relações morfossintáticas, ou seja, o primeiro elemento da construção, pertence à subclasse do substantivo comum contável, e o segundo elemento, aquele que não rege as funções morfossintáticas nem sofre influência dessas relações, pertence à subclasse do substantivo próprio ou do substantivo comum não contável.

Na segunda subseção, tratamos da análise da omissão sintática, por ser essa característica especialmente importante para diferenciar uma aposição restritiva de construções assemelhadas, como as formadas por um substantivo + modificador.

Para finalizar a segunda subseção, fizemos, com o apoio da formalização de ocorrências de aposição restritiva encontradas em nosso *corpus*, a diferença, nos níveis Representacional e Morfossintático, entre uma construção com substantivo seguido de modificador e uma construção apositiva restritiva no português brasileiro. Concluímos que, primeiramente, no Nível Representacional, a construção com modificador é caracterizada pela relação de dependência entre o elemento núcleo da construção e o seu modificador. Essa relação, portanto, é formalizada dentro de uma única categoria semântica de ordem maior que zero, como a categoria de Indivíduo (x) ou Lugar (l), cujo núcleo, uma Propriedade (f), relaciona-se de forma dependente com um modificador representado pela categoria Propriedade (f) e/ou com um pronome possessivo, como em $(x_j; \text{eu } (x_j))_{\text{Pos}}$. Esses elementos sempre se posicionam à direita da Propriedade (f), núcleo de uma categoria de ordem maior que zero.

No Nível Morfossintático, pudemos perceber que, numa construção morfossintática do tipo substantivo seguido de adjetivo, o substantivo é formalizado como uma Palavra Substantiva (Nw). Esse rege o número e o gênero do adjetivo, formalizado como Palavra Adjetiva (Aw_i), como também, o número e o gênero dos possíveis artigos e/ou pronomes possessivos, formalizados como Palavras Gramaticais, que podem aparecer neste tipo de construção.

Em relação aos elementos que formam as posições restritivas no português brasileiro em nosso *corpus*, cada uma apresenta a função semântica de propriedade e elas estão ligadas, semanticamente, pela relação de restrição, em que o primeiro elemento da aposição, o elemento restringido, no Nível Representacional, é formalizado pela categoria semântica de primeira ordem, como o Indivíduo (x), que apresenta Propriedade (f), e o segundo elemento, o elemento restritivo, também é formalizado como Indivíduo (x), mas sem Propriedade (f). A exceção que encontramos foram as posições restritivas com metalinguagem que apresentam o seu elemento restritivo categorizado como Palavra Substantiva (Nw), elemento componente do Nível Morfossintático, mas também não apresenta Propriedade (f).

No Nível Morfossintático, concluímos que, na aposição restritiva do português brasileiro, o elemento regente das relações morfossintáticas é o primeiro elemento da aposição

e este faz parte da subclasse morfológica dos substantivos comuns contáveis. Já o elemento que não rege as relações morfossintáticas nem é influenciado por elas pode fazer parte da subclasse morfológica dos substantivos próprios ou da subclasse dos substantivos comuns não contáveis. Além disso, consideramos que não há uma relação morfossintática de dependência entre o primeiro e o segundo elemento da aposição restritiva.

Na seção seguinte, concluímos a nossa análise com as funções discursivas das aposições restritivas com ou sem preposição no português brasileiro fazendo uma análise dessas aposições de acordo com as funções discursivas sugeridas por Keizer na análise das aposições restritivas na língua inglesa: *uso funcionalmente identificador*, *uso descritivamente identificador*, *uso apresentativo* e *uso contrastivo*.

A função discursiva *uso funcionalmente identificador* foi a função típica das aposições restritivas do português brasileiro escrito contemporâneo que são construídas com base na metalinguagem. É necessário explicar ainda que, por conta da metalinguagem, no Nível Representacional, na formalização dessas construções, como vimos anteriormente, verificamos que há um reflexo do Nível Morfossintático, reflexo este representado pela categoria Palavra Substantiva (Nw), componente do Nível Morfossintático. Com relação à estrutura morfossintática dessas aposições, esta é constituída por substantivos comuns, sendo que o primeiro elemento da estrutura é um substantivo comum contável e o segundo, um substantivo comum não contável.

As características das aposições restritivas que se enquadram na função discursiva *uso descritivamente identificador* são as seguintes: ter, como elementos constituintes, um elemento restringido que é descritivo e pertence à classe morfológica dos substantivos comuns contáveis; esse elemento ter a função de ancorar o segundo elemento no discurso e vinculá-lo ao discurso anterior, designando a ocupação, papel ou função do nome próprio, elemento restritivo; e um elemento restritivo pertencer à classe morfológica dos substantivos próprios não contáveis.

Outra função discursiva identificada por nós foi a função de *uso apresentativo*. As aposições restritivas que se enquadram nessa função compartilham com as aposições restritivas com função discursiva *uso descritivamente identificador* a característica de apresentarem, em sua estrutura, o elemento restringido descritivo, portanto, responsável por fornecer informações relevantes sobre o elemento restritivo, recentemente introduzido. Contudo, diferente das aposições que apresentam a função discursiva anterior, a informação dada pelo elemento restringido descritivo não vincula o elemento restritivo ao discurso

anterior. A respeito de sua estrutura morfossintática, as posições restritivas com essa função discursiva podem apresentar como classes morfológicas dos elementos que as constituem a subclasse dos substantivos comuns contáveis (elemento restringido descritivo), a subclasse dos substantivos comuns não contáveis (elemento restritivo) e a subclasse dos substantivos próprios (elemento restritivo).

A última função discursiva identificada por nós é a *uso contrastivo*. Nessa função discursiva, as informações do elemento restringido são usadas para distinguir o elemento restritivo de uma posição do elemento restritivo de outra posição restritiva através do contraste. Esse constrato, segundo a autora, pode ser de três tipos: o contraste entre duas entidades do mesmo tipo; o contraste entre as entidades de um tipo diferente, em que um nome, propriamente dito, distingue-se do nome de uma pessoa; o contraste caracterizado pelo fato de que as duas construções parecem referir-se à mesma entidade (pessoa), contrastando propriedades (papéis) diferentes desta pessoa. Por não encontrarmos nenhuma ocorrência que apresentasse esse uso, fizemos uma pesquisa na internet e encontramos um exemplo em que o elemento restringido de uma posição restritiva contrasta com o elemento restringido de outra posição restritiva no mesmo contexto, pois, embora pareçam se referir à mesma entidade, designam propriedades, papéis diferentes.

A respeito da sua estrutura morfossintática, as posições restritivas com essa função discursiva podem apresentar como classes morfológicas dos elementos que as constituem a subclasse dos substantivos comuns contáveis (elemento restringido descritivo) e a subclasse dos substantivos próprios (elemento restritivo).

6 A APOSIÇÃO RESTRITIVA NOMINAL COM PREPOSIÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO ESCRITO CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo, trabalhamos as posições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo que se caracterizam por apresentar uma estrutura contendo dois elementos nominais separados pela preposição *de*.

A análise dessas posições, assim como foi feito com a análise das posições restritivas sem preposição, foi dividida de acordo com os níveis Interpessoal, Representacional e Morfosintático do Componente Gramatical da GDF. Inicialmente, tratamos da análise no Nível Interpessoal.

6.1 Nível Interpessoal

As ocorrências de posições restritivas sem preposição do português brasileiro apresentaram, na análise do capítulo anterior, as seguintes características interpessoais:

- a) posição formada por um Subato de Referência que, por sua vez, apresenta, no seu interior, os elementos principais da posição formalizados como Subatos Atributivos, não podendo, por isso, ser correferenciais;
- b) posição cuja função pragmática de Foco é desempenhada pelo segundo elemento, por trazer a informação nova, sendo a função de Tópico desempenhada pelo primeiro elemento;
- c) posição marcada ou não pela definitude.

Com base nessas características, passamos a estudar as ocorrências de posição restritiva com preposição no português brasileiro para sabermos se tais características são também observadas. Para isso, fizemos a formalização de algumas ocorrências do *corpus*. Vejamos a seguir:

- (1) [...] Entre esses, devem-se contar as orações costumeiras durante *o mês de maio*, em homenagem à Virgem Santíssima Mãe de Deus (MA-LO)

o mês de maio

NI: +def (R₁: (T₁) (T₁))

- (2) A colônia estendia-se mais para o norte do que atualmente, até a embocadura do rio Congo, mas o estabelecimento português na foz do grande rio foi progressivamente reduzido, constituindo, agora, *o enclave de Cabinda* (CAN).

o enclave de Cabinda

NI: +def (R₁: (T₁ (T₁))

Com apoio da formalização acima para o Nível Interpessoal das posições restritivas com preposição, concluímos que essas posições apresentam, em sua estrutura, os mesmos Subatos das posições restritivas sem preposição, ou seja, essas posições trazem um único Subato Referencial (R), tendo este, no seu interior, os elementos principais da posição caracterizados como Subatos Atributivos, não podendo, por isso, ser correferenciais.

Com relação às funções pragmáticas, concluímos, no capítulo anterior, que é o segundo elemento da posição restritiva sem preposição no português brasileiro que traz a informação nova, Foco, e o primeiro elemento a informação dada, Tópico. Esse quadro não mudou na caracterização das posições restritivas com preposição. Por exemplo, na ocorrência (1), *o mês de maio*, a informação compartilhada (Tópico) com o Ouvinte é *mês*, e a informação nova (Foco), que restringe as possibilidades de interpretação do Tópico, é *maio*.

Com relação à questão da definitude, julgamos, mais uma vez, com o apoio da formalização das ocorrências trabalhadas e também com base nas características já observadas nessas posições, que as posições restritivas com preposição podem vir ou não com marcador de definitude.

Em nosso *corpus*, não encontramos ocorrências de posições restritivas com preposição não marcada pela definitude. No entanto, depois de algumas pesquisas feitas na internet, encontramos no site <https://www.vagalume.com.br/gabriel-selbmann/abril.html> a seguinte passagem:

- (3) Apesar da chuva, choro e todo o frio. Eu me lembro como foi *aquele mês de abril*.
Teus olhos negros toda vez que chora. Aquele amor que por rotina implora.

Nesta passagem, a posição restritiva com preposição traz como elemento introdutório o pronome demonstrativo *aquele*, que, de acordo com a GDF, é uma estratégia semântica, não é, portanto, uma marca de definitude. Esse pronome faz parte da posição restritiva indefinida *aquele mês de abril*, sendo regido morfossintaticamente pelo elemento restringido (núcleo) *mês* da posição restritiva com preposição.

6.2 Nível Representacional

No estudo do Nível Representacional das posições restritivas do português brasileiro, buscamos, inicialmente, a partir da análise de nossas ocorrências, definir qual relação semântica acontece entre os elementos (N_1 e N_2) que formam a estrutura da posição restritiva com preposição. Concluímos que essa relação é a mesma que ocorre entre os elementos (N_1 e N_2) que constituem a posição restritiva sem preposição, ou seja, a relação de interdependência, pois há uma relação de equivalência semântica entre os elementos que constituem a posição restritiva com preposição no português brasileiro. Nossa afirmação tem, mais uma vez, como um de seus argumentos o ponto de vista de Halliday (1985, p. 203). Segundo o linguista, a posição se enquadra no tipo de relação lógico-semântica de expansão por elaboração (que ele representa com “=”).

Outro argumento que sustenta a nossa posição tem como base o comportamento pragmático dos elementos principais da posição restritiva com preposição que é caracterizado por suas funções pragmáticas no Nível Interpessoal. Por exemplos, em *o mês de maio*, a posição restritiva com preposição tem o primeiro elemento, *mês*, como já vimos, responsável por trazer a informação compartilhada (Tópico) e o segundo elemento, *maio*, a informação nova (Foco).

No Nível Representacional, esse comportamento pragmático interfere diretamente na relação semântica entre os elementos que compõem a posição restritiva com preposição, pois essa relação não pode ser de dependência semântica, uma vez que cada um desses elementos possui a sua própria função pragmática como subato dentro da estrutura afirmativa. Em outras palavras, o primeiro elemento tem a função pragmática de Tópico no Nível Interpessoal e, conseqüentemente, é o elemento restringido/núcleo no Nível Representacional. Já o segundo elemento tem a função de Foco, sendo, então, o elemento restritivo no Nível Representacional:

- (4) [...] Entre esses, devem-se contar as orações costumeiras durante *o mês de maio*, em homenagem à Virgem Santíssima Mãe de Deus (MA-LO).

A partir dessas informações foi possível comparar as posições restritivas com preposição com estruturas assemelhadas, podendo estabelecer, assim, a diferença entre a relação de restrição e as relações de modificação, de meronímia e de complemento como fez Keizer (2007, p. 6):

- (1)
- a. o município *de* Islington
 - b. o princípio *da* uniformidade
 - c. o papel *do* presidente

Embora haja uma similaridade superficial, os exemplos em (1) são diferentes dos exemplos de (2) a (3), que são geralmente analisados como sendo construções que trazem o elemento principal (N₁) no lado esquerdo, contendo um sintagma preposicionado (Adpp (N₂)) modificando ou complementando o nome principal anterior.

- (2)
- a. um sinal *de* contentamento
 - b. um acumulador *de* livros / um colecionador de livros
 - c. um barco *de* fibras de vidro

- (3)
- a. o mosaico *de* Veneza
 - b. a capa *daquele* livro
 - c. o escritor *deste* livro
 - d. a produção *de* penicilina
 - e. os aplausos *da* multidão
 - f. uma imagem *de* mim (uma imagem minha) ¹⁰⁰

Observemos as nossas ocorrências a seguir:

(5) [...] pois as mais das vezes se reduz a *um jogo de palavras* ou a apreciação é puramente subjetiva que foge a qualquer controle ou verificação menos frouxa (MHLT);

(6) [...] que a maioria de suas composições consta de temas tirados de *livros de Dante, Byron, Shakespeare, Walter Scott* (MHLT).

Nas relações em que os elementos apresentam modificação, como acontece nas ocorrências (5) e (6), não é possível estabelecer funções pragmáticas diferentes para o núcleo (*jogo, livros*) e o seu modificador (*palavras, de Dante, Byron, Shakespeare, Walter Scott*), por

¹⁰⁰ (1)

- a. *the Borough of Islington*
- b. *the principle of uniformity*
- c. *the role of president*

Despite a superficial similarity, these constructions are different from those in (2)–(3), which are generally analysed as left-headed constructions, containing a prepositional of-phrase modifying or complementing the preceding head noun.

- (2)
- a. *sigh of contentment*
 - b. *a hoarder of books*
 - c. *a boat of fiberglass.*

- (3)
- a. *the mosaics of Venice*
 - b. *the cover of that book*
 - c. *the writer of this book*
 - d. *the production of penicillin*
 - e. *the cheering of the crowd*
 - f. *a picture of me*

conta da dependência semântica do modificador em relação ao seu núcleo. Daí que algumas construções com modificação podem mudar a sua estrutura morfosintática sem provocar prejuízo no conteúdo semântico: *noite de luar* / *noite enluarada*; *manhã de festa* / *manhã festiva*. Observemos que nos exemplos *noite enluarada* e *manhã festiva*, além da perda da preposição *de*, há um processo de adjetivação do segundo elemento, o modificador, que deixa de ser um substantivo (*luar* / *festa*) e passa a ser um adjetivo (*enluarada* / *festiva*).

Quanto à diferença estabelecida entre a aposição restritiva com preposição e a construção partitiva, podemos dizer que esta última construção é caracterizada pela presença de pronomes partitivos que marcam a relação semântica de meronímia ou parte-todo, como nas ocorrências a seguir:

- (7) E não sem motivo, *uma das primeiras críticas* que lhe é feita em Franca [...] (MHLT);
- (8) [...] vinham em negrito na capa da "Aspiração", a revista do Colégio Militar de que fui, quando menino, *um dos diretores*. (TA1-OLO);
- (9) [...] que *a maioria de suas composições* consta de temas tirados de livros de Dante, Byron, Shakespeare, Walter Scott (MHLT).

Dessa forma, além de tal estrutura não ser formada pelos elementos N_1 e N_2 , há uma relação semântica de dependência entre os elementos que a constituem.

Outro tipo de construção semelhante às construções apositivas restritivas com preposição que apresenta uma relação de dependência são as construções de complemento nominal:

- (10) O conceito de arte como *produção de um ser novo*, que se acrescenta aos fenômenos da natureza, conheceu alguns momentos fortes na cultura ocidental (REF).

Na ocorrência em (10), por exemplo, temos o complemento nominal *produção de um ser novo*, em que o significado *de um ser novo* apresenta uma relação de dependência semântica com o nome *produção*, e essa dependência semântica tem consequências na função sintática entre essas duas partes, pois, sintaticamente, *de um ser novo* é o complemento argumental de *produção*.

Quanto às categorias semânticas dos elementos que constituem as aposições restritivas com preposição, essas, em geral, são as mesmas encontradas nas aposições restritivas sem preposição: categorias de primeira ordem, como a categoria Indivíduo (x) e a

categoria Lugar (l); além da categoria de ordem zero, Propriedade (f). A única categoria que foi encontrada nas ocorrências de aposição restritivas com preposição e que não está presente em nenhuma das ocorrências de aposição restritivas sem preposição é a categoria Tempo (t). Vejamos as ocorrências abaixo:

- (11) [...] Entre esses, devem-se contar as orações costumeiras durante *o mês de maio*, em homenagem à Virgem Santíssima Mãe de Deus (MA-LO)

o mês de maio

NR: (t_i: [(f_i: mês (f_i)) (t_i)]) (t_j: [(f_j: maio (f_j) (t_j))])

- (12) A colônia estendia-se mais para o norte do que atualmente, até a embocadura do rio Congo, mas o estabelecimento português na foz do grande rio foi progressivamente reduzido, constituindo, agora, *o enclave de Cabinda* (CAN).

o enclave de Cabinda

NR: (l_i: [(f_i: enclave (f_i)) (l_i)]) (x_i: [Cabinda (x_i)])

Com a ajuda da análise, elencamos abaixo algumas informações do Nível Representacional (NR) que podem caracterizar as aposições restritivas com preposição em geral:

- a) o artigo, operador de definitude, quando antecede a aposição restritiva com preposição, é representado no Nível Interpessoal, mas não no Nível Representacional;
- b) a categoria semântica, nas aposições restritivas com preposição, pode ser de Tempo (t_i), como ocorre na ocorrência (11) *mês*, e pode ser de Lugar (l_i), como ocorre na ocorrência (12) *enclave*. Quando essas categorias caracterizam os primeiros elementos da construção apositiva restritiva com preposição, como ocorre com as ocorrências (11) e (12), apresentam Propriedade (f_i);
- c) a categoria semântica do segundo elemento, numa aposição restritiva com preposição, pode ser também de Tempo (t_j) com Propriedade (f_j), como acontece com a ocorrência (11), ou de Lugar (l_i) sem Propriedade (f_k), como acontece na ocorrência (12) *Cabinda*;
- d) a relação semântica entre o primeiro elemento (restringido) e o segundo elemento (restritivo) de uma aposição restritiva com preposição é de restrição,

com os dois elementos interdependentes, e a função semântica de cada um deles é de propriedade;

- e) a preposição *de*, que liga os elementos constituintes da aposição restritiva com preposição, não designa nenhuma informação semântica.

6.3 Nível Morfossintático

Na análise do Nível Morfossintático, primeiramente, tratamos das classes morfológicas a que pertencem os elementos principais da aposição restritiva com preposição.

Verificamos, com base em nossas observações, que as ocorrências de aposições restritivas com preposição encontradas no *corpus* dividem-se em dois tipos de construções morfossintáticas que são caracterizadas de acordo com a classe e a subclasse morfológica dos elementos principais que as compõem. Observemos as ocorrências a seguir:

- (13) [...] Entre esses, devem-se contar as orações costumeiras durante *o mês de maio*, em homenagem à Virgem Santíssima Mãe de Deus (MA-LO)

o mês de maio

NM: (Np_i: [(Gw_i: o (Gw_i)) (Nw_i: mês) (Adpp_i: (Adpw_i: de (Adpw_i) (Nw_j: maio) (Adpp_i)) Np_i)

- (14) A colônia estendia-se mais para o norte do que atualmente, até a embocadura do rio Congo, mas o estabelecimento português na foz do grande rio foi progressivamente reduzido, constituindo, agora, *o enclave de Cabinda* (CAN).

o enclave de Cabinda

NM: (Np_i: [(Gw_i: o (Gw_i)) (Nw_i: enclave) (Adpp_i: (Adpw_i: de (Adpw_i) (Nw_j: Cabinda) (Adpp_i)) Np_i).

De acordo com essas ocorrências, podemos dizer que, no português brasileiro, há:

- a) aposições restritivas com preposição constituídas por um elemento da subclasse morfológica do substantivo comum contável, o primeiro elemento, e por um elemento da subclasse morfológica do substantivo comum não contável, o segundo elemento, como nas ocorrências de (13);
- b) aposições restritivas com preposição constituídas por um elemento da subclasse morfológica do substantivo comum contáveis, o primeiro elemento,

e por um elemento da subclasse morfológica do nome próprio, o segundo elemento, como em (14).

Pudemos, ainda, concluir que é o primeiro elemento, o substantivo comum contável, que rege as relações morfossintáticas da aposição restritiva. Por exemplo, na ocorrência (14), o primeiro elemento *enclave* rege o número e o gênero do artigo definido (*o*).

Para deixar mais claro o que queremos dizer sobre a caracterização das aposições restritivas com preposição no Nível Morfossintático, elencamos abaixo, como fizemos com o Nível Representacional, as principais informações morfossintáticas sobre estas aposições:

- a) existe um único Sintagma Nominal (Np);
- b) o artigo definido pode anteceder a aposição restritiva com preposição: (Gw_i : o (Gw_i)), assim como ocorre nas ocorrências (13) e (14). Esse artigo, como acontece com as aposições restritivas sem preposição, tem seu escopo sobre todo o Sintagma Nominal (Np) ao qual pertence;
- c) O artigo definido é denominado, nesse nível, Palavra Gramatical e é, no Nível Morfossintático, um modificador do núcleo do Sintagma Nominal (Np) ao qual pertence, variando, portanto, em gênero e número de acordo com o elemento regente das relações morfossintáticas da aposição restritiva;
- d) a Palavra Substantiva (Nw) da subclasse substantivo comum variável, numa aposição restritiva com preposição, é, geralmente, o elemento regente das relações morfossintáticas no Sintagma Nominal (Np) ao qual pertence, como acontece na ocorrência (13) (Nw_i : mês) e na ocorrência (14) (Nw_i : enclave);
- e) a Palavra Substantiva (Nw) da subclasse substantivo comum invariável geralmente não rege as relações morfossintáticas, numa aposição restritiva com preposição, nem é influenciada por estas relações no Sintagma Nominal (Np) ao qual pertence, como acontece na ocorrência (13) (Nw_j : maio), que está inserida no Sintagma Preposicional ou Sintagma Adposicional ($Adpp_1$);
- f) a Palavra Substantiva da subclasse dos substantivos próprios também não rege as relações morfossintáticas nem é influenciada por estas relações no Sintagma Nominal (Np) ao qual pertence, como na ocorrência (14) (Nw_j : Cabinda);
- g) o elemento regente das relações morfossintáticas e o elemento que não rege nem é influenciado por elas não apresentam uma relação de dependência morfossintática;

- h) a preposição *de* que introduz o Sintagma Adposicional (Adpp) da aposição restritiva com preposição é formalizada como Palavra Adposicional (Adpw).

Em síntese, de acordo com a análise das ocorrências, concluímos que a aposição restritiva com preposição, no português brasileiro, pode apresentar as seguintes formalizações nos níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático da GDF:

- (15) [...] Entre esses, devem-se contar as orações costumeiras durante *o mês de maio*, em homenagem à Virgem Santíssima Mãe de Deus (MA-LO)

NI: (R_I: (T_I) (T_J))

NR: (t_i: [(f_i: mês (f_i)) (t_i)]) (t_j: [(f_j: maio (f_j)) (t_j)])

NM: (Np_i: [(Gw_i: o (Gw_i)) (Nw_i: mês) (Adpp_i: (Adpw_i: de (Adpw_i)) (Nw_j: maio) (Adpp_i)) Np_i)

- (16) A colônia estendia-se mais para o norte do que atualmente, até a embocadura do rio Congo, mas o estabelecimento português na foz do grande rio foi progressivamente reduzido, constituindo, agora, *o enclave de Cabinda* (CAN).

NI: NI: +def (R_I: (T_I) (T_J))

NR: (l_i: [(f_i: enclave (f_i)) (l_i)]) (x_j: [Cabinda (x_j)])

NM: (Np_i: [(Gw_i: o (Gw_i)) (Nw_i: enclave) (Adpp_i: (Adpw_i: de (Adpw_i)) (Nw_j: Cabinda) (Adpp_i)) Np_i)

6.4 Síntese conclusiva

Começamos o nosso capítulo com a análise das aposições restritivas com preposição no português brasileiro escrito contemporâneo. O primeiro passo para isso foi a verificação das características dessa aposição restritiva no Nível Interpessoal da GDF. Para tanto, retomamos as características pragmáticas das aposições restritivas sem preposição estudadas no capítulo anterior.

A partir dessa análise, observamos que as propriedades gramaticais encontradas nas ocorrências com aposição restritiva sem preposição também se manifestavam nas aposições restritivas com preposição, ou seja, essas apresentaram um Subato Referencial (R) tendo no seu interior os elementos principais da aposição caracterizados como Subatos Atributivos, não podendo, por isso, ser correferenciais. Contudo, ressaltamos que esses

elementos têm potencialidade para, fora da construção apositiva restritiva com preposição, se manifestarem sozinhos como Subatos Referenciais.

Com relação às funções pragmáticas dos elementos que compõem essas posições, há também uma grande semelhança entre as posições restritivas com preposição e as posições restritivas sem preposição, pois o segundo elemento das duas posições restritivas no português brasileiro é que traz a informação nova, Foco, e, o primeiro elemento, a informação dada, Tópico. O mesmo podemos dizer em relação à questão da definitude. Assim como nas posições restritivas sem preposição, julgamos não ser obrigatória a presença de um marcador de definitude nas posições restritivas com preposição.

No Nível Representacional, concluímos que as posições restritivas com preposição podem apresentar a presença da categoria Tempo (t) com Propriedade (f) formalizando o primeiro e o segundo elemento da construção apositiva restritiva com preposição, enquanto a presença da categoria Lugar (x) com Propriedade (f) formaliza os primeiros elementos da construção apositiva restritiva com preposição. Também é possível a presença da categoria semântica Indivíduo (x) sem Propriedade (f) para os segundos elementos das construções apositivas.

Quanto à relação semântica que há entre os dois elementos principais, assim como acontece com as posições restritivas sem preposição, é de restrição, em que o primeiro elemento é o restringido, e o segundo elemento é o restritivo, e a função semântica de cada elemento da posição é de propriedade. Com relação à preposição *de*, esta apenas tem a função de ser um elo coesivo entre os dois elementos principais da posição, não designando, dessa forma, nenhuma informação semântica.

No Nível Morfossintático, encontramos, nas ocorrências de posição restritiva com preposição, dois tipos de construções morfossintáticas que são caracterizadas de acordo com a classe e a subclasse dos elementos principais que as compõem. Um dos tipos é formado por uma construção constituída por um elemento da subclasse morfológica do substantivo comum contável, o primeiro elemento, e um elemento da subclasse morfológica do substantivo comum não contável, o segundo elemento – *o mês de maio* (NM: (Np_i: [(Gw_i: o (Gw_i)) (Nw_i: mês) (Adpp_i: (Adpw_i: de (Adpw_i) (Nw_j: maio) (Adpp_i)) Np_i)). O segundo tipo é o de construções constituídas por um elemento da subclasse morfológica do substantivo comum contável, o primeiro elemento, e um elemento da subclasse morfológica do nome próprio precedido por uma preposição, o segundo elemento – *o enclave de Cabina* (NM: (Np_i: [(Gw_i: o (Gw_i)) (Nw_i: enclave) (Adpp_i: (Adpw_i: de (Adpw_i) (Nw_j: Cabinda) (Adpp_i)) Np_i)).

Em todas as ocorrências dessas posições restritivas, assim como aconteceu com as ocorrências com aposição restritiva sem preposição, encontramos, como uma das características principais, a presença de um único Sintagma Nominal (Np).

Verificamos, também, duas características em comum entre esses dois tipos de aposição restritiva. A primeira é a presença da Palavra Substantiva (Nw) da subclasse substantivo comum variável com a função de elemento regente das relações morfossintáticas no Sintagma Nominal (Np) ao qual pertence. A segunda característica é a presença da Palavra Substantiva (Nw) da subclasse substantivo comum invariável e da Palavra Substantiva (Nw) da subclasse dos substantivos próprios, os dois sem nenhum papel nas relações morfossintáticas de regência, contudo, sem serem também influenciados por essas relações no Sintagma Nominal (Np) ao qual pertencem – *o mês de maio* e *enclave de Cabina* (onde *mês* e *enclave* são Palavras Substantivas (Nw) da subclasse substantivo comum variável com a função de elemento regente das relações morfossintáticas no Sintagma Nominal (Np) ao qual pertence; já *maio*, Palavra Substantiva (Nw) da subclasse substantivo comum invariável, e *enclave*, Palavra Substantiva (Nw) da subclasse dos substantivos próprios, não apresentam nenhum papel nas relações morfossintáticas de regência, contudo, sem serem também influenciados por essas relações no Sintagma Nominal (Np) ao qual pertencem).

O artigo definido, formalizado como Palavra Gramatical (Gw), assim como nas posições restritivas sem preposição, também foi observado na aposição restritiva com preposição, com a função sintática de adjunto adnominal.

Sem nenhuma dúvida, o único elemento que aparece apenas na aposição restritiva com preposição é a preposição *de* que introduz o Sintagma Adposicional (Adpp) que traz o segundo elemento principal da aposição, ou seja, aquele que não rege as relações morfossintáticas nem é influenciado por essas relações no Sintagma Nominal (Np), sendo tal preposição formalizada como Palavra Adposicional (Adpw).

Para finalizar nossa síntese sobre as características pragmáticas, semânticas e morfossintáticas da aposição restritiva com preposição do português brasileiro, julgamos que, entre o elemento regente das relações morfossintáticas e o elemento que não rege as relações morfossintáticas, nem é influenciada por estas relações na aposição, não há uma relação morfossintática de dependência.

7 CONCLUSÃO

Durante todo o processo de desenvolvimento de nossa tese, sempre, procuramos deixar claro o nosso objetivo de fazer um trabalho em que as características pragmáticas, semânticas e morfossintáticas das ocorrências, devidamente contextualizadas, de posições restritivas do português brasileiro escrito contemporâneo, sem preposição e com preposição, fossem analisadas sem que houvesse uma ênfase maior nas características morfossintáticas das posições restritivas como acontece na maioria das análises a respeito do assunto. Para isso, optamos por uma abordagem na qual se pressupõe que a Pragmática governa a Semântica e a Pragmática e a Semântica governam a Morfossintaxe, numa organização *top-down*. Em outras palavras, usamos como arcabouço teórico, para o nosso trabalho, a Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008).

Portanto, a nossa análise das construções positivas restritivas foi desenvolvida de acordo com três dos quatro níveis do Componente Gramatical da GDF que definimos como importantes para o nosso trabalho: Nível Interpessoal, Representacional e Morfossintático.

No Nível Interpessoal, as posições restritivas do português brasileiro foram caracterizadas de acordo com os subatos que as definem nesse nível: um Subato Referencial cujo interior é constituído por dois Subatos Atributivos que correspondem aos elementos principais da posição. Com relação à função pragmática dos elementos que constituem a posição restritiva, concluímos que o segundo Subato Atributivo apresenta a função pragmática de Foco e o primeiro Subato, a função de Tópico. A posição restritiva, em geral, pode ser marcada ou não pela definitude.

No Nível Representacional, concluímos que a relação semântica de restrição do tipo: núcleo/restringido + restritivo é a que ocorre entre os elementos que formam a posição restritiva sem preposição ou com preposição. Já as categorias semânticas, as que se destacaram, nas posições, foram as de Indivíduo (x) e Lugar (l) com Propriedade (f), as de Indivíduo (x) e Lugar (l) sem Propriedade (f), e, no caso de posição restritiva com metalinguagem, tivemos o elemento restritivo caracterizado como uma Palavra Substantiva (Nw) com Propriedade linguística. Nas posições restritivas com preposição, encontramos a categoria Tempo (t) com Propriedade (f) formalizando o primeiro e o segundo elemento da posição e a categoria Lugar (l) com Propriedade (f) formalizando os primeiros elementos da posição restritiva com preposição. Já a categoria semântica Indivíduo (x) sem Propriedade (f) caracterizou também os segundos elementos das posições com preposição.

Em relação ao Nível Morfossintático, concluímos que, no português brasileiro, a aposição restritiva é formada por elementos da classe dos substantivos, contudo, apresentam subclasses de substantivos diferentes: substantivo próprio, substantivo comum não contável e substantivo comum contável. O elemento que rege as relações morfossintáticas, ou seja, o primeiro elemento da aposição restritiva, pertence à subclasse do substantivo comum contável, e o segundo elemento, aquele que não rege as funções morfossintáticas nem sofre influência dessas relações, pertence à subclasse do substantivo próprio ou à do substantivo comum não contável.

Essas informações foram de grande importância para diferenciar as aposições restritivas com preposição das construções assemelhadas, como as construções com adjunto adnominal e as com complemento nominal.

Fizemos uma análise das aposições restritivas de acordo com as funções discursivas sugeridas por Keizer na análise das aposições restritivas na língua inglesa. São elas: *uso funcionalmente identificador*, *uso descritivamente identificador*, *uso apresentativo* e *uso contrastivo*.

Em relação à função discursiva *uso funcionalmente identificador*, observamos que esta função é típica das aposições restritivas do português brasileiro que são formadas com base na metalinguagem.

Na função discursiva *uso descritivamente identificador*, foram enquadradas as aposições restritivas que apresentavam como características ter, entre os elementos constituintes, um elemento restringido que é descritivo e pertence à classe morfológica dos substantivos comuns contáveis, além disso, esse elemento tem a função de ancorar o segundo elemento (elemento restritivo) no discurso e vinculá-lo ao discurso anterior, designando a ocupação, papel ou função do do referente designado pelo nome próprio; e um elemento restritivo, pertencente à classe morfológica dos substantivos próprios.

Já na função *uso apresentativo*, enquadramos as aposições restritivas que, diferentemente das aposições que apresentam a função discursiva *uso descritivamente identificador*, apresentam a informação do elemento restringido descritivo sem o papel de vincular o elemento restritivo ao discurso anterior. A respeito da sua estrutura morfossintática, as aposições restritivas com essa função discursiva podem apresentar como subclasse morfológica dos elementos que as constituem a subclasse dos substantivos comuns contáveis (elemento restringido descritivo), a subclasse dos substantivos comuns não contáveis (elemento restritivo) e a subclasse dos substantivos próprios (elemento restritivo).

A última função discursiva identificada por nós é a *uso contrastivo*. Nessa função discursiva, as informações do elemento restringido descritivo são usadas para distinguir o elemento restritivo de uma aposição do elemento restritivo de outra aposição restritiva através do contraste. Esse constrato, segundo Keizer, pode ser de três tipos: o contraste entre duas entidades do mesmo tipo; o contraste entre as entidades de um tipo diferente, em que um nome, propriamente dito, distingue-se do nome de uma pessoa; o contraste caracterizado pelo fato de que as duas construções parecem referir-se à mesma entidade (pessoa), contrastando-se propriedades (papéis) diferentes desta pessoa. A respeito da sua estrutura morfossintática, as aposições restritivas com essa função discursiva podem apresentar como subclasse morfológica dos elementos que as constituem a subclasse dos substantivos comuns contáveis (elemento restringido descritivo) e a subclasse dos substantivos próprios (elemento restritivo).

Por fim, resta-nos dizer que a nossa tese traz como contribuição principal o fato de que, com base nos resultados de nossa análise, é possível sugerir, ainda que sem base quantitativa, as características as características prototípicas da aposição restritiva do português escrito contemporâneo. No Nível Interpessoal, as características pragmáticas prototípicas da aposição restritiva do português brasileiro apontadas, como resultado de nossas análises, são: ser formada por um único Subato Referencial que é constituído por dois Subatos Atributivos e ser introduzida por um marcador de definitude. No Nível Representacional, as características semântica apontadas são: o primeiro elemento da aposição restritiva é o elemento restringido (núcleo) e o segundo elemento é o restritivo, portanto, há uma relação semântica de restrição entre os dois elementos, e a função semântica de cada um deles é de propriedade.

No Nível Morfossintático, as características morfossintáticas da estrutura prototípica apontadas são: a presença de um elemento regente das relações morfossintáticas, que é o primeiro elemento, e este pertence à subclasse dos substantivos comuns, e a presença do elemento que não rege as relações morfossintáticas e nem é influenciado por estas relações, o segundo elemento da aposição restritiva, que pertence à subclasse dos substantivos próprios.

Em relação às funções discursivas, nossas análises apontam que a aposição restritiva prototípica do português brasileiro se encaixa na função discursiva *uso descritivamente identificador*.

Devemos, contudo, ressaltar que a pesquisa feita por nós não está acabada, as características pragmáticas, semânticas e morfossintáticas apontadas por nossas análises

precisam ainda de uma análise quantitativa para que se chegue a uma conclusão em relação a esses traços. Além disso, não pudemos, em nosso trabalho, tratar das características fonológicas das oposições restritivas do português brasileiro. Deixamos, portanto, essas tarefas para uma próxima investigação.

Dessa forma, esperamos que as discussões e análises sobre oposição restritiva no português brasileiro contemporâneo escrito sejam proveitosas não só dentro da academia, mas também nas salas de aulas de nossas escolas, pois, especialmente no Ensino Médio, período em que os alunos se aprofundam na análise da língua, a explicação sobre as oposições restritivas resume-se geralmente a trinta minutos de aula, pois é apenas tratado o seu comportamento morfossintático, tornando, assim, a aprendizagem das oposições bastante monótona e superficial. A partir dessa nova perspectiva que trazemos na tese, entendemos que o professor do Ensino Médio, ao abordar o assunto, pode abrir novas portas para a interpretação da língua em uso, uma vez que não mais precisa focar suas explicações em regras, mas na atitude do Falante e, conseqüentemente, na interação deste com seu Ouvinte na construção do discurso, tornando, assim, os fenômenos da língua mais perceptíveis para os alunos e, quem sabe, aguçando a curiosidade de um futuro professor (e pesquisador) da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- BAKKER; SIEWIERSKA, Anna. Towards a speaker model of Functional Grammar. *In*: Mackenzie, J. Lachlan; Gómez-González, M. A. (eds.), **A New Architecture for Functional Grammar**. Berlin and New York, NY: Mouton de Gruyter, 2004, p. 325–64.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- BLOOMFIELD, L. Syntax. *In*: **Language**. London, George Allen e Unwin, 1979, p. 184-205.
- BÜHLER, Karl, **Sprachtheorie: Die Darstellungsfunktion der Sprache**. Jena: Fischer, 1934.
- CÂMARA JR., J.M. **Dicionário de lingüística e gramática**. 13. ed., Petrópolis: Vozes, 1986.
- CARONE, F. B. **Morfossintaxe**. São Paulo: Ática, 1988.
- CELSO, Cunha, CINTRA Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DIK, Simon C. **Functional Grammar**. Amsterdam: North-Holland, (s/d).
- _____. **The theory of functional grammar**. Part 1: the structure of the clause. Dordrecht-Holland/Providence RI- USA: Foris Publications, 1989.
- GAMA KURY, Adriano da. **Lições de português pela análise sintática**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. **Cohesion in English**. London, Longman, 1976.
- HALLIDAY, M.A.K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.
- HAUY, A. Boainain. **Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1987, p. 125.
- HENGEVELD, Kees. The architecture of a Functional Discourse Grammar. *In*: Mackenzie, J. Lachlan; Gómez-González, M. A. (eds.), **A New Architecture for Functional Grammar** (Functional Grammar Series 24). Berlin: Mouton de Gruyter, 2004a, p. 1–21.

_____. The Architecture of a Functional Discourse Grammar. *In*: Gómes-González, M. A.; Mackenzie, J. L. (eds.), **A new architecture for functional grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p. 243-272.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**: a typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOCKETT, C. F. **A course in modern linguistics**. The Macmillan Company, 1958.

_____. **Attribution and apposition in English**. *American Speech* 30, 1955, p. 99–102.

JAKOBSON, Roman. Shifters, verbal categories, and the Russian verb. *In*: **Selected Writings**. The Hague: Mouton, 1971, p. 130–47, Vol.2.

KEIZER, M.E. **The discourse function of close appositions**. *Neophilologus* 89, 2005, p. 447-467.

_____. **The English Noun Phrase - The Nature of Linguistic Categorization**, Cambridge: Cambridge University press, 2007.

_____. Reference and ascription in Functional Discourse Grammar: An inventory of problems and some possible solutions. *In*: Velasco, Daniel García; Rijkhoff, Jan (eds.), **The noun phrase in functional discourse grammar**. Berlin and New York, NY: Mouton de Gruyter, 2008, p.181–220.

_____. **A Functional Discourse Grammar for English: a textbook**. Oxford: Oxford Textbooks in Linguistics, 2015.

LAGO, J. **A special type of nonrestrictive modification: the apposition**. Santiago Compostela: *Verba*, 18, 1991, p. 487-520.

LANGACKER, R.W. **Concept, image, and symbol: the cognitive basis of grammar**. 2. ed. Berlin: Mouton de Gruyter.

LIMA, M. P. de Sousa – **Gramática expositiva da língua portuguesa**, (s/d) p. 44.

LUCY, John A. **Reflexive Language: Reported Speech and Metapragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MACAMBIRA, José Reboças. **A estrutura morfo-sintática do português**: aplicação do estruturalismo linguístico. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

MACKENZIE, J. Lachlan. The basis of syntax in the holophrase. *In*: Mike Hannay and A. Machtelt Bolkestein (eds.), **Functional Grammar and Verbal Interaction**. Amsterdam and Philadelphia, PA: Benjamins, 1998b, p. 267–95.

_____. **What is Functional Grammar?** *In*: A. Crochetière, J.C. Boulanger & C. Ouellon (eds), Actes du XVIème Congrès International des Linguistes, 9 au 14 août 1992, Québec: Presses de l'Université Foy.,1993, p. 95-106, Vol. 1.

MARTINEZ. **Las construcciones apositivas en español**. *Philologica Hispaniensa*, II, 1987, p. 453-467.

MEYER, C. F. **Apposition in English**. *In*: *Journal of English Linguistics*, 1987, vol 20.1.

_____. **Apposition in contemporary English**. New York: Cambridge University Press, 1992.

_____. **Restrictive apposition: an indeterminate category**. *Netherlands: English-Studies*, 1989, p. 147-166.

MOTA, Otoniel. **Lições de português**. 5. ed. Melhor. São Paulo, Irmãos Ferraz Editores, 1926, p.23.

NEVES, M. H. de M. **A gramática funcional**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

OLIVEIRA, Roberta Pires. Semântica. *In*: Mussalim, Fernanda e Bentes, Anna Christina (orgs), **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, M. T. **A Construções apositivas e sua formalização no modelo da Gramática Discursivo-Funcional** (Relatório de Estágio Pós-Doutoral- 2011) – Universidade Federal do Ceará / Instituto de Linguística Teórica e aplicada – ILTEC (Portugal- Lisboa).

_____. **A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escrito no Brasil** (Tese de doutorado). Araraquara: UNESP, 1999.

QUIRK, R. et al. **A comprehensive grammar of the English language**. London/New York: Longman, 1985.

QUIRK, R., S; GREENBAUM, G; LEECH; SVARTVIK, J. **A grammar of contemporary English**. London: Longman, 1972.

RIBEIRO, J.César. **Gramática portuguesa** (curso superior). 9. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.

ROCHA LIMA, C. Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

RODRIGUEZ, C. F. **De nuevo sobre la aposición**. Sevilla: Verba, 16, 1989, p. 215-236.

SOPHER, H. **Apposition**. English Studies 52, 1971, p. 401–12.

TABOADA, M. **Relaciones sintácticas en el interior de la frase nominal: la aposición**. In: *Verba*, 5, 1978, p. 315-340.

TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization** – prototypes in Linguistic theory. New York: Oxford University Press, 1992.

TESNIÈRE, L. L'aposition. In: TESNIÈRE, L. **Éléments de syntaxe structurale**. 2. ed., Paris, Klincksieck, 1976, p. 163-168.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. [trad.] Marcos Bagno. – São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

VELASCO, Daniel García; RIJKHOFF, Jan. “Introduction”. In: Velasco, Daniel García; Rijkhoff, Jan (eds.), **The noun phrase in functional discourse grammar**. Berlin and New York, NY: Mouton de Gruyter, 2008, p. 1- 42.

WIT, P. de. **Genitive case and genitive constructions**. PhD Dissertation. Utrecht Instituut voor Linguïstiek (UiL OTS). Universiteit Utrecht, 1997.